

SIMONE KAWAKAMI GONÇALVES COSTA

**UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DA
TEORIA DO IMPERIALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Soreanu.

MARÍLIA

2014

MARÍLIA

2014

COSTA, SIMONE KAWAKAMI GONÇALVES.

C837A UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DA TEORIA DO IMPERIALISMO / SIMONE KAWAKAMI GONÇALVES COSTA. – MARÍLIA, 2014.

172 F. ; 30 CM.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 169-172

Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo.

1. China – Condições econômicas. 2. Imperialismo. 3. Hegemonia. 4. China – Política e governo. 5. China – Relações exteriores. I. Título.

CDD 330.951

“Pode parecer muito estranho e paradoxal afirmar que o próximo levantamento dos povos europeus em favor da liberdade republicana dependerá provavelmente mais do que se passa no Celeste Império - no polo oposto da Europa - do que de qualquer outra causa política atual”.

Karl Marx

SUMÁRIO

1. RESUMO.....	5
2. INTRODUÇÃO.....	7
3. CAPÍTULO 1.....	12
4. CAPÍTULO 2.....	50
5. CAPÍTULO 3.....	101
6. CAPÍTULO 4.....	136
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169

RESUMO

A ascensão da China ao papel de potência econômica de importância global constitui-se como uma das mais significativas transformações para as relações interestatais, ocorridas na virada do século XX para o século XXI. O desenvolvimento chinês suscitou entre diversos autores a hipótese de que o país asiático estaria avançando para alçar-se à condição de potência hegemônica, ocupando o lugar que outrora pertencera aos Estados Unidos. Tendo como base este contexto, a presente pesquisa busca realizar um estudo sobre a trajetória peculiar do país a partir da revolução de 1949, quando se instaura a República Popular da China, e a aproximação com os Estados Unidos em detrimento daquele que deveria ser seu aliado natural, a URSS. Em seguida é debatido o processo de transformação econômica, política e social do país, a partir das reformas adotadas por Deng Xiaoping, e posteriormente pela entrada de capital sob a forma de investimento estrangeiro direto, um dos elementos responsáveis pela ascensão chinesa. Esse resgate visa fornecer alguns elementos necessários para traçar hipóteses acerca de que tipo de Estado a China estaria se configurando, seu lugar nas relações internacionais, a partir dos elementos analíticos contidos na teoria clássica do imperialismo, tal como definida por Vladimir I Lênin, para discutir o marco da transição hegemônica contemporânea e da crise capitalista presente.

Palavras-chave: Imperialismo; Hegemonia; China; Estados Unidos; Maoísmo, Estado, Bonapartismo, Desenvolvimento desigual e combinado, Movimentos Sociais, Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

China's rise to the role of economic power of global significance was established as one of the most significant changes to the interstate relations that occurred at the turn of the twentieth century to the twenty-first century. The Chinese development raised among many authors hypothesized that China would be advancing to raise to the hegemonic power condition, occupying the place that once belonged to the United States. Based on this background, this research seeks to conduct a study on the peculiar history of the country from the 1949 revolution, when it establishes the People's Republic of China, and the rapprochement with the United States at the expense of the one who should be your ally natural, the Soviet Union. It is also discussed the process of economic, political and social of the country, from the reforms adopted by Deng Xiaoping, and later of the capital injection in the form of foreign investment law, one of the elements responsible for China's rise. This discussion is intended to provide some necessary elements to draw assumptions about what kind of state China was shaping up, its place in international relations, from the analytical elements in the classical theory of imperialism as defined by Vladimir Lenin, to discuss the landmark of contemporary hegemonic transition and the present capitalist crisis.

Keywords: Imperialism; Hegemony; China; United States; Maoism, State, Bonapartism, Uneven and combined development, Social Movements, Working Class.

INTRODUÇÃO

Na passagem do século XX para os primeiros anos do século subsequente tem lugar o ressurgimento dos conceitos legados pelo marxismo clássico, dentre os quais se destacou o de *imperialismo*, fruto em grande medida da ofensiva bélica desferida pelo governo norte-americano de George W. Bush sobre o Afeganistão e o Iraque, e por toda a plataforma levada adiante pelas alas neoconservadoras do Partido Republicano. O objetivo almejado pelos neoconservadores era criar as bases de “um novo século americano”. Para alcançar essa finalidade se utilizariam da força, mesmo que unilateralmente. Os resultados desta política, entretanto, foram opostos aos esperados pelos seus idealizadores, aumentando a percepção de que a capacidade do exercício da hegemonia norte-americana estaria seriamente abalada. Isso levou a que no final do governo de George W. Bush analistas importantes da própria inteligência norte-americana tivessem definido que estaríamos diante de um mundo não polar (HAASS, 2008), enquanto para outros intelectuais se trataria da crise final da hegemonia norte-americana (ARRIGHI, 2008).

Se tal percepção pode ter refluído parcialmente no que se refere a seus efeitos políticos após a eleição de Barack Obama, a crise econômica internacional que assolou os países centrais em 2008 segue contribuindo para a continuidade do dilema acerca de qual potência, ou ordem entre as nações, poderia substituir o mundo unipolar, baseado na hegemonia norte-americana após a derrocada da URSS. Dentre as variantes que buscam responder ao questionamento de qual nação ou novo equilíbrio internacional estaria se gestando, ganhou força recentemente as que apostaram na ascensão chinesa. Inserem-se nesta perspectiva a análise de que o protagonismo chinês traria um novo equilíbrio de forças, potencialmente mais harmônico, ao passo em que o próprio processo de substituição da hegemonia norte-americana pela chinesa se daria pacificamente (ARRIGHI, 2008).

A República Popular da China adentrou no século XXI como a locomotora da economia mundial, sendo simultaneamente a maior exportadora para a União Europeia, o Japão e os Estados Unidos; a maior possuidora de reservas em divisas do mundo; um país que durante um quarto de século alcançou os índices de crescimento mais rápidos (ANDERSON, 2010). Para as correntes teóricas que trouxeram ao primeiro

plano ao debate das relações internacionais o fortalecimento chinês combinado ao enfraquecimento das bases econômicas e geopolíticas da hegemonia norte-americana, se abririam as perspectivas de que uma nova ordem internacional estabelecesse um inédito concerto interestatal, tendo pela primeira vez a Ásia oriental e, sobretudo a China, como epicentro.

O restabelecimento das relações diplomáticas sino-americanas na década de 1970 tomou posteriormente a forma de entrada massiva de capitais norte-americanos e europeus, que buscavam na China um nicho de extração de mais-valia superior à encontrada em seus países de origem. Isso se deveu a uma necessidade estratégica por parte dos principais imperialismos, frente à crise econômica que assolou suas economias a partir do final da década de 1960, que se combinou a uma orientação adotada pela China em iniciar sua abertura econômica.

Já entre os anos de 1979-1980 a China instaurou em sua costa meridional zonas econômicas especiais para atrair o investimento estrangeiro, que primeiro visavam capitais do próprio sudeste asiático. A política de abertura econômica se converteu em um êxito. Atraídos pela ampla possibilidade de realização de capital derivadas de estímulos elaborados por Deng Xiaoping, como a ausência de impostos de importação, mão de obra barata, as empresas estrangeiras chegaram massivamente. (ANDERSON, 2010). A abertura da China à exploração do capital estrangeiro sob a forma de investimento direto rebaixou a média salarial de toda a força de trabalho internacional, enquanto inundou o mundo com manufaturas de baixo valor agregado, consumidas pela população dos países centrais mediante o crédito barato. Isso possibilitou à China acumular vultosos superávits de conta corrente, com os quais financiou até o presente momento a dívida pública norte-americana.

Se por um lado a economia chinesa passa então a ocupar lugar de destaque mundial, vem à tona que as bases do crescimento de dois dígitos apresentados ao longo das últimas duas décadas não foram capazes de superar uma estrutura econômica profundamente dependente. Também criou uma China marcada no plano interno por um desenvolvimento desigual e combinado exacerbado, em que as ricas cidades instaladas na região costeira contrastam imensamente com as áreas rurais, que seguem imersas em uma situação de atraso e pobreza.

Como o analista espanhol especializado em China atual, Rafael Poch-de-Feliu¹ assinala, dentre o grupo das 1400 empresas mais concentradas do mundo, 80% tem suas casas matrizes nos Estados Unidos, União Europeia e Japão. Ademais se é verdade que a China detém as maiores reservas de divisas hoje, somando cerca de 2,3 trilhões de dólares, se este montante é repartido em renda per capita, o total resultante é de 1800 dólares, isto é, abaixo da Coreia do Sul (5600 dólares) e do Japão (8400 dólares). Em relação ao sistema financeiro apesar dos bancos chineses serem grandes, nenhum deles figura entre as 50 principais instituições por sua presença mundial. Ainda de acordo com o mesmo escrito de Poch-de-Feliu:

Os investimentos diretos no estrangeiro do conjunto dos países do BRIC são menores que os da Holanda. O montante total dos investimentos que a China realiza no estrangeiro é inferior ao realizado pela Rússia. Em 2009 o total de investimentos diretos nos países desenvolvidos avançou 17,5 bilhões de dólares, isto é menos de 5% do que a China recebe em investimentos, procedentes em sua maioria da tríade e da Ásia Oriental. Isto quer dizer que as transnacionais estão muito presentes na China, mas as empresas chinesas NÃO existem no mundo desenvolvido. A realidade é que a China segue sendo um país em desenvolvimento e a prova é que com uma população que supera em 300 milhões ao 1 bilhão dos países mais ricos, seu PIB é uma quinta parte daqueles e suas exportações uma décima parte em comparação àqueles. Assim que a conclusão segue sendo a de que o êxito da China é de uma hábil administração de sua debilidade na globalização. Se há que tomar uma simples imagem, a afirmação de que a China é a oficina mundial de produtos de escasso valor agregado e que troca milhões de pares de sapato por apenas um Boeing 747 é mais realista que a "próxima superpotência"².

Apesar da inegável importância para economia e a geopolítica internacional, que implica uma maior presença em países da América Latina e da África a partir de acordos bilaterais, isso não equivale diretamente a que a China reúna as condições necessárias para realizar movimentos no sentido de se tornar a potência hegemônica do século XXI. Mas tampouco exclui completamente a hipótese de que a exportação de capitais que exerce acumule um crescimento substancial.

A hipótese de que estaríamos diante de uma divisão internacional do trabalho perfeitamente harmoniosa, em que a China funcionaria como provedora de manufaturas e os EUA como consumidores em última instância se debilita diante da crise econômica internacional. No plano teórico, se fosse possível manter estrategicamente tal divisão, isso significaria que a teoria do imperialismo de Lênin

¹POCH-DE-FELIU, Rafael, China en la Crisis , Sin Permisso, sp, 2010

²POCH-DE-FELIU, Rafael, La actualidad de China, Um mundo em crisis una sociedad em gestacion, pg. 64, 2009, Editora Crítica

como época de crises, guerras e revoluções estaria superada, pois uma nova ordem harmônica se instaurara no mundo.

O signo pacífico da ascensão chinesa e da ordem internacional que disso derivaria atende a uma gama multifacetada de fatores. Primeiramente, a China imergiria como o novo complexo hegemônico não apenas pelo crescimento existente desde a abertura promovida por Deng Xiaoping nos anos 1980, precedida pela sua aproximação com os Estados Unidos durante a era de Mao Tsé Tung, mas pela sua trajetória histórica milenar. De acordo com a tese de Giovanni Arrighi cada nação hegemônica em ascensão transforma suas peculiaridades econômicas, culturais e sociais em universais. A decorrência da ascensão chinesa seria, portanto, para o autor, a irrupção de um equilíbrio internacional mais equitativo, marcado pelo predomínio do consenso em detrimento da força, proveniente do caráter do desenvolvimento histórico oriental.

É para contestar a esta tese que antevê uma ascensão pacífica e ordenada da hegemonia chinesa em substituição à norte-americana, que é feito na presente pesquisa o debate acerca da constituição da teoria do imperialismo, e sua concepção histórico-dialética sobre a reestruturação da “partilha do mundo” (LENIN, 1916) sem a qual a transição entre o exercício da hegemonia por determinada potência para outra não poderia se dar. E tal transição, quanto mais profunda fosse, mais envolveria “crises, guerras e revoluções”.

De acordo com essa perspectiva a inexistência de tais tendências na atualidade deriva, portanto, mais das debilidades da China em almejar cumprir um papel de substituto dos Estados Unidos em termos hegemônicos, que de suas fortalezas. As bases da conformação de seu crescimento econômico, as características do seu desenvolvimento desde a era maoista, a abertura econômica na qual se manteve o monopólio do poder ao Partido Comunista, a relação de interdependência da China com o restante do mundo, e o desenvolvimento desigual e combinado exacerbado, legaram um tipo de Estado existente na atualidade cuja caracterização é alvo de polêmicas discussões. Se no início da abertura econômica impulsionada por Deng Xiaoping a China seria uma sociedade híbrida, mas ainda com grande presença da propriedade estatal, o que levou à cúpula governante do Partido Comunista a cunhar a

expressão “socialismo de mercado”, passadas algumas décadas, cabe indagar se é legítimo seguir utilizando essa definição, ou se a base econômica e social da República Popular da China já teria sofrido uma transformação profunda o suficiente para ser caracterizada como um país capitalista.

Buscando traçar uma hipótese sobre qual tipo de Estado a China conforma hoje, e as relações que estabelece com as demais potências, suas origens e desdobramentos, este estudo efetuará primeiramente um resgate teórico dos debates acerca da teoria do imperialismo utilizando autores como Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, como expoentes dos autores clássicos. Partindo da apropriação deste arcabouço teórico, buscaremos analisar os traços fundamentais da política norte-americana para a China, a partir do restabelecimento de suas relações comerciais e diplomáticas em 1973, adentrando na atualidade de modo a problematizar as perspectivas postas frente a presente crise capitalista internacional. Este exercício tem por objetivo precisar se as bases da relação de interdependência estabelecidas pelos dois países podem ser analisadas do ponto de vista da teoria do imperialismo, e mais fundamentalmente a partir da noção da possibilidade de "ascensão pacífica" chinesa.

Para contribuir com esse debate, iniciamos esse trabalho resgatando alguns fundamentos contidos na teoria do imperialismo, partindo essencialmente da sua leitura leninista. No segundo capítulo abordaremos as relações estabelecidas pela China e Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A importância dessa discussão reside no exame dos condicionantes que levaram à ruptura sino-soviética, e decorrente aproximação de Mao Tsé Tung aos Estados Unidos, elemento que assume relevância para a abertura econômica dos anos de Deng Xiaoping. No terceiro capítulo é traçada uma análise sobre o avanço da constituição do capitalismo de características chinesas, e suas peculiaridades, enquanto na quarta parte desse trabalho dedica-se ao exame das hipóteses do lugar ocupado pela China no mundo pós-crise econômica de 2008. No quarto capítulo são traçadas algumas hipóteses sobre que tipo de Estado estaria se formando na China atual, de acordo com os conceitos abarcados pela teoria do imperialismo leninista.

Capítulo 1

A teoria leninista do imperialismo e suas determinações para as relações interestatais

Os debates sobre a natureza do imperialismo remontam a uma multiplicidade de enfoques nas mais diversas matrizes das Ciências Sociais. O final da Guerra Fria foi marcado pela derrocada da URSS e dos Estados operários deformados³ do Leste. Esse conceito formulado por Ernest Mandel define que os processos de expropriação da propriedade privada que ocorreram no decorrer da II Guerra Mundial, alguns dos quais sob a atuação direta da URSS, levaram “deformações”. Isso porque tais Estados desde o primeiro momento viam-se dirigidos por burocracias governamentais, mais comumente denominados como os países do “socialismo real”.

Desde então se abriu uma grande discussão sobre o impacto dessas transformações para as relações interestatais. De um lado, emergiram teóricos como Francis Fukuyama⁴ que se tornara conhecido pela controversa tese de “fim da história”, sendo uma expressão teórica de um momento marcado por uma suposta, e aparentemente inquestionável, mudança de época. Tal transformação de época levaria a que a partir de então se adentraria numa era de ausência plena de revoluções, não apenas as socialistas, mas de toda e qualquer revolução como via de transformação histórica. Isso equivaleria a um triunfo indelével do capitalismo liberal.

Tal processo combinado à ofensiva dos anos precedentes materializada na estratégia delineada pela aliança entre o presidente norte-americano Ronald Reagan e a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, conhecida como neoliberalismo.

³ Ernest Mandel, economista e militante trotskista belga, havia dirigido as fileiras da IV Internacional fundada por Leon Trotsky em 1938. Em seus estudos, caracterizou os processos de expropriação da propriedade privada que ocorreram no calor da II Guerra Mundial, como Estados operários deformados. Ao contrário do processo de burocratização da URSS, que inicia-se em 1924 e culmina em 1929 com a expulsão da Oposição de Esquerda, seguido dos Processos de Moscou, os Estados operários deformados do Leste já emergem sob a dominação de uma casta burocrática. Tal caracterização busca contesta as vertentes que os designam como “coletivismo burocrático” ou “capitalismo de Estado”.

⁴ Trata-se da obra “O Fim da História e o último homem”, elaborada no início da década de 1990 na qual o cientista político Francis Fukuyama defendia a vitória final do liberalismo político sobre o socialismo e o comunismo após a restauração capitalista no Leste Europeu. Tal vitória consistiria também na completa ausência de qualquer outro projeto contra hegemônico capaz de questionar o liberalismo que passa a ser existente na quase totalidade do planeta. Essa obra tornou-se célebre, por pretender adaptar o caminho filosófico hegeliano de encontro do “espírito” (*geist*) com a História uma feição neoliberal e triunfalista dos Estados Unidos sobre o conjunto do mundo.

Essa unidade visava quebrar a capacidade de resistência dos sindicatos primeiramente em seus próprios países, Estados Unidos e Grã-Bretanha, para em seguida dirigirem-se aos países da periferia do sistema, obrigando a abertura dos mercados. Essa ordem internacional parecia confirmar as teses de uma renovação do primado dos Estados Unidos como potência hegemônica.

As intervenções militares protagonizadas durante os anos de 1990 e na primeira década do século XXI pelos Estados Unidos e seus aliados da OTAN, como a guerra da Bósnia, e posteriormente as “guerras contra o terror” no Oriente Médio para citar apenas alguns exemplos, são uma demonstração de que a ordem erigida com o fim da URSS obrigou os Estados Unidos a redefinir seus objetivos. Inicia-se a partir de então a doutrina das “intervenções humanitárias” seletivas regionalmente, focadas na Europa, como expressão dessa nova ordem, em que o capitalismo embandeirado dos valores da democracia liberal não contava mais com um inimigo claramente definido, como outrora havia sido o socialismo real.

Porém, esta situação ao mesmo tempo em que expressava uma primazia até então inquestionável dos Estados Unidos, trazia consigo o problema de obrigá-lo a lidar com as contradições dos conflitos abertos nas mais diversas regiões do globo, atuando como uma espécie de força policial mundial, o que nos anos subsequentes levou a que sofresse um desgaste paulatino de sua capacidade de exercício da hegemonia. Se para alguns autores, como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, a decadência da hegemonia norte-americana havia se iniciado nos anos 1970, com a crise econômica que rapidamente se alastrou internacionalmente, é no período marcado pelo fim da Guerra Fria que este processo daria um salto de qualidade.

Para adentrar nessa discussão, faz-se necessário primeiramente traçar algumas considerações prévias sobre o significado do conceito de hegemonia. A significação do conceito de hegemonia na literatura marxista compreende um amplo espectro de sentidos. É relevante observar que a dialética existente entre a atuação pela via de consensos, em detrimento do uso da força para que uma determinada nação obtenha seus desígnios. Essa definição, proveniente de Gramsci, sugere que quanto menor a capacidade hegemônica, maior será o uso da força e da coerção, voltada diretamente

contra outra nação considerada “inimiga”, seja contra um aliado que não queira seguir suas diretrizes. (HARVEY, 2004).

Ainda que esta pareça ser uma indicação útil para avaliar as distintas fases da dominação norte-americana como potência hegemônica, e ilustrar a hipótese que define sua atual decadência histórica, contrastando-a com a noção presente na tese desenvolvida por Lênin na teoria do imperialismo, nota-se que em realidade não há uma dicotomia entre força e consenso. É na força e na violência, seja essa aberta ou implícita, que uma determinada potência imperialista é capaz de irradiar o elemento essencial do qual deriva a própria geração de consenso, ou ainda, de maneira mais adequada a essa perspectiva, torna-se apta a *impor* consensos. Por outro lado, é certo que a caracterização de uma determinada nação como hegemônica, não pode ser tomada somente a partir de sua superioridade militar. Trata-se de um complexo sistema de equilíbrio existente entre superioridade na esfera econômica, e também capacidade de tornar sua construção cultural e social como paradigmática.

Neste sentido, para a teoria leninista do imperialismo a predominância do consenso sobre o uso da força, tão cara à Gramsci quando aborda o exercício da hegemonia, assume uma importância apenas relativa, não correspondendo em seu nexo interno ao *modus operandi* dos Estados capitalistas na época imperialista. (ANDERSON, 1981). Isso é uma decorrência teórica das distinções existentes na percepção do exercício da hegemonia, existentes entre as concepções de Gramsci e Lênin. Tais debates, e toda a teorização sobre o exercício da hegemonia haviam sido elaborados inicialmente em termos nacionais, para só posteriormente terem sido ampliados à esfera das relações interestatais. Portanto, cabe aqui um breve resgate da origem destas discussões, como forma de contextualizar o seu surgimento.

Para Gramsci quanto mais hegemônica uma nação, uma classe ou um bloco de poder, menor será o recurso ao uso da força. Portanto, para a elaboração gramsciana a geração do consenso é o instrumento fundamental da hegemonia. (ARRIGHI, 2008). Lênin, por sua vez, refere-se à hegemonia como um terreno em disputa. No âmbito das classes no interior de uma nação, do que se trata é da conquista da hegemonia da classe trabalhadora, enfatizando como sua expressão máxima a ditadura do proletariado, o que implica numa construção de consenso unicamente possível entre a

classe trabalhadora e seus aliados, que assume um sentido coercitivo em relação às classes inimigas, a saber a burguesia. Para Lênin:

Do ponto de vista do marxismo, a classe na medida em que renuncia à ideia de hegemonia ou não a considera, não é uma classe, ou não é ainda uma classe, mas uma associação, ou a soma de diversas associações... É a consciência da ideia de hegemonia e sua aplicação através de suas próprias atividades o que converte as associações em seu conjunto numa classe. (LÊNIN, 1902, p 789)

Portanto, a hegemonia da classe trabalhadora é constituída por meio da luta de classes, no interior da qual os trabalhadores, tendo à frente sua vanguarda mais consciente organizada em partido, devem tomar para si os interesses de todos os setores explorados e oprimidos da nação, como o campesinato e a pequena-burguesia urbana baixa, constituindo dessa maneira o arco de alianças capaz de dar corpo à hegemonia proletária. Na leitura de autores como Hugues Portelli:

O problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramsciana é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política⁵.(PORTELLI, 1977, p 65)

Estes debates referem-se à diferenciação cabal que Gramsci faz para a construção da hegemonia interna entre os países do Ocidente e do Oriente. De acordo com sua elaboração, nos países ocidentais em que o capitalismo é mais avançado provendo instituições mais desenvolvidas, caberia a conquista da hegemonia na sociedade civil anterior à tomada do poder seria não apenas uma possibilidade, como uma necessidade. Assim termina contrapondo diretamente a dinâmica da revolução russa de 1917, em que a guerra civil foi a via de conquista da hegemonia proletária, à dinâmica dos processos abertos nos países ocidentais, sobretudo nas democracias. (ANDERSON, 1981).

Portanto, haveria uma espécie de primazia da coerção no Oriente, enquanto no Ocidente a hegemonia seria produto da construção de um amplo consenso.

⁵ PORTELLI, Huges. Gramsci e o bloco histórico. 1977, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Evidentemente que isso não significa afirmar que Gramsci teria uma perspectiva oposta à de Lênin, ou mesmo reformista, como muitos de seus intérpretes posteriormente lhe atribuíram. Mas, como assinala Perry Anderson a esse respeito:

Porque Gramsci com efeito estendeu a noção de hegemonia desde sua aplicação original às perspectivas da classe trabalhadora numa revolução burguesa contra uma ordem feudal, aos mecanismos da dominação burguesa sobre a classe trabalhadora numa sociedade capitalista estabilizada. (...) Gramsci emprega agora o conceito de hegemonia para uma análise diferenciada das estruturas de poder burguês no Ocidente. Isso foi um passo decisivo. O passo de uma utilização a outra esteve mediado por uma série de máximas genéricas aplicáveis em princípio a qualquer uma delas. O resultado foi uma série aparentemente formal de proposições sobre a natureza do poder da história. Simbolicamente, Gramsci tomou a obra de Maquiavel como seu ponto de partida para esta nova extensão da teoria. Argumentando a necessidade de uma “perspectiva dual” em toda ação política, escreveu que em seus “níveis fundamentais” as duas perspectivas correspondiam à “natureza dual do Centauro de Maquiavel – meio animal e meio humano”. Para Gramsci estes eram “os dois níveis da força e consentimento, dominação e hegemonia, violência e civilização”. O campo do discurso é aqui manifestamente universal, em imitação ao próprio estilo Maquiavel. Apresenta uma série explícita de oposições, válidas a qualquer época histórica⁶. (ANDERSON, 1981, p 12)

Já para Lênin, a hegemonia é entendida como a luta para que a classe trabalhadora possa dirigir o conjunto da sociedade. Sua formulação da teoria do imperialismo e das relações entre os Estados, parte dessa mesma lógica. A dominação é parte constitutiva do próprio consenso. A capacidade de prover consenso entre as nações para Lênin deriva dentre outros fatores de ordem econômica e política, da potencialidade que uma determinada nação mantém de utilização do uso da força. Isso é válido ainda que não signifique que a nação imperialista hegemônica assumira uma orientação beligerante a todo o momento, desprezando em termos absolutos a diplomacia como parte da política, e cabe ressaltar, parte da política de dominação. Mesmo quando há uma aliança entre Estados sem que qualquer ameaça belicista esteja posta entre seus componentes, esta responde à interesses comuns para o saqueio de outras nações. Portanto, o uso da violência como recurso à imposição da vontade é parte da própria natureza das relações interestatais no capitalismo.

Essa noção originalmente elaborada por Lênin aplicada à análise concreta da atuação dos Estados Unidos é encontrada em autores contemporâneos como David

⁶ ANDERSON, Perry – Las antinomias de Antonio Gramsci, 1981,
(www.anticapitalistas.org/IMG/pdf/Anderson-LasAntinomiasDeAntonioGramsci.pdf)

Harvey, para quem o exercício de poder dos Estados Unidos nos últimos cinquenta anos:

Foi marcado pela recorrência frequente à força e à coerção, não tendo vacilado em liquidar àqueles que se opunham. Inclusive internamente o desrespeito à sua própria Constituição, e noção de que seriam o 'império da lei', foi sistematicamente desmentido pelo assassinato dos Panteras Negras, macarthismo, pela prisão dos japoneses em campos de concentração durante a II Guerra Mundial. (...). Na política exterior foi ainda mais agressivo patrocinando golpes como no Irã, Iraque, Indonésia, Chile e Vietnã.(...)⁷ (HARVEY, 2004, p.44)

Em relação aos Estados Unidos, potência hegemônica desde a segunda metade do século XX e a nação imperialista em sua mais plena acepção, há uma gama de autores que definem que hoje sua dominação estaria já em franca decadência, processo iniciado pelo menos desde a década 1970. Para tais autores que englobam nomes como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e mesmo David Harvey neste período que precede a crise do petróleo e o fim do padrão Breton Woods há uma crescente presença do capital especulativo, crescentemente em detrimento ao capital produtivo. Isso veio acompanhado de uma queda importante da participação do país no PIB mundial, e uma dificuldade evolutiva de atuar congregando detrás de si seus tradicionais apoiadores mediante a construção de consenso. Esse processo estaria composto por distintos momentos, desde sua abertura quatro décadas atrás.

Talvez o momento em que essa percepção mais se generalizou tenha sido durante o início da segunda guerra do Iraque, em 2004, após os atentados protagonizados pela Al Qaeda em 11 de setembro. Se até então as ofensivas militares desferidas pelos Estados Unidos sob o argumento de "intervenções humanitárias" haviam angariado o apoio das demais potências ocidentais, sobretudo europeias, é com a guerra do Iraque conduzida por George W. Bush que tem lugar uma inédita divisão na outrora tradicional coalizão, opondo França e Alemanha aos Estados Unidos. Esse foi um primeiro indicador de que a capacidade dos Estados Unidos em atuar em prol de seus interesses, aglutinando as demais potências detrás de si a partir da capacidade de promover uma percepção de que atuaria em favor de interesses universais, estaria enfraquecendo. (ARRIGHI, 2010) Durante o desenvolvimento da

⁷ HARVEY, David – O novo imperialismo – 2004, p.44, Editora Loyola

ofensiva militar contra o Iraque, os efeitos negativos para a hegemonia norte-americana tornam-se ainda mais evidentes, e levaram ao aumento generalizado do antiamericanismo em diversas partes do mundo, e a uma crescente oposição popular interna.

Portanto, diante do cenário aberto caracterizado por grandes transformações recentes no âmbito das relações interestatais, marcado para diversos autores das mais distintas orientações teóricas pela decadência da hegemonia norte-americana, e concomitante ascensão da China, a teoria leninista do imperialismo assumiu uma nova importância como instrumental analítico para definir a natureza da relação sino norte-americana. E também para lançar luzes sobre o tipo de Estado que estaria se formando na China. Ganha relevância também o debate com autores como Giovanni Arrighi, cujo prognóstico aponta que a China assumiria crescentemente o papel de nova potência até tornar-se hegemônica mundial pacificamente.

Essa hipótese é essencialmente oposta às análises oferecidas pela teoria do imperialismo em sua variante marxista, que atestava que uma nova divisão da dominação mundial entre as potências, que implicaria no ascenso de um novo *hegemon* só poderia se dar como resultante de um enfrentamento acirrado entre as nações. Tais enfrentamentos poderiam tomar a forma de disputas e guerras comerciais, ou guerras travadas em países cuja esfera de dominação se almeja, ou mesmo na sua forma mais extremada, entre as potências centrais. É de acordo com esse fundamento que as correntes marxistas clássicas, representadas por autores como Vladimir I Lênin, Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky, em polêmica com os dirigentes da socialdemocracia alemã, Karl Kautsky e Bernstein, provenientes da III Internacional no período anterior a 1924, que marca a viragem stalinista, avaliam o significado da I e II Guerras Mundiais.

Ainda que no decorrer da II Guerra Mundial a III Internacional⁸ tenha atuado referenciada na orientação stalinista para URSS, que negou o pressuposto até então

⁸ A III Internacional Comunista foi fundada em março de 1919, e reunia os partidos comunistas criados a partir de cisões da socialdemocracia em diferentes países. Enquanto Lênin viveu, foram realizados quatro congressos da III Internacional. Neles foram discutidas as condições para a adesão à Internacional; o apoio do proletariado aos movimentos de libertação dos países coloniais; as táticas de frente única; o trabalho dos comunistas nos sindicatos. Mas a ascensão do stalinismo na União Soviética levou à degeneração da Internacional, que levou adiante a coexistência pacífica com a

vigente das teses embasadas no internacionalismo revolucionário, a análise sobre a natureza destes dois conflitos bélicos orientada pela teoria do imperialismo partia de que ambos os enfrentamentos atendiam às disputas entre os Estados pela ascensão de uma nova potência hegemônica, frente à decadência da era de dominação britânica. Dessa maneira, a I Guerra Mundial não havia sido capaz de resolver esta questão, dando à Grã-Bretanha uma sobrevida artificial, unicamente sustentada pelos acordos de Versalhes contra a Alemanha, e consequente drenagem dos recursos do país. Seria necessário um novo conflito beligerante, de proporções ainda superiores, como de fato fora a II Guerra Mundial para finalmente resolver quem dentre as potências em pugna emergiria como a detentora da hegemonia. (TROSTKY, 1938).

Assim, a teoria do imperialismo abarca não apenas a definição dos tipos de Estados existentes no capitalismo a partir do século XX, mas a relação que estabelecem entre si, compreendendo ainda a análise do processo de decadência de determinados *hegemons* e de ascensão de novas potências. Neste sentido, elaborada à luz de tais acontecimentos históricos de magnitude ímpar, a teoria leninista do imperialismo atesta como a passagem de uma etapa de dominação hegemônica de uma potência, sua decadência, e finalmente substituição por outra, obriga necessariamente a grandes enfrentamentos entre as nações. Não à toa, para Lênin o imperialismo constitui-se verdadeiramente como uma nova época do capitalismo, marcada por uma instabilidade de proporções inigualáveis, que assumem a forma de crises, guerras e revoluções.

A isso se segue toda a política econômica, de caráter extremamente competitivo, da qual a desvalorização dos ativos japoneses em busca de promover a valorização do dólar, fez com que o Japão se visse impedido de seguir crescendo nos mesmos níveis, já que isso significaria uma crescente ameaça às empresas norte-americanas. Portanto, de acordo com essa lógica sugerir que a China poderia ascender até alcançar o papel de potência hegemônica mundial, e imperialista segundo a

burguesia e o imperialismo, até ser dissolvida por Stalin, em 1943. Em 1933, a política stalinista levou à derrota do proletariado alemão e à subida de Hitler ao poder. Trotsky concluiu, então, que a III Internacional estava morta e era preciso uma nova internacional. Em 3 de setembro de 1938, a IV Internacional foi fundada numa conferência em Paris com delegados de dez países: URSS, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica, EUA e mais um delegado da América Latina, o brasileiro Mário Pedrosa.

definição de Lênin, de maneira pacífica seria algo descabido, na medida em que implicaria que os Estados Unidos assumiriam uma posição inerte, de verdadeiros espectadores da sua própria decadência⁹.

Essa questão remete a outro problema. Como classificar a China que nas últimas décadas avançou até ser a segunda economia mundial, com uma relevância determinante para o conjunto da economia de praticamente todas as regiões do mundo? Seria a China um imperialismo, ou uma forma híbrida nova de Estado, constituída como uma potência cuja importância econômica já atingiu um alcance mundial, sem que, no entanto, possa se equiparar a potências como a Alemanha ou os Estados Unidos? Qual a natureza de sua relação atual com os Estados Unidos, e qual o papel da doutrina de ascensão pacífica?

Para contestar a essas questões, a tese do imperialismo justifica-se por permitir extrair elementos tanto no que se refere às relações interestatais, como à relação dessas com a tipificação das variantes de Estado existentes. Para definir em outros termos, a teoria leninista do imperialismo possibilita um enfoque que abrange as transformações trazidas pela ascensão do imperialismo entendidas como a emergência de uma nova época histórica, marcada pela dominação do capital financeiro em detrimento da livre-concorrência. A essa ordem econômica correspondem relações interestatais, que são definidas e variáveis de acordo com os distintos tipos de Estado que passam a existir.

Marx já havia teorizado sobre o caráter internacional do capitalismo, que deveria pela sua própria dinâmica estender-se a todas as regiões do globo, e que fazia com que *“as nações avançadas mostram o reflexo do futuro das nações atrasadas”*. Também analisou detidamente as relações entre as colônias e as metrópoles, e os processos através dos quais as nações mais poderosas se apossavam dos bens das

⁹ Giovanni Arrighi em uma entrevista concedida a David Harvey em 2009 afirmava: *“Não está claro o que Obama quer realmente fazer. Se pensa que pode reverter a decadência se encontrará com surpresas muito desagradáveis. O que pode fazer é gerir a decadência de maneira inteligente, em outras palavras, mudar a política seguida de “nós não estamos nos acomodando. Nós queremos outro século”, a uma gestão de fato da decadência, idealizando políticas que se acomodem a mudança existente nas relações de poder. Não sei se Obama fará isso, porque ele é muito ambíguo, realmente não sei. Mas se a mudança de Bush por Obama abre a possibilidade de gerir e acomodar esta decadência dos Estados Unidos em um não modo catastrófico”*. – ARRIGHI, Giovanni entrevistado por David Harvey – (http://ddooss.org/articulos/entrevistas/Giovanni_Arrighi.htm)

nações menos desenvolvidas. Descreve em profundidade como as nações são submetidas por outras, de modo a que se garanta assim a inexorável tendência ao capital de englobar o conjunto do mundo em seu modo de produção. Esse movimento de conquista cumpria no século XIX uma dupla característica. Continha um aspecto regressivo, por estabelecer uma relação de submissão dos países conquistados. Isso se combinava a outro, de caráter progressista, o de “aniquilar o modo de produção asiático”, qualitativamente mais atrasado que as formas de organização social capitalista. Neste sentido, as análises traçadas sobre a relação entre a Índia e a Inglaterra, potência hegemônica nos séculos XVIII e XIX são lapidares:

A Índia não poderia, portanto, escapar ao destino de ser conquistada e toda sua história, se história houver, é a das conquistas sucessivas que ela sofreu. A sociedade indiana não tem qualquer história, pelo menos história conhecida. O que chamamos de história não é a história dos invasores sucessivos que fundaram seus impérios sobre a base passiva desta sociedade imóvel e sem resistência. A questão não é, portanto, a de saber se os ingleses têm direito de conquistar a Índia, mas se devemos preferir a Índia conquistada pelos turcos, pelos persas, Hilferpelos russos, à Índia conquistada pelos britânicos. A Inglaterra tem uma dupla missão a alcançar na Índia: uma destrutiva, outra regeneradora - aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia. Árabes, turcos, tártaros, mongóis, que invadiram sucessivamente a Índia, foram prontamente “hinduizados”, com os conquistadores bárbaros sendo, por uma lei eterna da História, conquistados eles próprios pela civilização superior de seus submetidos. Os britânicos são os primeiros conquistadores superiores e consequentemente inacessíveis à civilização hindu. Eles a destruíram destruindo as comunidades indígenas, extraíndo-lhe a indústria indígena e nivelando tudo o que era grande e superior na sociedade indígena. A história de sua dominação na Índia não retrata outra coisa que seja diferente dessa destruição. A obra de regeneração surge com sofrimento em meio a um monte de ruínas. Ela, pelo menos, começou¹⁰. (MARX, Karl 1853, sp)

Muitos críticos de Marx traçaram uma interpretação de que suas teses teriam uma perspectiva eurocêntrica, justamente por conta de passagens como a acima citada, ou ainda por ser defensor de uma concepção evolutiva, cujo progresso seria um fim teleológico. Entretanto, uma leitura atenta de sua obra revela que ao contrário disso, Marx combinou dialeticamente em suas análises os avanços inegáveis trazidos pelo modo de produção capitalista, sem com isso negar-se a assinalar como muitas vezes estava fundado sobre relações de submissão e conquista violenta. No âmbito das relações entre os Estados pela conquista, e aniquilação da autonomia das nações de

¹⁰ MARX, Karl – Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia, 1853, (www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/22.htm)

capitalismo menos desenvolvido. Dessa maneira, a noção civilizatória da expansão capitalista para Marx é avaliada desde um prisma absolutamente desprovido das justificativas morais, segundo as quais os ideólogos e protagonistas de tal expansão justificavam suas anexações e ocupações.

Eu não posso deixar o assunto das Índias sem algumas observações para concluir. A hipocrisia profunda e a barbárie inerente à civilização burguesa se difunde sem véus diante de nossos olhos, passando da sua fornalha natal, onde ela assume formas respeitáveis, às colônias onde ela assume suas formas sem véus. (...) Os efeitos devastadores da indústria inglesa, considerados em relação à Índia, um país tão vasto como a Europa e de uma superfície de 150 milhões de acres, são palpáveis e aterrorizantes. Mas não devemos esquecer que eles não são senão os resultados orgânicos de todo o sistema de produção, tal qual está presentemente constituído. Essa produção repousa sobre a dominação toda poderosa do capitalismo. A centralização do capital é essencial a sua existência enquanto potência independente. A influência destrutiva dessa centralização sobre os mercados do mundo não faz senão revelar, a mais gigantesca escala, as leis orgânicas inerentes à economia política atualmente em vigor em toda cidade civilizada. O período burguês da História tem por missão criar a base material do mundo novo; de uma parte, a intercomunicação universal fundada na dependência mútua da humanidade e os meios dessa intercomunicação; de outra parte, o desenvolvimento das forças produtivas da produção material a partir da dominação científica dos elementos. A indústria e o comércio burgueses criam estas condições materiais de um mundo novo do mesmo modo que as revoluções geológicas criaram a superfície da terra. Quando uma grande revolução social tiver se assenhorado dessas realizações da época burguesa, do mercado mundial e das forças modernas de produção, e os tiver submetido ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano cessará de parecer com este horrível ídolo pagão que somente quer beber o néctar no crânio de suas vítimas¹¹. (MARX, 1853, sp)

Assim, nota-se que Marx já havia deixado avançadas bases para a análise da natureza expansiva do capitalismo, e das relações desiguais criadas entre as nações. Portanto, Marx havia desenvolvido a questão recorrentemente aprofundada em diversos escritos de sua obra, como a de que os avanços trazidos pelo modo de produção capitalista deveriam dar lugar, chegado o momento oportuno, a uma forma superior de organização social pela revolução socialista.

Entretanto, Marx não desenvolveu as reflexões que estavam previstas para tratar em profundidade dessa questão em *O Capital*, isto é, as consequências disso para os conflitos entre as nações, as guerras e sua relação com as revoluções, a natureza das crises capitalistas, e uma teoria do Estado pós-revolução. Isso não apenas pelas imensas dificuldades materiais que são amplamente conhecidas nos momentos

¹¹ MARX, Karl – Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia, 1853, (www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/22.htm)

em que elaborou *O Capital*, mas porque o próprio avanço do capitalismo em escala mundial ainda não havia atingido sua maturidade, o que fora uma condição fundamental para a análise do surgimento do imperialismo. Coube à literatura marxista da virada do século XIX para o século XX o exame mais aprofundado da natureza do imperialismo. Nas tradições típicas das correntes teóricas referenciadas no marxismo, o conceito de *imperialismo* é essencial para a reflexão da distribuição de poder entre os Estados, e para a própria caracterização da natureza de cada um deles.

Nesse sentido mais amplo, o imperialismo supera a significação comumente empregada ao conceito de designar uma orientação política beligerante de um determinado Estado, ainda que isso seja parte constitutiva do imperialismo. Entendido nesse sentido, o conceito forja-se partindo de uma análise das transformações do capitalismo, que teriam operado na virada do século XIX para o século XX, e suas distintas interpretações, sendo alvo de debates polêmicos inaugurados durante a II Internacional, que assumem vitalidade por conta de posições análogas presentes em teóricos atuais.

A discussão teórica acerca da natureza do imperialismo remete à socialdemocracia alemã, e a sua necessidade em superar a primeira resposta esboçada pelos seus dirigentes e intelectuais. Numa primeiro movimento, a contestação política ao imperialismo tomou a forma da recusa ao militarismo, da reivindicação da liberdade de comércio, e do repúdio à política colonialista que no âmbito das relações interestatais marcava a orientação das potências mundiais. Entretanto, o fundamento econômico capaz de revelar os mecanismos imperialistas em toda a sua plenitude seguia ainda submerso.

A primeira formulação de cunho integral deu-se a partir da obra do economista marxista austríaco, Rudolf Hilferding, em 1910, ano em que é publicado *O capital financeiro*. Embora a obra *Imperialismo* de John Atkison Hobson date de 1902 e já aborde o nascimento do monopólio, esse não considerava que se trataria de uma mudança de época do capitalismo. Já Hilferding sintetizaria diversos conceitos, que posteriormente seriam integrados à leitura de Lênin em relação às transformações mais importantes que operavam no capitalismo naquele momento. Tomando as transformações econômicas que operaram no capitalismo mundial desde a morte de

Marx, Hilferding assinala a importância crescente dos cartéis e dos trustes, isto é, da concentração monopólica como o fundamento do imperialismo. Constituindo-se como parte indissociável desse processo, analisa também o novo papel dos bancos que crescentemente se fusionaria com o capital industrial. Para lançar luzes sobre esse processo, Hilferding realiza um exame bastante aprofundado sobre o papel do crédito e do próprio dinheiro, sem o qual não se pode apropriar-se das transformações econômicas que marcaram a virada do século XIX para o século XX.

Porém, para o economista austríaco a transformação fundamental do capitalismo vigente naquele momento era a crescente importância de um mercado acionário. Dessa forma, o capitalista que outrora empregava seus recursos na produção industrial, passa a dispor crescentemente do volume total de capital-dinheiro disponível na economia em seu conjunto, sendo esse um aspecto essencial que levaria a fusão do capital bancário e industrial. Combinado a isso, tem lugar os cada vez mais significativos acordos de créditos às sociedades por ações, o que por sua vez, torna mais fácil a supervisão da gestão do capital empregado. Nesse contexto, tal movimento de capital estabeleceria o nexo existente entre tais organizações, e favoreceria a busca pela definição de preços no mercado, de modo a garantir o lucro dos grandes conglomerados:

The terms of an agreement establishing a monopolistic consortium are defined by its purpose, which is to increase profit by raising prices. The simplest way of doing this is to enter into a price agreement. But prices are not arbitrary; they depend upon supply and demand. A mere price agreement will only be effective in periods of prosperity when prices tend to rise, and even then only to a limited extent. Higher prices encourage an expansion of production, the supply increases, and in the end the price agreement cannot be maintained, so that this type of cartel usually collapses, at the very latest when a depression arrives. If the cartel is to endure the agreement must go further and bring about a relationship between supply and demand such that the agreed market price can be maintained. It must therefore regulate the supply and set production quotas. The pursuit of such a policy is certainly in the interest of the cartel as a whole, but not always in that of the individual members, who could lower their production costs by expanding production, and are constantly tempted to circumvent the cartel regulations. The best protection against such evasions is to remove the function of selling the product from the members, and to assign it to a central sales agency of the cartel¹².

De acordo com as conclusões às quais chega acerca do desenvolvimento dos monopólios, aponta que a competição seria muito desfavorável na medida em que se

¹² HILFERDING, Rudolf, Finance Capital, 1910,
(<http://www.marxists.org/archive/hilferding/1910/finkap/index.htm>)

daria entre grandes conglomerados igualitários, que já teriam eliminado as empresas de pequeno e médio porte. Por sua vez, apesar de ter o mérito de ter sido o que primeiro esmiuçou as transformações econômicas do capitalismo em sua fase imperialista, Hilferding, diferentemente de Lênin, traz ao primeiro plano as transformações no âmbito da circulação de capital. Como assinala Wilfred Dottschild:

(...) Lênin também critica quando escreve a propósito da definição do capital financeiro por Hilferding como “capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam”: “Essa definição é incompleta na medida em que não indica um dos momentos mais importantes: a concentração sempre maior da produção e do capital a um ponto tal que a concentração conduz e conduziu ao monopólio.” Lênin coloca a gênese do capital financeiro, e o conteúdo desse conceito, na concentração da produção, nos monopólios nascidos dessa concentração e no domínio dos bancos sobre a indústria. (...) em Hilferding (há), uma suposição: um cartel geral poderia regular conscientemente toda a produção capitalista. Admitir essa hipótese torna supérflua a solução revolucionária das contradições de ordem social existentes. Ela suscita a esperança de estabelecer uma ordem socialista por reformas pacíficas.¹³. (DOTTSCHALD, 2010, sp)

Não extrai, portanto, a mesma conclusão que Lênin em termos políticos, ainda que sua obra econômica tenha servido de guia para a reflexão erigida pelo dirigente russo. Ainda que tenha sido responsável por elaborar algumas das noções essenciais contidas nas teses do imperialismo, Hilferding termina aliando-se à ala da socialdemocracia alemã, da qual era integrante, que defendia a interpretação de Karl Kautsky de que a concentração promovida pelo advento dos monopólios levaria ao decréscimo da competição capitalista.

Outra interpretação distinta à leninista é a de Rosa Luxemburgo. Em sua obra *Acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, Rosa Luxemburgo aborda a problemática do imperialismo tomando como ponto de partida o processo de acumulação ampliada do capital. Seu ponto de partida envolve uma análise sobre a reprodução do capital social em sua totalidade, que se define pela necessidade de constante renovação do processo produtivo. A produção é um movimento social, que engendra uma amplitude de relações. Por sua vez, a produção atende a necessidades sociais que geram demanda por determinadas mercadorias, que são produzidas não pelo seu valor de uso abstrato, mas pela possibilidade de gerar

¹³ DOTTSCHALD, Wilfred, Desenvolvimento e crise do capitalismo no pensamento de Rudolf Hilferding, 2010(<http://laurocampos.org.br/2010/11/desenvolvimento-e-crise-do-capitalismo-no-pensamento-de-rudolph-hilferding>)

mais-valor. Para que a apropriação desse mais-valor exista é uma condição que se realize no mercado, que esse novo capital seja novamente empregado no processo de produção. (CARCANHOLO, 2010). E essa produção que agrega o novo valor deve também se realizar através dos mercados de destino, isto é, no consumo. Entretanto, esse ciclo não pode perpetuar-se sem contradições, já que os mercados são por sua própria conformação, de natureza limitada.

Assim, a única forma de evitar as crises capitalistas seria a dominação de novos mercados. Mas tais mercados também são finitos, e nem sempre estão aptos a realizar os capitais no volume necessário. Quando isso ocorre tem-se as crises capitalistas. Portanto, para Rosa Luxemburgo o aspecto fundamental que caracteriza a economia capitalista em sua fase imperialista não são os monopólios ou a exportação de capital, mas a circulação e reprodução do capital e uma tendência ao subconsumo.

Ainda que o estudo em profundidade dessas teses extrapole os objetivos desse trabalho, essa análise teórica de Rosa Luxemburgo permite por um lado apreender uma questão importante, que é a incessante busca por mercados. Entretanto, ao colocar sua ênfase nos aspectos referentes a uma tendência inerente ao subconsumo não fornece os substratos teóricos necessários para que se possa apreender, por exemplo, movimentos como os que marcaram a crise capitalista internacional aberta no ano de 2008, em que ao contrário de consumo depreciado havia uma situação clara que sobreconsumo¹⁴.

¹⁴ Mas a análise de Rosa Luxemburgo legou leituras contemporâneas que podem servir como importantes ferramentas analíticas para a compreensão de temas relativos às transformações presentes nas relações interestatais. Uma delas é o conceito de “acumulação por desapossamento” cunhado por David Harvey: “O brilho do método dialético de Marx consiste em mostrar que a liberalização do mercado não produz uma situação harmônica; produz, ao contrário, maior nível de desigualdade social (como tem ocorrido nos últimos trinta anos de neoliberalismo, particularmente naqueles países que se ativeram mais estreitamente a esta linha política, como a Inglaterra e os Estados Unidos). Marx também prevê que isto irá produzir crescentes instabilidades que culminarão em crises crônicas de sobreacumulação (como a que estamos presenciando agora). A desvantagem destes pressupostos é que eles relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma “etapa originária” que não é mais considerada relevante, como argumenta Luxemburg, como algo “exterior” ao sistema capitalista. Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas predatórias de acumulação “primitiva” ou “original” no interior da longa história geográfica da acumulação de capital, mostra-se pertinente, como vários comentadores têm observado recentemente.. Uma vez que parece inadequado chamar um processo em curso de “primitivo” ou “original”, eu irei de agora em diante substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por desapossamento”. – HARVEY, David, Acumulação por desapossamento, 2010, sp (<https://pt.scribd.com/doc/110679897/David-Harvey-Acumulacao-por-Desposessao>)

Em razão do exposto acima, que a escolha da leitura realizada por Lênin é a adotada para o exame do tema aqui proposto. A obra *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, elaborada por Lênin em 1916 sintetiza alguns dos fundamentos que balizaram o debate posterior entre as correntes do marxismo sobre o advento do imperialismo. Não se trata apenas de um escrito econômico, mas de uma síntese da análise das transformações do capitalismo, que norteou todos os debates teóricos e políticos fundamentais que se desenvolveram durante o processo de desenvolvimento da II Internacional até sua derrocada, e consequente fundação da III Internacional. Em chave polêmica, envolve ao mesmo tempo o questionamento acerca de uma visão criticada por Lênin como apologética do desenvolvimento do capitalismo, apresentada por Karl Kautsky, dirigente da socialdemocracia alemã, e demais setores do movimento marxista da época que se organizam na II Internacional.

Contrariamente à visão de Kautsky, como desenvolveremos abaixo, Lênin elabora a tese de que a mudança de época que teve lugar na virada do século XIX para o século XX se materializa na inauguração de uma época de “crises, guerras e revoluções”. Esta caracterização da época, que se estenderia até os nossos dias, está na base de toda a orientação assumida pelos quatro primeiros Congressos da III Internacional, isto é, antes da sua ascensão de Stalin ao poder, e consequente adoção da teoria do socialismo num só país, que configurou na prática uma transformação importante da matriz teórica legada por Lênin em suas teses sobre o imperialismo.

Um primeiro elemento constitutivo das transformações do capitalismo seria a passagem do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopólico, cuja expressão mais significativa encontra-se na concentração de capital. Para ilustrar esse movimento, Lênin recorre a dados econômicos de países como a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, na busca por captar como se dera essa transformação, e comparando o nível de concentração de capital durante a década de 1880 do século XIX com os índices existentes durante a primeira década do século XX:

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais no ano de 1882, apenas 3 eram grandes empresas, isto é, empregavam mais de 50 operários assalariados. Em 1894 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor, e aos motores elétricos. (...) Noutro país avançado do

capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatística considera à parte a indústria, na acepção estrita da palavra, e agrupa os estabelecimentos de acordo com o valor da produção anual. Em 1904 havia 1900 grandes empresas (num total de 216 180, isto é, 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1400 000 operários (num total de 5 500 000, ou seja, 25,6%) e o valor da produção ascendia a 5 600 milhões (em 14 800 milhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois em 1909, os números correspondentes eram: 3 060 empresas (num total de 268 491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6 600 000, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual¹⁵. (LENIN, 1916, sp)

Lênin chega a uma das definições mais fundamentais desta obra, ao notar que quanto mais intensa for a competição capitalista, mais profundamente operam as tendências à concentração da produção, o que por sua vez, abre caminho para a formação dos monopólios. Esta tendência já havia sido analisada embrionariamente por Marx. Mas a sua concretização como base fundamental do capitalismo é definida por Lênin. Com o avanço da industrialização dá-se também acirradas disputas entre as burguesias industriais de cada um dos países mais avançados, que buscam organizar-se para disputar mercados de forma organizada.

Assim, o modo de produção capitalista passou por importantes transformações, até alcançar no final do século XIX a forma de cartéis, que se originaram a partir da necessidade dos grandes grupos capitalistas nacionais em estabelecer determinados acordos entre si, de modo a viabilizar sua existência em meio às crises econômicas, que com o próprio avanço do capitalismo se tornam mais recorrentes. Posteriormente, os cartéis passaram a ser parte orgânica da economia capitalista, sobretudo nos países avançados, como pilares que passam a estruturar a base econômica da sociedade.

Isso resulta em um “gigantesco progresso na socialização da produção”, e consequentes avanços tecnológicos. Essa evolução se opera porque a partir da concentração da produção permite-se saber, por exemplo, “uma estimativa aproximada de todas as fontes de matérias-primas de um país, ou de vários países de todo mundo” questão que se estende para as inovações tecnológicas. Neste sentido:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas contra sua vontade e sem que disso tenha consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta

¹⁵ LENIN, Vladimir – O imperialismo, fase superior do capitalismo, 1916, (www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo)

liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção torna-se social, mas a apropriação continua privada. Os meios de produção permanecem sob a forma da propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência, que se reconhece nominalmente subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre o restante da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável¹⁶. (LENIN, 1916, sp)

De acordo com a literatura marxista a socialização superior das relações de produção constitui-se como um avanço, que instaura elementos mais racionais na produção. Entretanto, seria um equívoco extrair dessa norma geral que o surgimento do capitalismo monopólico significaria o fim da competição entre os distintos grupos monopólicos. Ao contrário, no âmbito das classes dominantes isso significa que as burguesias enfrentam-se de maneira mais aguda, visto que a partir de então se abre uma perspectiva de competição superior por mercados, que levam ao choque de distintos grupos monopólicos entre si.

Assim, os detentores do capital monopólico se voltam contra os pequenos e médios produtores, fixando preços de matérias-primas de modo a aniquilar outros competidores. Impedem que os capitalistas menores lhe façam concorrência. Fusionam-se para ampliar o seu domínio sobre os mercados. Assim, os monopólios não eliminam a concorrência. Pelo contrário elevam-na a um grau máximo, que envolve não somente as frações da classe burguesa no interior de cada país, como à competição entre os Estados. Quanto mais um país reúne grupos monopólicos em seu interior, mais capital detém, constituindo-se desta maneira, em um país imperialista. Como resultante deste processo, a época imperialista, é entendida, portanto como o fim do capitalismo de livre concorrência, promove o aprofundamento, sem precedentes até então, da contradição existente entre a crescente socialização das relações de produção, e a apropriação privada dos resultados do trabalho – apropriação esta que se dá sob a forma cada vez mais concentrada nos monopólios, isto é em menos e mais concentrados grupos capitalistas. (LÊNIN, 1916)

Analisando as condições existentes nos Estados Unidos às vésperas da crise de 1929, Trotsky assim descrevia o capitalismo que ali se desenvolvia, contestando os que

¹⁶ Idem.

defendiam que haveria ocorrido não a concentração monopólica do capital e seus ramos de produção, mas uma ampla distribuição da riqueza:

O The New York Times, para refutar os marxistas, assinala que há de três a cinco milhões de patrões individuais. É verdade que as companhias por ações representam uma concentração de capital maior que três a cinco milhões de patrões individuais, embora os Estados Unidos contenham com “meio milhão de corporações”. Esta forma de jogar com as cifras tem por objetivo não esclarecer, mas ocultar a realidade das coisas. Desde o começo da guerra até 1923 o número de fábricas e estabelecimentos comerciais existentes nos Estados Unidos caiu de 100% para 98,7%, enquanto que a massa de produção industrial subiu de 100% para 156,3%. No período de uma prosperidade sensacional (1923-1929), quando parecia que todo mundo ia ficar rico, o número de estabelecimentos baixou de 100% para 93,8%, enquanto que a produção cresceu de 100% para 113 %. No entanto, a concentração de estabelecimentos comerciais, limitada por seu volumoso corpo material, está longe da concentração de sua alma, a propriedade. Em 1929 havia, na verdade, mais de 300.000 corporações, como observa corretamente The New York Times. A única coisa que falta acrescentar é que 200 delas, quer dizer, 0,007% do total, controlava diretamente os 49,2% dos capitais de todas as corporações. Quatro anos depois, a porcentagem já tinha subido para 56, enquanto que no período da administração Roosevelt subiu, sem dúvida, ainda mais. Nessas 200 principais companhias por ações o domínio verdadeiro pertence a uma pequena minoria¹⁷ (TROTSKY, 1933, s/p)

Dessa maneira, os monopólios também não eliminam a tendência à queda da taxa de lucro, que por sua vez intensifica as disputas. Com a queda dos lucros tem-se a decomposição dos monopólios, que leva ao desaparecimento de determinados grupos específicos. A competição e disputa por mercados, leva ao rebaixamento dos preços e à diminuição de lucros. Para buscar uma contra tendência à queda da taxa de lucro, os capitalistas intensificam a exploração do trabalho, reduzem salários e demitem trabalhadores. Recentemente essa tendência se combinou ao movimento no qual as grandes corporações deslocam suas unidades produtivas para países em que o valor da força de trabalho é menor, o que possibilita maior acumulação de mais-valia.

Cabe ressaltar que tais medidas intensificam as disputas entre capital e trabalho, incrementando também a luta entre as classes, e a concorrência sobre o preço da força de trabalho. Por isso, dialeticamente, ao mesmo tempo em que o imperialismo promove uma socialização superior das forças produtivas, traz também o aumento do caráter parasitário dos Estados imperialistas e suas correspondentes burguesias nacionais. Isso é o que permite que seja verdadeiro o aparente paradoxo de que no decorrer da década de 1930 do século XX, quando Leon Trotsky discutia como

¹⁷ TROTSKY, Leon , O marxismo em nossa época, 1939, s/p, (www.ceipleontrotsky.org)

o avanço dos Estados Unidos como potência hegemônica, não correspondia a uma era de desenvolvimento comparável à ascensão do capitalismo nos séculos predecessores.

De acordo com Leon Trotsky:

Sob a dominação do capital industrial na época de livre competição, os ascensos conjunturais eram superiores às crises. Os primeiros eram a “regra”, e o segundo a “exceção”. O capitalismo de conjunto estava em ascenso. Desde a I Guerra Mundial com a dominação do capital financeiro monopolista, as crises conjunturais ultrapassam amplamente os momentos de bonança, e se pode dizer que se converteram na regra, e os ascensos em exceção; o desenvolvimento econômico de conjunto tende a cair, não o oposto. Não obstante, as oscilações conjunturais são inevitáveis e ainda com o capitalismo decadente, se perpetuam enquanto existir capitalismo¹⁸. (TROTSKY, 1938, sp)

Entretanto, essa definição não deve ser entendida como a negação absoluta da existência de momentos de recuperação relativa econômica, e inclusive de alguma estabilidade e crescimento. Ou mesmo de que haveria uma crise derradeira do capitalismo, responsável por promover um colapso que culminasse em seu fim por si só, isentando a necessidade de uma intervenção consciente da classe trabalhadora tendo adiante seu partido (TROTSKY, 1938). Uma posição qualitativamente distinta da de Rosa Luxemburgo:

A tendência objetiva da evolução capitalista em direção ao desenlace é significativa o suficiente para produzir uma tensão social e política das forças opostas, que tenha que colocar fim ao sistema dominante (...) Se, pelo contrário, aceitamos com os “experts” a ausência de limitação econômica da acumulação capitalista, se acaba com o socialismo e o solo granítico da necessidade histórica objetiva. Nos perdemos nas nebulosidades dos sistemas e escolas pré-marxistas que queriam deduzir o socialismo unicamente da injustiça e perversidade do mundo atual, e da decisão revolucionária das classes trabalhadoras¹⁹. (LUXEMBURGO, 1916, sp)

Portanto, para Rosa Luxemburgo o capitalismo teria um limite histórico inexorável. Isso porque sua sustentação só estaria garantida se e na medida em que o capital conquistasse novos mercados, pois sua realização dependeria da capacidade de expansão. Dessa maneira, quando o capitalismo finalmente tivesse se constituído como modo de produção universal, conquistando todos os mercados do planeta, entraria em uma crise derradeira devido à impossibilidade de seguir expandindo-se. Em suas palavras *“a crise final se precipitará quando o último camponês do último país*

18 TROTSKY, Leon – A noventa anos do Manifesto Comunista, s/p, (www.ceipleontrotsky.org)

19 LUXEMBURGO, Rosa, “El Problema en discusión” in La acumulación de Capital, México, Cuadernos de pasado y Presente 51, 1980, p.31

*colonial estiver integrado ao mercado mundial, e absorvido pelo trabalho assalariado*²⁰”.

Para Lênin, assim como para Trotsky, a questão assume outra forma. Decerto que as crises passam a ser o fator predominante na época imperialista, e não mais sua exceção. Isso indica claramente um limite para a acumulação e realização de capital. A isso se refere Trotsky quando aborda o problema do equilíbrio capitalista como um processo vivo, extremamente dinâmico, mas cujas tendências à recuperações prolongadas e sustentáveis seriam minadas de acordo com as mudanças de época:

O equilíbrio capitalista é um fenômeno complicado; o regime capitalista constrói este equilíbrio, o rompe, o reconstrói e o rompe novamente, criando neste processo os limites de sua dominação. Na esfera econômica estas constantes rupturas e restaurações do equilíbrio tomam a forma de crises e booms. Na esfera das relações entre as classes a ruptura do equilíbrio consiste nas greves, lock-outs. Na luta revolucionária. Na esfera das relações entre os Estados, a ruptura do equilíbrio é a guerra, ou antes, mais cotidianamente a guerra das tarifas alfandegárias, a guerra econômica ou o bloqueio. O capitalismo possui então um equilíbrio dinâmico, ao qual está sempre em processo de ruptura e restauração. Ao mesmo tempo, semelhante equilíbrio possui grande força de resistência: a prova mais importante que temos disso é que ainda existe o mundo capitalista²¹. (TROTSKY, 1921, s/p)

Do ponto de vista teórico, Lênin aborda a questão afirmando que:

Certamente a tese fundamental da dialética marxista é que todos os limites da natureza e da sociedade são convencionais, e dinâmicos, não havendo qualquer fenômeno que não possa se transformar em seu oposto²². (LÊNIN, 1916, sp)

Isto é, uma crise pode dar lugar mediante certas condições a uma recomposição das condições de acumulação. Mas a depender da profundidade das crises, para isso é necessário eliminar os capitais sobrantes, ou mesmo destruir forças produtivas, como se fez amplamente durante as duas guerras mundiais. Entretanto, é evidente que não se sai incólume de tais processos. Uma das marcas distintivas da época imperialista é justamente que as crises e guerras demarcam a etapa de decadência do capitalismo. Isso porque fundamentalmente na época imperialista a burguesia já cumpriria um papel retrógrado, independente dos avanços técnicos produzidos pelos monopólios, pois apesar de promover uma internacionalização

²⁰ Idem

²¹ TROTSKY, Leon, La situación mundial, 1938 sp (www.ceipleontrotsky.org/La-situacion-mundial)

²² LENIN, Vladimir, A propósito da brochura de Junius in LUXEMBURG, Rosa, A crise da Social-Democracia (a brochura Junius), Lisboa, Presença, 1974, p.192/3/4)

superior das relações de produção, o faz em base ao acirramento da competição por mercados. É nesse sentido que Trotsky observava em os erros contidos nos prognósticos elaborados por Karl Marx e Engels apontando que:

O Manifesto Comunista ataca o capitalismo porque ele bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, na sua época e mesmo durante várias décadas seguintes, este entrave possuía apenas um caráter relativo. Se, na segunda metade do Século XIX tivesse sido possível à economia se organizar sobre fundamentos socialistas, o ritmo de seu crescimento teria sido incomparavelmente mais rápido. Esta tese, teoricamente incontestável, não modifica o fato de que as forças produtivas continuaram a crescer em escala mundial, e sem interrupção, até a I Guerra Mundial. Foi unicamente nos últimos vinte anos que, malgrado as mais modernas conquistas científicas e técnicas, se abriu a época da estagnação completa e da própria decadência da economia mundial. (...) Os autores do Manifesto pensavam que o capital seria liquidado muito antes de passar de ser um regime relativamente reacionário para a sua fase absolutamente reacionária. Esta transformação, porém, só se consumou aos olhos da atual geração, fazendo de nossa época a época de guerras, revoluções e do fascismo. O erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos decorria, de um lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da maturidade revolucionária do proletariado²³. (TROTSKY, 1938, sp)

É neste sentido que a definição da época imperialista assume a característica de constituir-se como uma fase superior do capitalismo. As condições de organização superior da produção trazida pelos monopólios inauguram as vias que tornariam possíveis do ponto de vista das forças produtivas, a superação do próprio capitalismo.

Os monopólios rompem as fronteiras nacionais ao criar uma escala de socialização das forças produtivas imensamente mais avançadas que na época do capitalismo de livre concorrência. A contradição desse processo é que a burguesia segue sendo uma classe nacional, que se incumbe de defender a existência dessas mesmas fronteiras nacionais, para garantir a continuidade de sua existência como classe dominante. Portanto, por mais que o capital possa se deslocar, sendo investido em diferentes partes do mundo, e que a tendência ao aprofundamento da fusão de capitais transnacionais seja atualmente um fato inquestionável, negar a importância das relações absolutamente indelévels que as burguesias imperialistas mantêm com os Estados dos quais provém, seria o mesmo que assumir que o capitalismo sob sua forma imperialista haveria anulado as fronteiras nacionais.

Mas as transformações do capitalismo terminam levando também a mudanças no papel das instituições financeiras. Durante a época do capitalismo de livre-

²³ TROTSKY, Leon – A noventa anos do Manifesto Comunista, 1938, sp (www.ceipleontrotsky.org)

concorrência o papel do crédito e dos bancos restringia-se, grosso modo, a ser mero intermediário de pagamentos. Quando a concentração da produção tem lugar, o volume de capital necessário para alimentar os monopólios aumenta. O crédito amplia sua importância para a realização de capital, o que leva a que o lucro dos grandes bancos aumente igualmente. A emergência de operações baseadas em capitais futuros também se amplifica, ainda que de maneira completamente distinta da proliferação do capital especulativo típica da segunda metade do século XX.

Mas cabe apenas ressaltar que ao monopólio produtivo segue-se o surgimento do monopólio bancário. Os bancos deixam de atuar como meros intermediários, e passam a subordinar através de um punhado de operações, a sociedade como um todo, já que conhecem o segredo comercial das indústrias. Dessa maneira dominam a economia de conjunto, controlando o crédito às empresas, passando a determinar sua sorte ao se transformarem em fornecedores de capitais. Através da contabilidade dos grandes bancos se conhece a realidade de toda a classe capitalista, bem como de empresários médios e dos trabalhadores. Dessa maneira, os bancos são as instituições que conhecem materialmente o estado geral da economia não apenas de determinados ramos da produção, mas de toda uma nação, e atualmente, pela interligação da rede bancária, de vários países do mundo.

Esta transformação do papel dos bancos, exacerbada no presente, é o fundamento da fusão do capital industrial com o capital bancário, responsável por criar as condições para o domínio inquestionável do capital financeiro. O conceito de *capital financeiro* para Lênin, não está circunscrito ao capital especulativo, ou atualmente denominado volátil. Por *capital financeiro* Lênin compreende a junção de dois ramos capitalistas que na época anterior mantinham-se relativamente independentes, a saber, o capital produtivo, ou industrial, e o capital bancário. Esta é uma segunda definição chave do imperialismo, visto que isso eleva ainda mais a dominação dos monopólios, através da compra de ações de outros grandes bancos e conglomerados produtivos, abrindo uma época de intensa simbiose entre os altos executivos bancários – pelo conhecimento que detém acerca do estado da economia e dos vários monopólios – e os membros dos altos escalões dos governos. De acordo com Lênin:

A união pessoal dos bancos e das indústrias é completada pela “união pessoal” de uns e outros com o governo. Lugares nos conselhos fiscais, escreve Jeidels, são livremente oferecidos a personalidades do Estado que possam facilitar consideravelmente as relações com as autoridades... Geralmente no conselho fiscal de um grande banco encontra-se um membro do Parlamento ou membro da municipalidade de Berlim”. Portanto, a estruturação e, por assim dizer, e o pôr em marcha dos grandes monopólios capitalistas, prosseguem a todo vapor por todos os meios “naturais” e “sobrenaturais”. Daí resulta uma divisão sistemática do trabalho entre algumas centenas de reis das finanças da moderna sociedade capitalista²⁴. (LÊNIN, 1916, s/p)

Isso leva à outra definição presente nas teses do imperialismo, de que o Estado sob o capitalismo imperialista aprofunda seus traços de “balcão de negócios da burguesia”, característica assumida de maneira ainda mais determinante que no momento histórico em que Marx cunhou esta definição, apresentada como um dos pressupostos teóricos contido no Manifesto Comunista. Portanto, para Lênin:

O capital financeiro concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, da emissão de títulos, dos empréstimos do Estado, etc, enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas²⁵. (LÊNIN, 1916, s/p)

Esta oligarquia financeira que assume um lugar predominante na apropriação da riqueza produzida é a mais parasitária e usurária. Lucra enormemente mesmo em momentos de grande crise, e podem acessar um volume de capital muitas vezes superior a sua renda real, através da especulação. Assim, a supremacia do capital financeiro significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro, que no âmbito das relações interestatais implica numa situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente poderosos em relação a todos os outros. Esta divisão implicou na formação de monopólios em todos os países de capitalismo avançado que possuíam excedentes de capitais. Dessa forma, ao contrário da competição entre os Estados típico do capitalismo em sua fase mercantil, em que a disputa fundamental se dava em torno da dominação e exploração de colônias, agora se tratava de uma disputa por mercados para a realização desse capital acumulado, competição para a qual apenas um punhado de nações reunia as condições para realizá-la. Portanto, o capitalismo na época imperialista internacionaliza as relações de

²⁴ LENIN, Vladimir – O imperialismo, fase superior do capitalismo, 1916, (www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo)

²⁵ Idem

produção, aprofundado as desigualdades entre as nações, e entre as classes no interior de cada uma delas.

Assim, emerge com centralidade a noção oferecida pela teoria da lei do desenvolvimento desigual e do desenvolvimento combinado, que assume a forma de uma decorrência lógica das teses do imperialismo, tanto para a análise de como se dera a expansão capitalista até a conquista das áreas mais remotas do planeta, como para oferecer uma apreciação das formas híbridas que, sobretudo os Estados de tipo dependente ou semicolonial passam a assumir. Teoricamente, a noção de que o desenvolvimento de variados fenômenos, como dos processos históricos, dos indivíduos, e até mesmo da natureza²⁶, se dá de maneira desigual e combinada é fundamental desde as primeiras formulações de Marx e Engels. Como assinala George Novak:

A descoberta e formulação desta lei é o resultado de mais de dois mil e quinhentos anos de investigações teóricas sobre as formas de desenvolvimento social. As primeiras observações sobre ela foram feitas pelos filósofos e historiadores gregos. Mas a lei como tal foi levada a primeiro plano e efetivamente aplicada, pela primeira vez, pelos fundadores do materialismo histórico, Marx e Engels, há aproximadamente um século. Esta lei é uma das maiores contribuições do marxismo à compreensão científica da história e um dos mais poderosos instrumentos de análise histórica. Marx e Engels, por sua vez, derivaram a essência desta lei da filosofia dialética de Hegel. Hegel utilizou a lei em suas obras sobre a história universal e a história da filosofia, porém sem lhe dar um nome especial nem reconhecimento explícito. Da mesma maneira, muitos pensadores dialéticos, antes e depois de Hegel, utilizaram esta lei em seus estudos e aplicaram-na mais ou menos conscientemente, para a solução de complexos problemas histórico-sociais e políticos. Os mais destacados teóricos do marxismo, desde Kautsky até Plekhanov e Lênin, reconheceram a sua importância, observaram seu funcionamento e consequências e usaram-na para a solução de problemas que confundiam a outras escolas de pensamento²⁷. (NOVACK, George – 1968 –s/p)

Essa observação é muito relevante para que se capte em profundidade a dialética contida nas transformações trazidas pela época imperialista. Na primeira lei, a do desenvolvimento desigual, Trotsky parte de que a extensão do capitalismo ao

²⁶ A tese de que a dialética se aplica não apenas aos processos sociais e históricos, como também ao próprio desenvolvimento da natureza é alvo de grandes polêmicas. Inicialmente fora desenvolvida de maneira mais acabada por Friedrich Engels, em *O Anti-Dühring*, mas há pontos de contato também com elaborações de Karl Marx, como o Manifesto Econômico Filosófico. Entretanto, há marxistas para os quais a dialética pertenceria apenas à esfera da sociedade, como para Georg Luckács.

²⁷ NOVACK, George, A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade. 1968 s/p, (www.marxists.org/portugues/novack)

conjunto do globo não criou um mundo “plano²⁸”, ainda que tenha gerado uma situação mais uniforme, com a expansão do capitalismo imperialista. Mas é preciso ressaltar que o capitalismo como modo de produção não surgiu em todos os países simultaneamente, nem tampouco assumiu uma mesma forma de desenvolvimento.

Portanto, o modo de produção se estende até dominar o conjunto do globo, sem, porém, negar as particularidades nacionais, mas ao contrário, as pressupõe. Sem tais desigualdades não haveria diferenciação entre as nações imperialistas e as semicoloniais. Se umas chegam à época imperialista ocupando o primeiro status, enquanto outras são submetidas, isso é o resultado de todo o processo de desenvolvimento capitalista em suas fases anteriores. Isso leva à segunda lei, que é a do desenvolvimento desigual, que estabelece a diferenciação derivada destas particularidades, e promove em escala nacional um amálgama de formas arcaicas e modernas. Dessa maneira a lei do desenvolvimento desigual e combinado define-se por constituir-se como uma dialética de diferenciação-integração, que se constitui como uma totalidade.

Este foi um grande debate polêmico com as vertentes stalinistas da III Internacional. Em 1933 está operando com toda força a revisão stalinista das teses elementares do marxismo, em relação à substituição do objetivo estratégico de desenvolver a revolução em escala mundial, base do internacionalismo proletário que marcou a atuação e elaboração teórica dos marxistas desde a fundação da I Internacional, em prol da adoção da estratégia de “socialismo num só país”. É o ano que marca o pacto de não agressão entre Hitler e Stalin, o que na prática significou a renúncia a qualquer perspectiva de impulsionar a revolução alemã, e o conseqüente ponto culminante da degeneração da III Internacional, iniciado com a perda da possibilidade da vitória do proletariado alemão em 1923.

Como conseqüência todos os aspectos teóricos que se colocaram no centro da fundamentação do internacionalismo passaram a ser negados. A explicação de como num país atrasado como a Rússia a classe trabalhadora havia sido capaz de tomar o

²⁸ Seguindo a sociologia histórica de Braudel, Giovanni Arrighi teria refutado Marx como base a análise do desenvolvimento do capitalismo, pois o pensamento marxista de conjunto conteria uma visão do evolutiva, que teria instituído um mundo plano, leitura da definição de Marx do Manifesto Comunista de que cada “nação avançada seria o espelho através do qual deveria mirar-se as demais nações, pois o capitalismo as arrastaria pela força de expansão típica do capitalismo”.

poder em 1917, sem ter que passar por uma longa etapa de desenvolvimento do capitalismo, passa a ser na leitura stalinista a de que isso só fora possível pelas particularidades nacionais russas, que foram absolutizadas de modo a sustentar a tese do socialismo num só país. Uma das refutações teóricas mais cabais viria a ser a negação da teoria do desenvolvimento desigual, e a teoria do desenvolvimento combinado. Debatendo contra as posições stalinistas, Trotsky afirmava:

Uma das interpretações mais importantes, que conduz à mal-entendidos é a seguinte: até a época imperialista a Inglaterra foi a potência hegemônica (Stalin diz que a lei não existia nessa época e que Marx e Engels não a conheciam!). Durante essa época a desigualdade era muito maior que agora; basta recordar o contraste entre a Inglaterra e a Índia. As diferenças eram dez vezes maior que agora. O desenvolvimento da Índia era totalmente distinto do da Inglaterra, Estados Unidos etc. Mas mediante desenvolvimentos distintos e desiguais o mundo capitalista se tornou mais uniforme. Não se trata de negar a existência da lei, mas de explicá-la. Numa oportunidade tratei de fazê-lo através da fórmula “desenvolvimento combinado”. O desenvolvimento desigual expressa principalmente o fato de que os distintos países atravessam diferentes épocas. Porém, a evolução demonstrou que os países atrasados complementam seu atraso com os últimos avanços do capitalismo. Daí surge o desenvolvimento combinado, como demonstrei na História, com o exemplo da Rússia²⁹(TROTSKY, Leon, 1921)

Já assinalamos acima que este ponto de partida teórico aplicado ao âmbito das relações interestatais fora responsável pela instauração de um mundo marcado pela dominação imperialista sobre os países semicoloniais e dependentes, estando, portanto, diretamente relacionado com a teoria do imperialismo leninista. Já no plano de análise dos tipos híbridos encontrados no interior de cada nação, essa questão reveste suma importância. Trotsky indica acima como as nações de capitalismo atrasado se constituem como formas híbridas, dentro das quais convivem modos de produção de diversas etapas históricas. Dessa maneira, o campo atrasado coexiste com a formação de grandes centros industriais, que sob a pressão dos avanços da técnica impõem aos capitalistas das nações atrasadas englobá-los em parte. Essa noção será muito valiosa para analisar dialeticamente o desenvolvimento econômico chinês nas últimas décadas, e que tipo de Estado passou a compor.

Outro aspecto importante é a exportação de capitais para determinar se um país imperialista está em ascensão ou decadência. O exemplo dos Estados Unidos, como a potência imperialista por excelência, mostra que esse se constituiu como um

²⁹ TROTSKY, Leon - El desarrollo desigual y combinado y el papel del imperialismo yanqui, p 120, em Naturaleza y Dinamica del Capitalismo Mundial, CEIP, 2004, Argentina.

imenso exportador de capitais. Isso veio se revertendo desde a década de 1970. A crise econômica da década de 1970 marca seu processo de decadência histórica como potência hegemônica, em que passa a ser um consumidor de capitais provenientes de todas as partes do mundo. (ARRIGHI, 2008). Um exemplo utilizado por Lênin no momento da ascensão do imperialismo é a construção das ferrovias de São Paulo, financiada com capitais ingleses, franceses, belgas, etc.

Deste modo o capital financeiro lança, permita-se a expressão, as suas redes a todos os países do mundo. (...) Os países exportadores de capitais partilham (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo³⁰. (LÊNIN, 1916, sp)

Esta competição entre os países imperialistas para dominar os negócios e mercados de países semicoloniais define a partilha do mundo. Mas esta partilha, concretizada na exportação de capitais imperialistas, não se dá apenas sob a forma de investimento direto, isto é na produção e na construção de grandes obras nos países semicoloniais. Dá-se também sob a forma de empréstimos a juros exorbitantes entre países distintos, que criam as condições para a ingerência capitalista sobre as nações, tanto politicamente quanto economicamente.

A nova partilha do mundo resulta, ao mesmo tempo, em distinções entre os Estados existentes, que é conferido a cada um de acordo com a posição ocupada na divisão internacional de trabalho. Portanto, há as nações que atuam como provedoras de matérias-primas, e cujos mercados são o alvo da exportação de capitais pelos países imperialistas, com os quais mantêm uma relação marcada pela submissão econômica e recorrentemente política. A esse tipo de Estado foi dada a denominação de semicolonial, porquanto distintamente das colônias, visto que mantêm um sistema político formalmente independente, é marcado, entretanto, pela dominação imperialista. Já as nações exportadoras de capital financeiro e de mercadorias de alto valor agregado são imperialistas. O processo segundo o qual estendem sua presença sobre os países de capitalismo atrasado ou dependente, não pode ser analisado

³⁰ LENIN, Vladimir – O imperialismo, fase superior do capitalismo, 1916, (www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo)

apenas sob o prisma da economia, mas assume formas de dominação inclusive política.

Por fim, há os países que se configuram como intermediários entre as duas categorias fundamentais, que recebem a definição de dependentes, visto que mantêm uma relação de dependência econômica em relação aos países imperialistas, mas detém certa margem de manobra política própria, como são as potências regionais. Sua capacidade de influir economicamente e politicamente sobre o conjunto das nações não é importante o suficiente para que sejam consideradas imperialistas, mas mantêm importância regional. Portanto, a ascensão da época imperialista resulta igualmente em uma nova caracterização das nações de acordo com distintos graus de dependência, que manteriam em relação aos imperialismos mais importantes. Lênin assinala sobre isso que:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, indicamo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina. A América do Sul e, sobretudo a Argentina - diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico -, encontra-se em tal dependência financeira frente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa." (9*) Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 875 milhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro - e à sua fiel "amiga", a diplomacia - da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a "partilha do mundo", passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial³¹. (LÊNIN, 1916, sp)

Essa definição sobre o caráter dos Estados deve ser apreendida, portanto, não a partir de uma definição das bases econômicas e políticas de cada Estado encerrado em suas próprias fronteiras. Antes de tudo, trata-se de uma relação, estabelecida entre os Estados, que se desenvolve na arena internacional. Parte de que as relações

³¹ LENIN, Vladimir – O imperialismo, fase superior do capitalismo, 1916, (www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo)

interestatais são de natureza conflitante, definidas em essência na submissão de certos Estados por outros, e por uma hierarquia entre as nações. Ainda que a teoria do imperialismo traçada por esta perspectiva não exclua conjunturas marcadas pelo predomínio da estabilidade, em que os acordos diplomáticos assumem a dianteira do concerto de forças entre as nações, é evidente que seu pressuposto teórico localiza-se em oposição às análises segundo as quais se poderia rumar para um equilíbrio pacífico de interesses e maior distribuição equitativa de poder, entendido num plano histórico.

Outra questão importante que emerge sobre a relação entre os Estados no imperialismo é a constatação de Lênin de que em 1914, no ano em que se inicia a I Guerra Mundial, a partilha do mundo entre as nações imperialistas já estava finalizada. E para que uma nova partilha se desse, isso implicaria necessariamente em grandes conflitos, em crises e guerras. Neste sentido, Trotsky analisa a I Guerra Mundial como um conflito entre as principais potências imperialistas, para solucionar o dilema sobre qual nação deveria ocupar o posto outrora pertencente à Grã-Bretanha, envolvendo todas as potências europeias:

A Alemanha começa seu desenvolvimento capitalista sobre uma nacional e com a destruição da hegemonia continental da França no ano de 1870-1871. Agora que o desenvolvimento da indústria alemã sobre uma base nacional se converteu no primeiro poder capitalista do mundo, se encontra em colisão com a hegemonia da Inglaterra no curso de seu desenvolvimento ulterior. A completa e ilimitada dominação do continente europeu parece para a Alemanha como um requisito indispensável da derrubada de sua inimiga mundial. Por isso a primeira coisa que a Alemanha imperialista inscreve em seu programa é a criação de uma liga de nações da Europa central; Alemanha, Áustria-Hungria, a península balcânica, a Turquia, Holanda, os países escandinavos, Suíça, Itália e se fosse possível as debilitadas França, Espanha, e Portugal serviriam para constituir uma união econômica e militar, uma grande Alemanha, sob a hegemonia do atual Estado alemão. Este programa foi cuidadosamente elaborado por economistas, políticos, juristas e diplomatas do imperialismo alemão e levado à realidade por seus estrategistas, sendo a prova mais clara e mais eloquente da expressão do fato de que o capitalismo se estendeu para além de seus limites do Estado nacional e sente-se limitado de maneira intolerável dentro de suas fronteiras³².(TROTSKY, 1914 sp)

Como a própria experiência da revolução russa havia provado em 1917, a guerra poderia dar lugar a novas revoluções, visto que como um ato extremo, marcado pela violência inaudita, repentinamente aniquila as ilusões populares em um desenvolvimento pacífico e gradual, e arrasta as massas dos países envolvidos no conflito para imensos sofrimentos. Evidentemente que seria equivocado considerar

³²TROTSKY, Leon – La guerra y la Internacional, s/p (www.ceipleontrotsky.org)

que as guerras levam às revoluções automaticamente. Nos processos históricos do século XX, tanto vitoriosos, como a revolução russa de 1917, como derrotados, como a guerra civil espanhola da década de 1930, demonstra-se que a existência ou não de uma direção revolucionária organizada exerce um papel definitivo.

A capacidade desta organização em captar os anseios populares em meio aos conflitos bélicos é uma condição fundamental para a efetivação de seus objetivos. De um prisma ligado a este, a política internacionalista de considerar os trabalhadores como uma classe “sem pátria” assume durante as guerras suma importância. A própria vitória da revolução russa tendo adiante o Partido Bolchevique havia sido realizada sob as palavras de ordem de “pão, paz e terra”, questões democráticas elementares que o governo provisório instituído em fevereiro de 1917 era incapaz de conceder, tendo em vista que ao se tratar de ser composto por membros da oposição ao czarismo de caráter democrático-liberal tendo à frente o general Kerensky, mantinham interesses em seguir com a guerra. Portanto, a oposição dos comunistas à guerra fora absolutamente crucial para a conquista do apoio dos camponeses e dos soldados, constituindo-se dessa maneira, a aliança de classes necessária para a tomada do poder. Portanto, a assinatura do tratado de paz com a Alemanha em Brest-Litovsky em 1918 fora fundamental para a consolidação da URSS.

Portanto, Lênin e Trotsky não negam em absoluto a questão de que novas partilhas do mundo entre as potências possam emergir. Mas realizam um debate polêmico contra os que acreditam que esta poderia dar-se a partir da ação da diplomacia, ou de um concerto mais equitativo entre as nações, como sugerem todas as perspectivas kantianas que originaram a Liga das Nações. Ao contrário disso, analisam como a decadência de uma potência hegemônica, desembocou na disputa por uma nova partilha do mundo, com a I Guerra Mundial. Lênin não pôde vivenciar a II Guerra Mundial, mas a interpretação legada nas teses do imperialismo permitiu que Trotsky desenvolvesse os pressupostos contidos na teoria, apontando que os dois conflitos mundiais tinham como missão estabelecer uma nova partilha do mundo, resolvendo desta forma esta questão que a I Guerra, apesar da imensa destruição promovida, não havia podido realizar.

O processo de ascensão dos Estados Unidos, que emergem como a potência hegemônica imperialista em sua forma mais acabada, se caracteriza, portanto, por uma estreita relação com a proximidade da II Guerra Mundial. A crise de 1929 cuja tentativa de solução havia se revestido como o New Deal, e as políticas de orientação keynesiana, não foram capazes de reverter a tendência à quebra da economia norte-americana. Uma recuperação relativamente sustentável da economia do país só fora lograda com o que alguns autores denominam como o “keynesianismo de guerra”, ou em outras palavras, quando os esforços para o aquecimento da produção industrial se voltaram para a produção de armamentos. Dessa maneira, Trotsky analisava em 1936 ao ascenso dos Estados Unidos, e a proximidade da II Guerra Mundial:

A economia e a política dos Estados Unidos dependem da crise, das guerras e das revoluções em todas as partes do mundo. A própria dimensão do capitalismo norte-americano e seus recursos, sua aparição relativamente tardia na cena mundial, a decadência geral e as comoções características dessa época do capitalismo mundial se combinam para assegurar um ritmo rápido à evolução econômica dos Estados Unidos, e em consequência também ao desenvolvimento político da burguesia e da classe trabalhadora nos Estados Unidos. (...) A crise de 1929-1933 e a evolução ulterior confirmaram essa análise. No país mais rico do mundo, o salário do conjunto dos trabalhadores industriais e da agricultura foi literalmente cortado pela metade entre 1929 e 1932. (...) O papel do regime de Roosevelt consistiu em salvar temporariamente o capitalismo. Com esse objetivo abandonou completamente e sem tentar dissimular o tradicional ‘laissez-faire’, doutrina dos EUA, e particularmente do próprio Partido Democrata, assim como o instrumento particular da América: os direitos do Estado. Utilizou os recursos financeiros do Estado para socorrer às empresas bancárias e comerciais, votou leis para restringir a competição, permitindo a alta dos preços, isto é, favorecendo o capitalismo monopólico³³. (TROTSKY, 1938, sp)

A exportação de capitais dos países imperialistas para o conjunto do mundo não se conforma apenas em investimentos na produção, mas em empréstimos de capital, especulação, e empréstimos estatais, e demais operações ligadas ao capital especulativo. Assim nascem os Estados credores e os devedores. Isso é o que abre as perspectivas para a formação de Estados baseados em setores rentistas, que acumulam as altíssimas somas de capital em base à exportação de capitais, empréstimos aos demais Estados sob a pena de pagamento de juros exorbitantes, aprofundando as tendências ao parasitismo nos países imperialistas. O volume de capital acumulado pelos Estados imperialistas através destas operações já no começo

³³ TROTSKY, Leon – Sobre los Estados Unidos de América – La naturaleza da economía y del Estado – 1938, Editora CEIP, 2004, Argentina.

do século XX superava o volume adquirido pelo comércio internacional e as atividades ligadas ao que se convencionou chamar “economia real”. Esta é a essência do caráter parasita do imperialismo. Lênin resgatando Hobson, que também analisa o surgimento do imperialismo, e é muito citado nesta obra aponta:

A Inglaterra - diz Schulze-Gaevernitz - converte-se paulatinamente de Estado industrial em Estado credor. Apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industriais, cresce a importância relativa para toda a economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. Em minha opinião é precisamente isto que constitui a base econômica do assenso imperialista. O credor está mais solidamente ligado ao devedor do que o vendedor ao comprador”(5*). Em relação à Alemanha, A. Lansburgh, diretor da revista berlinense Die Bank, escrevia o seguinte, em 1911, no artigo "A Alemanha, Estado-rentier": "Na Alemanha, as pessoas riem-se facilmente da tendência verificada na França para se transformar em rentier. Mas esquecem-se que, no que se refere à burguesia, as condições da Alemanha parecem-se cada vez mais com as da França³⁴. (LÊNIN, 1916, sp)

Na atualidade o Estado rentista atingiu o mais alto grau conhecido. Isso encontra uma confirmação no fato de que a principal potência hegemônica, ainda que em processo de decadência, os EUA, sobrevivam em grande medida do financiamento de suas contas através da venda de títulos da dívida pública para a China, e do deslocamento de seus maiores monopólios para o país da Ásia oriental no intuito de extrair vantagens da mão de obra vasta e barata. Os limites do endividamento estatal norte-americano são anualmente elevados, para que o Estado possa seguir atuando.

É partindo da totalidade desses elementos que Lênin afirma que “*o imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado*”. Em fevereiro de 1917, em meio à crise da economia mundial, somada aos efeitos da I Guerra Mundial, o proletariado russo derruba o Estado czarista. Desta forma, para Lênin a fase imperialista do desenvolvimento do sistema capitalista é a que constrói bases econômicas e produtivas para a transição entre o capitalismo e o socialismo.

Nas crises e nas guerras abrem-se novas problemáticas sociais, novas possibilidades, com um pano de fundo de contradições sociais aprofundadas que podem levar ao questionamento da ordem estabelecida, que até então fora considerada como aceitável. Como contra tendência a esse processo, os Estados

³⁴ LÊNIN, Vladimir – O imperialismo, fase superior do capitalismo – 1916,(www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo)

imperialistas às vésperas das grandes guerras, utilizaram parte de seu capital acumulado para criar um setor de aristocracia operária. Segundo Lênin:

É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalista extraem aos operários do seu próprio país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países avançados subordinam-no efetivamente, e fazem-no de mil e uma maneiras, diretas e indiretas, abertas e ocultas³⁵. (LÊNIN, 1916, sp)

Sobre estes setores se a socialdemocracia alemã se embasa, e é a partir disso que emerge a política responsável pela cisão da II Internacional entre os defensores de reformas econômicas, visando a manutenção do capitalismo, e a III Internacional, cuja orientação política buscava ampliar a revolução socialista, sob o impulso da então recente revolução russa. Assim para sustentar-se o capitalismo monopolista e financeirizado necessita também cooptar para si uma parte da classe trabalhadora, seja pela concessão de salários e benefícios quando a economia assim o permite, seja pela colaboração com as direções partidárias e sindicais.

Entre os setores assalariados que conseguem atingir uma renda superior, emerge uma camada de dirigentes que negociam condições melhores de salário e de vida com os monopólios, muitas vezes em detrimento dos grupos mais precários do movimento operário nacional e internacional. A aristocracia operária é beneficiada diretamente pela dominação burguesa e a manutenção dos monopólios. A defesa dos monopólios passa a ser, dessa maneira, a defesa de suas condições diferenciadas de vida em relação ao conjunto da classe operária do próprio país e do proletariado mundial. Estes setores teriam dessa maneira, muitas tendências a assumirem posições de que:

(...) o capitalismo deu agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da terra, ou, calculando de um modo muito generoso e muito acima, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com simples corte de cupons, saqueiam todo o mundo³⁶. (LÊNIN, 1916, sp)

³⁵ LÊNIN, Vladimir – O imperialismo, fase superior do capitalismo – 1916, (www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo)

³⁶ Idem.

Nos princípios do século XX atingiram completo predomínio nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas como a Alemanha, e os Estados Unidos, a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: o nascimento do monopólio como consequência da concentração da produção. Como consequência os monopólios vieram a aprofundar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista, naquele momento composta pela hulheira e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital, e as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Segue-se a isso a transformação dos bancos, os quais, de simples empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a "união pessoal" do capital industrial e bancário, e concentraram em seu poder somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro. A oligarquia financeira tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea, sem exceção. Nisso reside a manifestação mais evidente deste monopólio.

Há que notar também que o monopólio nasceu da política colonial. Às numerosas motivações da política colonial, o capital financeiro acrescentou a busca pelas fontes de matérias-primas, exportação de capitais, "esferas de influência", isto é, as de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências europeias na África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela "livre conquista", poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando nove décimos da África estavam já ocupados por volta de 1900, quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte,

de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo (LÊNIN, 1916).

De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. Neste sentido, o imperialismo não pode ser entendido como uma mera orientação política agressiva, seja aplicada à esfera comercial ou interestatal, dos países mais desenvolvidos. Esta apreensão do sentido do imperialismo deixa de lado sua essência, e implica em uma concepção de que mudando a linha de governo dos países imperialistas se alteraria o seu conteúdo de fundo.

Karl Kautsky, líder da socialdemocracia alemã, e contemporâneo de Lênin ao invés de concluir que as leis gerais do Imperialismo arrastam a humanidade para uma época em que, ao contrário do século XIX se esgotam estrategicamente as perspectivas de crescimento das forças produtivas de uma perspectiva orgânica por fora do custo de uma ampla destruição precedente das mesmas, como havia sido a II Guerra Mundial, se pergunta:

Não poderá a política imperialista atual ser suplantada por outra nova, ultra- imperialista, que em vez da luta dos capitais financeiros entre si estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente? Tal nova fase do capitalismo, em todo o caso, é concebível. A inexistência de premissas suficientes não permite resolver se é realizável ou não³⁷?

A isso Lênin respondia:

Kautsky qualifica de ultraimperialismo ou superimperialismo aquilo que Hobson qualificava, treze anos antes, de interimperialismo. Se excetuarmos a formação de uma nova e sapientíssima palavra mediante a substituição de um prefixo latino por outro, o progresso do pensamento "científico" em Kautsky reduz-se à pretensão de fazer passar por marxismo aquilo que Hobson descreve, em essência, como manifestação hipócrita dos padres ingleses. Depois da guerra anglo-boer era natural que esta respeitável casta dedicasse os seus maiores esforços a consolar os filisteus e operários ingleses, que tinham sofrido um bom número de mortos nas batalhas sul-africanas e tiveram de pagar impostos elevados para garantirem maiores lucros aos financeiros ingleses. E que melhor poderia consolá-los do que a ideia de que o imperialismo não era assim tão mau, que se encontrava muito próximo do inter ou ultraimperialismo, capaz de assegurar a paz permanente³⁸.

³⁷ KAUTSKY, Karl – Ultra-imperialism, 1914, sp, (www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm)

³⁸ LÊNIN, Vladimir – O imperialismo, fase superior do capitalismo, 1916, sp(<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo>)

Esta concepção fundamentou a cisão da II Internacional, e fez com que Kautsky deixasse de ser uma das mais importantes referências marxistas de sua época, para ser considerado como “renegado”. Tal designação tornou-se ainda mais generalizada a partir do ano de 1918 quando assume o cargo de vice-ministro das relações exteriores na Alemanha, tendo sido indicado como um dos responsáveis para promover a derrota da revolução alemã em 1919, e posteriormente em 1923.

Um fundamento da crítica à análise de Kautsky de que a organização do capitalismo agora em base aos monopólios extinguiria a competição capitalista, é a sua ruptura com uma perspectiva dialética, pois de acordo com sua análise essa concentração avançaria continuamente e sem contradições até haverem monopólios mundiais absolutos organizados por ramos de produção. Isso equivaleria a crer que o capitalismo poderia levar adiante suas tendências em forma absoluta, e não cindidas por uma recorrente contradição que obriga a classe dominante a limitar e reinstaurar as fronteiras nacionais que o próprio avanço das forças produtivas e da internacionalização da produção haviam se encarregado de questionar.

Uma vez traçado o resgate dos fundamentos presentes na formulação das teses do imperialismo, trazendo para um primeiro plano o caráter dos Estados existentes, e as consequentes relações que estabelecem entre si, definidas pelo lugar que ocupam no concerto internacional de poder, cabe notar que é um fato indubitável que o capitalismo sofreu transformações consideráveis no decorrer do século XX e início do século XXI. Uma das transformações mais relevantes é o processo de decadência histórica da hegemonia norte-americana, entendida como a capacidade de impor sua vontade através de força e consenso, e a importância crescente de nações, outrora consideradas secundárias, para as relações interestatais.

Dentre estas, figura indubitavelmente a China. Partindo assim do arcabouço teórico fornecido pela teoria clássica do imperialismo, buscaremos adentrar na análise da natureza do Estado que aí se formou, sua relação com a União Soviética no período pós II Guerra Mundial, e paralelamente com os Estados Unidos, que cumpriu um papel preponderante para a abertura do mercado chinês e a restauração capitalista que disso decorreu. Esses elementos são os que permitem lançar luzes sobre a composição

de classes interna da China, de modo a definir em que medida se poderia afirmar que estamos diante da “potência do século XXI”, que emergiu como a aposta de muitos, e se essa seria capaz de instituir uma nova ordem mundial moldada ao seu redor.

Capítulo 2

A China moderna em gestação

A China moderna que se constituiu como uma potência é produto de um desenvolvimento atípico, e suas especificidades não podem ser apreendidas sem um exame das condições que determinaram tal processo. Nesse sentido, traça-se a hipótese de que há dois momentos de inflexão cruciais, sendo um relacionado à inserção da China nas relações interestatais, e outro ao processo interno de transformação das bases sociais e econômicas do país. Processo esse que manteve, porém, as suas bases políticas, isto é a dominação do Partido Comunista no regime. Portanto, o fio condutor dessa análise é que um primeiro aspecto determinante para os caracteres fundamentais da China moderna envolve as relações internacionais estabelecidas pela República Popular da China. Trata-se da aproximação com os Estados Unidos, em detrimento das relações com a União Soviética, fenômeno que caracteriza as décadas de 1960 e 1970. Analisaremos aqui as causas de fundo em termos políticos para que os dois Estados operários mais significativos tenham sustentado uma relação de fricções, o que consistia uma ruptura com os preceitos marxistas que ambos afirmavam defender.

Outro aspecto fundamental são as contradições internas acumuladas pelo processo de abertura e reformas promovidas por Deng Xiaoping a partir da década de 1970, e sem o qual a restauração capitalista chinesa não poderia ter ocorrido da maneira como se deu. Neste contexto, uma inflexão é a repressão ao movimento da Praça Tiananmen em 1989. Para abordá-los em sua ampla gama de complexidades é necessário retomar algumas definições e análises delineadas desde a ascensão da República Popular da China, de modo a elucidar as características específicas do Estado resultante da revolução maoista de 1949, tomando como referência as relações interestatais engendradas pelo governo do Partido Comunista.

A terceira revolução chinesa, responsável pela ascensão de Mao Tsé Tung ao poder apoiado pelos camponeses, se dá num marco em que Stálin já havia consolidado o que ficou conhecido como o “Termidor soviético”, ou o processo de burocratização da União Soviética. Essa transformação da União Soviética de palco da primeira revolução socialista exitosa em um Estado aprisionado por uma casta governante, foi

tema de acaloradas discussões e teve efeitos indeléveis para as relações internacionais. Dentre os setores opostos no interior da URSS se discutia a denominação de “Termidor soviético”, que derivava de uma analogia debatida amplamente com o Termidor da revolução francesa, em que o poder político fora usurpado das mãos de Robespierre e seus seguidores pelos setores mais conservadores dentre os membros da mesma classe revolucionária de então, a burguesia. Entretanto, como observa Trotsky:

A transformação social que se deu entre 1789 e 1793 teve caráter burguês. Essencialmente se reduziu a substituição da propriedade feudal fixa pela “livre” propriedade burguesa. A contrarrevolução “correspondente” a esta revolução teria que significar o restabelecimento da propriedade feudal. Mas o Termidor sequer tentou tomar esta direção. Robespierre buscou apoio entre os artesãos, o Diretório entre a burguesia média. Bonaparte se aliou com os banqueiros. Todas essas mudanças, que obviamente teriam um sentido político e também um sentido social, se deram, no entanto, sobre a base da nova sociedade e do novo estado da burguesia. O Termidor foi a reação atuando sobre os fundamentos sociais da revolução. A mesma característica teve o Dezoito de Brumário de Bonaparte, a seguinte etapa importante no avanço da reação. Em nenhum dos casos se tratava de restaurar as velhas formas de propriedade e poder dos antigos setores dominantes, mas de dividir os lucros do novo regime social entre os distintos setores do vitorioso “Terceiro Estado”. A burguesia foi tornando-se dona de maiores possessões e de mais poder (seja direta e imediatamente ou através de agentes especiais como Bonaparte), mas não atentou sequer minimamente contra as conquistas sociais da Revolução; pelo contrário, solícitamente tratou de fortalecê-las, organizá-las e estabilizá-las³⁹. (TROTSKY, 1935, sp)

Num primeiro momento, o Termidor soviético fora entendido como a passagem do poder político de uma classe a outra, o que corresponderia no caso da URSS à restauração capitalista. De acordo com essa interpretação, a casta burocrática de Stalin já teria sofrido um processo de transmutação para se conformar como uma classe restauradora. Contrário a essa percepção, Leon Trotsky cunhará o termo de Estado operário degenerado para caracterizar o Estado e o regime político na URSS. Esse conceito buscava apreender uma contradição inédita até então na história segundo a qual o Estado seguia baseado nos meios de produção socializados, mas o poder político encontrava-se nas mãos de uma casta burocrática, que mantinha uma série de privilégios. Dessa forma, o Estado que então se desenvolve ao contrário de criar as condições para perecer, torna-se absoluto, e constitui-se como uma ditadura que paira sobre o conjunto da sociedade. Novamente, segundo Trotsky:

³⁹ TROTSKY, Leon - El Estado obrero, termidor y bonapartismo, 1935, (www.ceipleontrotsky.org)

O burocratismo soviético (seria mais correto dizer anti-soviético) é o produto das contradições sociais entre a cidade e a aldeia, entre o proletário e o camponês – estas duas classes de contradições não são idênticas –, entre as repúblicas e os distritos nacionais, entre os diferentes grupos do campesinato, entre as distintas camadas da classe operária, entre os diversos grupos de consumidores e, finalmente, entre o Estado soviético de conjunto e seu entorno capitalista. Hoje, quando todas as relações se traduzem na linguagem do cálculo monetário, as contradições econômicas se destacam com excepcional agudeza. Elevando-se por cima das massas trabalhadoras a burocracia regula estas contradições. Utiliza esta função para fortalecer seu próprio domínio. Com seu governo sem nenhum controle, sujeito unicamente a sua vontade, a burocracia acumula novas contradições. Explorando-as, cria o regime do absolutismo burocrático. As contradições internas da burocracia levaram um sistema pelo qual se elege a dedo o comando principal; a necessidade de disciplina dentro de uma ordem exclusivista conduziu ao governo de uma só pessoa e ao culto do Líder infalível. O mesmo sistema predomina na fábrica, no *kolkhoz* [cooperativa agrícola], na universidade e no governo: o Líder está à frente de sua fiel tropa, os demais seguem o líder. Stálin nunca foi nem poderia ser um dirigente de massas; é o Líder dos “líderes” burocráticos, sua consumação, sua personificação.⁴⁰ (TROTSKY, 1935, sp)

Porém, tal casta não podia ser confundida com uma classe, de acordo com essa interpretação oferecida por Leon Trotsky. A burocracia soviética apesar de deter privilégios inegáveis, não podia ser qualificada como uma nova classe detentora, pois se encontrava impedida de acumular capital, propriedades, visto que seguia negado entre outros, o direito à herança. Afirmar que se tratava de uma nova classe possuidora, equivaleria a negar o caráter ainda vigente do Estado planejado, mesmo que já muito degenerado pela dominação da burocracia. O monopólio do comércio exterior, que regulamentava as trocas comerciais em âmbito internacional, assegurava a propriedade estatal dos meios de produção fosse mantido. Portanto, a URSS de Stalin o plano econômico as conquistas fundamentais da revolução de 1917, sobre as quais aquele assentava o seu domínio.

Entretanto, no que se refere à ordem política e social, havia um retrocesso marcado pela ditadura quase pessoal de Stalin, anulando definitivamente o pluripartidarismo soviético defendido arduamente no período pré-revolucionário por Lênin e seus seguidores, e do fim da existência dos soviets, como organismos de poder direto dos trabalhadores e camponeses. Esse processo de transformação do regime político que emergiu após a tomada do poder pelo partido de Lênin em 1917, fora a

⁴⁰ TROTSKY, Leon - El Estado obrero, termidor y bonapartismo, 1935, (www.ceipleontrotsky.org)

resultante do isolamento da URSS no plano internacional, selado após a derrota da revolução alemã de 1923.

Assim, a atual dominação de Stálin não se parece em nada com o governo soviético dos primeiros anos da revolução. A substituição de um regime por outro não se deu por um golpe, mas através de uma série de medidas, de pequenas guerras civis da burocracia contra a vanguarda operária. Analisando historicamente, o que liquidou a democracia soviética foi a pressão das contradições sociais. Explorando-as, a burocracia pode arrancar o poder das organizações de massas. Neste sentido é correto falar da ditadura da burocracia e inclusive da ditadura pessoal de Stálin. No entanto esta usurpação pode se realizar e se manter somente porque *o conteúdo social da ditadura da burocracia está determinado pelas relações de produção criadas pela revolução proletária*. Neste plano podemos justificadamente dizer que a ditadura do proletariado encontrou sua expressão distorcida, mas inegável, na ditadura da burocracia⁴¹. (TROTSKY, 1935, sp)

Essa perspectiva, no entanto, não estava imbuída de qualquer percepção derrotista em relação ao desenvolvimento da URSS, e sua degeneração burocrática. Em primeira instância tinha sua justificação em uma análise das condições concretas que permitiram que tal processo se desse daquela maneira. Nesse sentido, Leon Trotsky em seus diversos estudos sobre a burocratização da URSS demonstrava como essa era a negação, e não a continuidade lógica, dos preceitos de Lênin delineados em obras como *O Estado e a Revolução*, na qual atestava que o Estado operário assumiria uma forma transicional entre o capitalismo e o comunismo, preparando as condições para o seu próprio desaparecimento.

Se a URSS de Stalin seguia o caminho oposto isso era passível de ser compreendido, através da análise das contradições sociais e políticas daquele momento histórico. E, se era possível compreender as raízes desse novo fenômeno, também seria possível estabelecer uma orientação para revertê-lo. Assim, afirmava Trotsky:

La política correcta de un estado obrero no se reduce solamente a la construcción económica nacional. Si la revolución no se expande a nivel internacional siguiendo la espiral proletaria, dentro de los marcos nacionales inevitablemente comenzará a contraerse siguiendo la espiral burocrática. Si la dictadura del proletariado no se extiende a nivel europeo y mundial, comenzará a marchar hacia su derrota. Todo esto es completamente indiscutible en una perspectiva histórica amplia. Pero todo se resuelve en periodos históricos concretos. ¿Se puede decir que la política de la burocracia stalinista ya condujo a la liquidación del estado obrero? Ese es ahora el problema. Contra la afirmación de que el estado obrero ya está prácticamente liquidado se levanta, primero y principal, la importante posición metodológica del marxismo. La dictadura del proletariado se impuso a través de un cambio político y una guerra civil que duró tres años. Tanto

⁴¹ TROTSKY, Leon - El Estado obrero, termidor y bonapartismo, 1935, (www.ceipleontrotsky.org)

la teoría de la sociedad de clases como la experiencia histórica atestiguan la imposibilidad de la victoria del proletariado a través de métodos pacíficos, es decir, sin grandiosas batallas de clase libradas con las armas en la mano. En ese caso, ¿cómo se puede concebir una contrarrevolución burguesa imperceptible, "gradual"? Por lo menos hasta ahora, tanto las contrarrevoluciones feudales como las burguesas nunca se dieron "orgánicamente", inevitablemente exigieron la intervención armada⁴². (TROTSKY, 1935, sp)

Mediante a isso, Trotsky definirá que a URSS necessitaria então de uma revolução política, que recolocasse o controle social dos trabalhadores sobre o regime político, e permitisse que as bases econômicas socializadas se desenvolvessem em consonância com as necessidades da ampla maioria da classe trabalhadora. Essa seria a via para recolocar a URSS como um Estado operário legítimo, livrando-a de sua degeneração burocrática. Essa orientação deveria vir acompanhada da retomada resoluta da concepção segundo a qual a revolução socialista deveria se internacionalizar. Mais do que a transformação paulatina de um grupo de Estados nacionais, o que se deveria ter como paradigma era a totalidade obtida através de uma estratégia que ligasse a revolução em escala internacional. De acordo com o resgate elaborado por Moniz Bandeira:

As crises agudas da economia soviética, Trotsky ponderou, lembravam que as forças produtivas, criadas pelo capitalismo, não podiam adaptar-se à moldura nacional e só podiam ser coordenadas e harmonizadas, de forma socialista em um plano internacional. Essas crises, segundo ele, representavam 'alguma coisa de infinitamente mais grave que as moléstias infantis ou de crescimento': elas constituíam 'severas advertências' do mercado internacional, no qual a União Soviética estava subordinada e ligada e do qual não podia separar-se. Conforme a previsão de Trotsky, se uma revolução política não houvesse e a democracia não fosse estabelecida na União Soviética, com plena liberdade dos sindicatos e dos partidos políticos, tornar-se-ia ali inevitável a restauração da propriedade privada dos meios de produção, e a nova classe possuidora, para as quais as condições estavam criadas, encontraria seus servidores entre os burocratas, técnicos e dirigentes, em geral do Partido Comunista⁴³. (BANDEIRA, 2005, pg 472)

E esse foi efetivamente o resultado que se deu décadas depois na China e na URSS, ainda que como frutos de processos qualitativamente distintos.

Utilizando um conceito caro a Carl Von Clausewitz, general prussiano que inspirou os principais teóricos da III Internacional, cada nação em que a classe trabalhadora tomasse o poder deveria se colocar a serviço da revolução mundial,

⁴² TROTSKY, Leon – La naturaleza de clase del Estado soviético, 1933, sp, (www.ceipleontrotsky.org)

⁴³ BANDEIRA, Moniz – A formação do império americano, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006, p 473

sendo encarada como um centro de gravidade do qual emanariam as condições para o avanço do socialismo em escala internacional. E, tais centros de gravidade cumpririam melhor o objetivo de expandir a revolução socialista internacional se fossem provenientes de países de desenvolvimento econômico avançado. Esse havia sido o sentido em que Lênin havia afirmado em diversas ocasiões que abriria mão de bom grado da revolução russa em prol da revolução alemã. Os dirigentes de um Estado operário deveriam enxergar-se como o Estado Maior não apenas de sua própria nação, mas em primeiro lugar da revolução socialista internacional. Em suma, um Estado operário que não tivesse como objetivo servir como plataforma para a expansão da revolução internacional, mas a sua própria preservação, rompia com os preceitos até então inquestionáveis do marxismo.

Contrariamente a esse raciocínio, e como uma consequência da ascensão da burocracia soviética, que se estabeleceria plenamente a partir da década de 1930, se daria a substituição prática e teórica do internacionalismo como princípio ordenador da atuação dos partidos comunistas, e a adoção da teoria do socialismo num só país. Alegando especificidades únicas, Stalin inaugura uma política no interior da III Internacional segundo a qual a diretriz fundamental a ser adotada seria o desenvolvimento do socialismo nos limites nacionais da URSS. Para todos os demais países, sobretudo os de capitalismo atrasado como a China, a orientação da Comintern se traduziria pela necessidade da classe trabalhadora daqueles países em se aliarem com as classes detentoras locais, contra o jugo do imperialismo.

A segunda revolução chinesa de 1925-1927, que fora derrotada em grande parte pela orientação política de Moscou, oferece subsídios relevantes para o exame dessa questão. A III Internacional a mando de Stalin orienta os comunistas chineses a adentrar no Kuomitang, partido nacionalista, na revolução que ocorreu entre 1925 e 1927. Essa diretriz seria alvo de uma polêmica de magnitude no interior do partido russo e da própria Internacional. De acordo com Jonathan D. Spence:

Para Stalin, o interesse no conflito chinês tinha assumido uma intensidade especial. Os motivos para isso tinha mais a ver com a política soviética do que com os próprios eventos da China, pois no início de 1927 ele travava uma luta encarniçada pelo poder com Leon Trotsky. Essa batalha estava sendo travada não com tropas, mas na arena burocrática e ideológica, e a interpretação e direção dadas à revolução chinesa ocupavam lugar central na argumentação dos dois líderes comunistas. Stalin insistia que a liderança de Chiang Khai-Shek e seus soldados era essencial na

fase “democrático-burguesa” da revolução chinesa. O PC chinês, de acordo com esse raciocínio, deveria “continuar a desenvolver uma aliança de quatro classes de operários, camponeses, intelectuais e pequena-burguesia urbana dentro do Kuomintang”, a fim de esmagar os senhores guerreiros feudais e os imperialistas estrangeiros⁴⁴. (SPENCE, 1995, pg.342)

Tal orientação demonstrou-se equivocada na medida em que após terem se dissolvido no partido nacionalista, abandonando sua organização independente, os comunistas chineses foram perseguidos e mortos pelo próprio Kuomintang, que os identificavam como uma ameaça. Dessa maneira, esse processo revolucionário que teve a classe trabalhadora urbana como protagonista, ao contrário da revolução maoista de 1949 apoiada nos camponeses, foi derrotado sob a repressão aos comunistas de Xangai a mando de Chiang Kai-Shek, líder do Kuomintang apoiado por Stalin. Jonathan D. Spence relata a esse respeito que:

No final de 1926, 73 sindicatos de Wuhan estavam registrados, com 82 mil associados e centenas de milhares de trabalhadores estavam organizados em Xangai, apesar da hostilidade do governo local. Em fevereiro de 1927, os líderes operários de Xangai, com a ajuda dos organizadores da União Geral dos Trabalhadores convocaram a uma greve geral em apoio às colunas do Exército Revolucionário que acabavam de capturar Hangzhou. Os grevistas conseguiram parar a cidade por dias, fechando docas, serviços municipais, (...) A greve foi interrompida pelas forças do senhor guerreiro, que decapitou vinte grevistas. Contudo o moral e o envolvimento político dos operários continuaram altos. (...) A União Geral dos Trabalhadores continuou com planos de uma segunda grande greve, organizando cinco mil piquetes, centenas deles armados. Na enorme metrópole de Xangai, os trabalhadores organizados eram uma força inflamável, possivelmente capaz de estabelecer um governo operário e revolucionário, um soviete urbano que poderia deflagrar levantes similares e a formação de sovietes em outros lugares, como acontecera durante a revolução bolchevique na Rússia⁴⁵. (SPENCE, 1995, pg 342)

O Kuomintang, apoiado por Stalin e Moscou, inicia uma ação repressiva aos comunistas de Xangai, dirigida contra o movimento grevista em comum acordo com as tropas das forças estrangeiras que ocupavam o país, e a quem os nacionalistas chineses diziam combater. Essa confluência de forças levou ao fim do processo revolucionário em curso. Novamente, de acordo com D. Spence:

No dia 12 de abril os homens da Sociedade para o Progresso Comum, fortemente armados, mas em trajes civis azuis, desfecharam uma série de ataques contra as sedes de todos os principais sindicatos da cidade. Esses grupos paramilitares agiam com o conhecimento (e às vezes com o auxílio) das autoridades das concessões estrangeiras, e à medida que a luta prosseguiu, receberam o apoio do Exército Revolucionário Nacional. Muitos membros dos sindicatos foram mortos, centenas deles foram presos e os piquetes desarmados. No dia seguinte, quando

⁴⁴ SPENCE, Jonathan D – Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p 343

⁴⁵ Idem, p 342,

trabalhadores, estudantes e a população geral da cidade realizaram um protesto, as tropas do Kuomintang atiraram com metralhadoras e quase cem manifestantes morreram. As prisões e execuções continuaram nas semanas seguintes, e as organizações da União Geral dos Trabalhadores foram declaradas ilegais e toda a atividade grevista cessou na cidade. Acabou a primavera de Xangai⁴⁶. (SPENCE, 1995, pg.344)

A derrota do movimento operário urbano na década de 1920 foi fundamental para que a revolução de 1949 tenha se embasado nos camponeses. As organizações tipicamente operárias, como os sindicatos, e mesmo o Partido Comunista saíram desse processo extremamente enfraquecidos. Tendo Mao Tsé Tung à frente desde 1935, o Partido Comunista se recompõe, no entanto levando adiante uma estratégia qualitativamente distinta, ao impulsionar a Longa Marcha cruzando o país de uma extremidade a outra, angariando o apoio das localidades por onde passava contra os japoneses e o próprio Kuomintang. A classe trabalhadora urbana não mais seria o sujeito predominante da revolução de 1949. A unificação chinesa e a vitória sobre a ocupação japonesa, e também sobre o Kuomintang, garantiram a vitória de Mao Tsé Tung.

No entanto, não encerraram os conflitos com o Kuomintang, então forçados a se refugiarem na Ilha Formosa, Taiwan, onde instauraram um governo que não reconhecia o regime instaurado pelo Partido Comunista chinês, apoiado pelos Estados Unidos. A existência de Taiwan seria um elemento de tensão geopolítica recorrente durante os anos subsequentes, sendo considerado pela República Popular da China como uma província rebelde, sendo alvo de constantes desavenças, sobretudo em relação aos Estados Unidos. Para além das tensões geopolíticas, a unificação chinesa promovida pela revolução de 1949 não encerraria, entretanto, os conflitos ao longo da fronteira do extenso país, envolvendo os territórios do Tibete, Índia e diversas outras localidades, que seriam um flanco aberto para a estabilidade do regime maoista, que temia que as potências rivais, incluindo a URSS, mas também os Estados Unidos em relação a Taiwan se aproveitassem para enfraquecer a China.

A China, tal como a URSS após a ascensão de Stalin, aspiraria assim não à extensão da revolução socialista em âmbito internacional. Pelo contrário, atuariam

⁴⁶ SPENCE, Jonathan D – Em busca da China moderna, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995, p 344

ambas visando sua própria manutenção como potências encerradas nos limites de suas fronteiras nacionais, e a de suas castas governantes, o que determinaria suas posições nas relações interestatais. No caso da URSS, crescentemente asseguraria sua existência através da derrota das revoluções socialistas independentes em outras nações. O pacto germano-soviético às vésperas da II Guerra Mundial foi um ponto culminante dessa orientação, como também seriam as intervenções da URSS na Grécia, onde em meio à guerra houve possibilidades de revolução socialista na Europa ocidental.

Assim, a importância dessa breve retrospectiva acerca da trajetória que levou à burocratização da URSS reside na luz que permite lançar sobre a compreensão das relações sino-soviéticas estabelecidas após a vitória de Mao Tsé Tung em 1949, e mais fundamentalmente nas tensões permanentes entre os dois países, que levaram à ruptura de relações no ano de 1961, e a aproximação da China com os Estados Unidos desde então, que fora crucial para as reformas de abertura da década de 1970.

O período que seguiu a II Guerra Mundial marcou-se pelo fortalecimento da zona de influência soviética, o que não levou ao questionamento da orientação de “socialismo num só país”, mas ao contrário à criação de uma série de Estados submetidos à sua tutela. Isso porque os países cujas classes dominantes haviam sido expropriadas durante a II Guerra Mundial como a Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, e Albânia, se constituiriam como satélites da URSS, cuja importância geopolítica residia em que serviam como uma “zona de proteção” àquela, e que posteriormente seriam assimilados através da COMECON.

Essa aliança de Estados satélites conferia autoridade ainda maior à URSS na saída da II Guerra Mundial, em suas negociações pela partilha do mundo em áreas de influência com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, materializados nos acordos de Potsdam e Yalta. Portanto, as relações engendradas entre a URSS e seu entorno era de assimilação, que acumulariam contradições que emergiriam anos depois, como no caso da Hungria em 1956, quando a população rebelou-se contra o jugo político soviético.

As revoluções ocorridas no pós II Guerra Mundial fora da esfera de influência da URSS, como a chinesa, iugoslava, e posteriormente a cubana, foram recebidas sem

entusiasmo pelo regime soviético, porquanto ameaçavam, em especial a comandada por Mao Tsé Tung, a sua hegemonia dentre os Estados operários existentes. Ainda que a China pudesse servir para o fortalecimento do bloco soviético frente à hegemonia norte-americana entre os países capitalistas, também atuava como uma fonte de tensões geopolíticas que não favoreciam os interesses soviéticos, na medida em que possuía ambições próprias de projeção regional. De acordo com Henry Kissinger:

Quanto a Stalin, o surgimento de um vizinho potencialmente poderoso no Oriente representava um pesadelo político. Nenhum governante russo poderia ignorar a extraordinária disparidade demográfica entre a China e a Rússia ao longo de uma fronteira de três mil quilômetros: uma população chinesa de mais de quinhentos milhões fazia divisa com menos de quarenta milhões na Sibéria. Em que ponto no desenvolvimento da China os números começariam a fazer diferença? O aparente consenso ideológico enfatizava, mais que diminuía a preocupação. Stalin era cínico demais para duvidar que, quando homens poderosos conquistam uma posição de proeminência pelo que consideram seus próprios esforços, eles resistem à pretensão de ortodoxia superior feita por um aliado, por mais próximo que seja. Stalin, tendo formado seu juízo acerca de Mao devia ter consciência de que ele jamais concederia a primazia doutrinária. ⁴⁷ (KISSINGER, 2011, pag. 127)

Esse elemento levou a que em diversas ocasiões as relações sino-soviéticas tenham chegado à ruptura, e ao contrário do que se poderia esperar de duas nações dirigidas por partidos comunistas alçados ao poder, tanto a URSS, mas principalmente a China, tenham eleito a aproximação com os Estados Unidos, nação imperialista por definição, o seu parceiro preferencial. Tem lugar a atuação diplomática que o secretário de Estado norte-americano responsável pela retomada de relações entre a China, Henry Kissinger qualificou como diplomacia triangular, visto que estaria sempre determinado pelas relações entre China, Estados Unidos e União Soviética, em que a principal potência capitalista se veria crescentemente favorecida. Tal paradoxo remete à própria mudança de diretriz com o fim da III Internacional, e ao fato de que a revolução chinesa fora qualitativamente distinta aos processos predecessores, sobretudo ao russo, inclusive por conta de ter nos camponeses sua base social fundamental, contrariamente ao proletariado urbano como no caso da Rússia.

O abandono da estratégia do internacionalismo revolucionário pela URSS foi um resultado direto da sua burocratização interna, que se relacionou dialeticamente com o seu isolamento internacional nos anos predecessores, considerada como uma

⁴⁷ KISSINGER, Henry, Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, p.127

degeneração do Estado nascido da revolução de 1917 de acordo com a análise de Trotsky. Mas os Estados operários que emergiram no período do pós II Guerra Mundial se diferiam por já surgirem sob o comando de uma casta burocrática. Nesse sentido, seriam considerados por diversos autores marxistas como Estados operários deformados. Dessa maneira, a casta burocrática se constituía mesmo antes da tomada do poder, sendo a direção dos processos revolucionários. Por sua vez, a ausência de soviets ou organismos similares que expressassem a auto-organização das amplas massas, criava as condições que possibilitaria a ascensão de ditaduras pessoais, dessa vez não mais como usurpação do processo revolucionário, mas como uma consequência direta de como esse se desenvolveria. Como observa o teórico marxista Ted Grant:

La forma proletaria del bonapartismo por su propia naturaleza representa una caricatura del gobierno obrero. En una sociedad donde la propiedad privada ha sido eliminada y no hay democracia, los poderes del estado se amplían enormemente. El estado se eleva sobre la sociedad y se convierte en una herramienta de la burocracia a través de distintas formas: militar, policial, partidista, "sindical" y directiva. Se convierten en una capa privilegiada dentro de la sociedad. Es la única capa dominante. En la transición de la sociedad capitalista al socialismo, la forma económica resultante sólo puede ser la propiedad estatal de los medios de producción, con la organización de la producción basada en un plan centralizado. Sólo el control democrático de los trabajadores y los campesinos puede garantizar esa transición. Por eso, en estos países, es inevitable que se lleve a cabo la revolución política antes de que se instaure la democracia obrera, es una necesidad indispensable ante el "marchitamiento" del estado, pero estos "regímenes transitorios" sólo pueden ser estados obreros — estados obreros deformados — porque su economía se basa en la nacionalización de los medios de producción y el funcionamiento de la economía está basado en la planificación. Marx nunca se ocupó del problema de la revolución en los países atrasados porque consideraba que la revolución primero se llevaría a cabo en los países capitalistas desarrollados. Los regímenes bonapartistas — regímenes de crisis — reflejan problemas económicos y sociales sin resolver, tanto en el estrecho marco nacional como internacionalmente, las crisis sólo se pueden resolver con la revolución mundial, especialmente en los países desarrollados⁴⁸. (GRANT, 1964, sp)

Tal é o caso da China maoista, o que fez com desde o início a ascensão do partido comunista ao poder não viesse imbuída de uma noção da necessidade de estender a revolução socialista internacionalmente, mas a exemplo da URSS de Stalin de “construir o socialismo num só país”, projetando o seu poder regionalmente em

⁴⁸ GRANT, Ted – La revolucion colonial y la division Chino-soviética, 1964, (www.tedgrant.org/espanol/1964/revolucion-colonial.htm)

zonas de influência. Tais regimes se caracterizariam por um tipo especial de bonapartismo. Sobre a China em particular Ted Grant, assinalava:

La Revolución China, un acontecimiento histórico tan importante en la historia de la humanidad como la Revolución Rusa como ya pronosticaban los documentos del Partido Comunista Revolucionario, tuvo lugar con un poderoso estado obrero deformado a sus espaldas, además de la frustración de la oleada revolucionaria en Occidente. Sin la existencia de un estado obrero monstruosamente deformado en Oriente y la paralización de pies y manos del imperialismo debido a la radicalización de los trabajadores en Occidente, la Revolución China nunca habría adoptado esa forma.(...) La Revolución China resolvió todos aquellos problemas que la sociedad burguesa era incapaz de resolver. Las tres décadas de gobierno de Chiang Kai-Shek, el representante bonapartista del capital financiero, revelaron la completa incapacidad de la burguesía para unificar China, llevar adelante la revolución agraria y derrocar al imperialismo. Eso sólo podría desembocar en un nuevo período de decadencia de la sociedad china. Fue esto lo que dio el impulso a la dirección de los ejércitos campesinos para derrocar a la burguesía y, gracias al modelo ruso, construir un estado que seguía el modelo estalinista. La dirección carecía de perspectivas internacionales o marxistas. El papel consciente y la dirección del proletariado, sin los cuales es imposible el socialismo, estaban ausentes. (...)La burocracia china, como todas las burocracias que tienen un carácter similar, está principalmente interesada en consolidar su propio poder, privilegios, ingresos y prestigio. Defiende la base de la propiedad nacionalizada porque en ella se basan sus ingresos y poder. (GRANT, 1964, sp)

Ainda que a análise de Ted Grant tenda a ressaltar em demasia o fator da URSS stalinista como elemento determinante para os contornos que a terceira revolução chinesa assumiu, sobrevalorizando o atrelamento do PC chinês a Moscou, a caracterização que o autor elabora acerca da natureza burocrática do governo instaurado por Mao Tsé Tung se provará correta crescentemente nos anos posteriores. É nesse sentido, que aponta como o nacionalismo fora um elemento constitutivo fundamental do Estado operário nascido da revolução maoista, e que desde o início determinou sua apreciação acerca da política internacional e das relações interestatais que entabularia, a exemplo do que já era há muito prática comum da URSS:

Toda su crítica de los demás estalinistas está dominada por consideraciones nacionalistas, como también ocurre, por supuesto, con la burocracia estalinista rusa. Su política, tanto en la diplomacia mundial como su intervención en el movimiento obrero, está dictada por consideraciones nacionalistas. El aspecto más significativo de su lucha contra la burocracia rusa es su orientación y perspectiva nacionalistas. Han ido más allá de lo que se atrevió el propio Stalin, a hablar de los "siglos de construcción del socialismo en China". Su crítica del oportunismo de Togliatti, Thorez (dirigentes del PC italiano y francés respectivamente) y de los comunistas británicos y estadounidenses, estaba unida a la idea de que no era "asunto suyo" y que no querían "interferir" en los asuntos internos de estos partidos; sólo la crítica de los chinos por estas direcciones provocó las represalias de los chinos. Su crítica del acuerdo del COMECON entre los estados de Europa del Este y Rusia estaba dominada por un nacionalismo estrecho del peor tipo. Es verdad que los rusos propusieron esto para reforzar su control y dominio sobre estos estados. Pero la solución reside en proponer una Federación de Estados Balcánicos, unida a una federación con Rusia. Esto a su vez estaría unido a una poderosa federación con China. Pero eso es imposible con el dominio de la burocracia de todos estos países. Lo que determina la política de todos ellos son los estrechos intereses de camarilla de la elite dominante.

Consecuentemente, todos tienen que basarse en los prejuicios nacionalistas más reaccionarios y en el chovinismo. (GRANT, 1964, sp)

Dessa forma, a ascensão de Stalin e a propagação do socialismo real terem praticamente encoberto quase totalmente a ruptura que essa concepção significava com toda a tradição anterior, plasmada na III Internacional. Trata-se de uma viragem estratégica no sentido mais profundo que esse termo pode assumir. Essa perspectiva ancorada na política nacional entre os Estados operários levou primeiro à ruptura entre a URSS e a Iugoslávia, depois à ruptura com a China, e inclusive a conflitos bélicos entre Estado operários burocráticos sobre a invasão do Camboja pelo Vietnã, e a consequente tomada de oposição que opôs de um lado a URSS e de outro a República Popular da China. A evolução dessa política no decorrer da Guerra Fria demonstra que quanto mais se “nacionaliza” um partido comunista, mais esse se conduz como gestor dos interesses do Estado, e menos como porta-voz dos interesses da luta de classes internacional. Isso leva a que o internacionalismo fosse rompido em prol de relações interestatais de tipo clássico, ou posto de outra forma, a que não se supere a dinâmica de crises e guerras inclusive entre Estados operários.

Mas é relevante ressaltar que isso não equivaleria a afirmar que entre a China e a URSS não hajam existido períodos de cooperação econômica e política. Por exemplo, após a morte de Stalin em 1953 a URSS modificou algumas de suas posturas mais beligerantes, tendo rompido o impasse sobre a guerra da Coreia⁴⁹ e se abre uma nova situação, marcada pelo encerramento da ameaça colocada ao presidente norte-americano Eisenhower de que poderia utilizar armas nucleares. Durante o período em que Stalin viveu durante a década de 1950, ambos os países utilizaram-se um ao outro para salvaguardar seus interesses.

No imbricado contexto da Guerra Fria, as barganhas realizadas entre ambos os países evidenciavam que não se tratava de uma cooperação orientada pelo objetivo estratégico de expandir o socialismo, mas de aspirações tipicamente nacionais. Abordar em profundidade todos os reveses da relação sino-soviética na década de 1950 supera os objetivos do presente trabalho. Porém, cabe ressaltar para a compreensão do objeto desse estudo que a definição acima posta fora crucial para a elaboração da política externa chinesa nas décadas seguintes, que seria de um

⁴⁹ GRANT, Ted La revolucion colonial y la division Chino-soviética, 1964, (www.tedgrant.org/espanol/1964/revolucion-colonial.htm)

aumento das tensões entre ambos os países, até chegar ao ponto culminante da ruptura de relações.

Kissinger relata o período observando a movimentação em torno da guerra da Coreia em 1950:

Em 19 de outubro, depois de vários dias de protelação à espera de uma garantia de suprimentos soviéticos, Mao ordenou que o exército entrasse na Coreia. Stalin prometeu apoio logístico substancial, contanto apenas que não envolvesse confronto direto com os Estados Unidos (por exemplo, cobertura aérea sobre a Manchúria, mas não sobre a Coreia). A desconfiança mútua era tão desenfreada que Zhou nem bem regressara a Moscou, de onde podia se comunicar com Pequim, e Stalin aparentemente já voltara atrás. (...) Ambos os líderes comunistas haviam explorado as necessidades e inseguranças um do outro. Mao conseguira obter os suprimentos militares soviéticos para modernizar seu exército (...) e Stalin amarrara as mãos da China num conflito com os Estados Unidos na Coreia⁵⁰. (KISSINGER, 2011, pg.135)

Zhou Enlai, o proeminente primeiro-ministro da República Popular da China de 1949 até sua morte em 1976, e o responsável pelo delineamento de uma nova orientação diplomática, que visava primeiramente sedimentar o prestígio internacional do país, esteve no funeral de Stalin e foi o responsável por estreitar as relações com a URSS. No decorrer do ano de 1954 as negociações com Nikita Krushev prosperaram, e pela primeira vez naquele ano o principal dirigente soviético visitou Pequim, seguido de uma cooperação para a fabricação de armamentos que se prolongou até o ano de 1955.

Essa reaproximação não se constituía como um acontecimento fortuito, mas estava relacionado à elaboração das diretrizes oficiais contidas nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, elaboradas por Zhou Enlai no ano de 1955. De acordo com essas orientações, que foram adotadas como uma espécie de normatização oficial das relações internacionais após a guerra entre o Vietnã e a França em 1954, a atuação dos países na esfera internacional deveria se caracterizar pelos princípios de respeito mútuo e não agressão da soberania nacional, não agressão entre as nações, não intervenção nos assuntos internos de um país, igualdade e benefícios recíprocos e por fim, coexistência pacífica entre os Estados de determinação de classe distintos. Ou em outros termos, coexistência pacífica entre países capitalistas e os do “socialismo real”.

⁵⁰ KISSINGER, Henry, Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, p. 135

Tais princípios adotados a partir da Conferência de Badung pelos países conhecidos como parte do Movimento dos Não Alinhados, - composto pelas nações semicoloniais e dependentes, para usar a categorização contida na teoria do imperialismo dos tipos de Estados existentes -, teve como principais expoentes o Egito, a China e a Iugoslávia. Buscava oferecer uma agenda em favor da descolonização, salvaguardando-se, no entanto, da possibilidade que isso se desse a partir de levantes anticolonialistas. Dessa maneira, buscavam adotar uma política de descolonização pactuada, que se combinava a uma reivindicação de desenvolvimento econômico. Em certo sentido, pode-se considerar que o Movimento dos Não Alinhados era uma tentativa de resposta por parte das classes dominantes de tais nações à ascensão da ordem instaurada pela época imperialista, segundo a qual a disputa se daria agora pela exportação e extração de capitais provenientes das nações imperialistas, e não mais da exploração tipicamente colonialista.

Mas sua existência não atendia apenas à aspiração das classes dominantes, como também teria o objetivo de controlar os intensos movimentos populares nacionalistas nos países outrora coloniais, que tiveram seu ápice durante a década de 1950. Dessa maneira, em troca da aceitação da conformação de Estados formalmente independentes, se estabeleceriam os pactos responsáveis pela normatização das relações econômicas correspondentes. Na esfera das relações interestatais, portanto, o Movimento dos Não Alinhados assumiria também a feição de uma independência discursiva em relação aos blocos da Guerra Fria, pois como desenvolveremos abaixo, a política internacional dos países Não Alinhados não foi marcada por uma real independência em relação às principais potências mundiais.

No que se refere à China a adoção dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica atendia a uma necessidade de garantir alguma salvaguarda, frente às duas principais potências, os Estados Unidos, e a URSS, constituindo assim um movimento defensivo, em meio a uma realidade marcada por um equilíbrio instável. Para além da tensão permanente existente entre as potências hegemônicas que atendiam a distintos modos de produção, isto é, entre os Estados Unidos e a China, havia ainda a questão de que a cooperação entre os Estados cujas classes dominantes haviam sido

expropriadas por revoluções não necessariamente seriam aliados, mas potencial fator de tensão.

No contexto das relações sino-soviéticas daquele período, mesmo quando essas eram marcadas pela cooperação, isso se enquadrava completamente no âmbito da política nacional, e não numa relação orientada pela expansão do socialismo internacional. Assim, o que se busca ressaltar com essa análise é que a existência de Estados operários burocratizados em dois países de extensos territórios, vastas populações e de amplos recursos humanos e materiais não correspondeu a uma nova ofensiva internacional do socialismo, e nem a uma superação da dinâmica de competição por zonas de influência típica da Guerra Fria. Ainda que a diplomacia chinesa jamais tenha abandonado os Cinco Princípios, e essa se constitua como a normativa vigente até o momento, sua execução na realidade não se dera literalmente, o que denota a diferenciação entre as movimentações diplomáticas das políticas concretizadas efetivamente em cada momento.

Esses preceitos quando aplicados concretamente à análise das relações sino-soviéticas oferecem algumas indicações de relevância para a apreensão da política externa de ambos os países a partir de 1961. Primeiramente, é preciso destacar que o ano de 1961 foi de grande relevância para as tensões internacionais, porquanto marcou a construção do Muro de Berlim, numa tentativa de conter a evasão dos alemães da RDA para a parte Ocidental do país, e já anunciava a Crise dos Mísseis em Cuba, que ocorreria um ano depois. Nesse sentido, tratou-se de um período marcado pelo agravamento das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos, que impactou o conjunto da geopolítica mundial de então, contexto que marcaria a partir de então uma crescente e contínua aproximação da China com os Estados Unidos em detrimento da URSS.

No interior da República Popular da China esse também seria um momento crítico. No âmbito interno o debate é definido por críticas à política econômica de Mao Tsé Tung, e sua campanha de Grande Salto Adiante. Essa campanha, que se inicia em 1958 e se estende até 1960, teve sua origem na discussão sobre os rumos do desenvolvimento econômico que a China deveria tomar, para superar o atraso que

ainda a caracterizava, englobando a avaliação sobre o Primeiro Plano Quinquenal em andamento nos anos posteriores.

Ao contrário dos anos pós-revolucionários na Rússia, em que a guerra civil fora responsável pela devastação da economia que perdurou até o ano de 1921, na China o planejamento econômico de um país camponês cujo solo cultivável era extremamente escasso, com um desenvolvimento industrial qualitativamente mais atrasado, foram os fatores cruciais que determinaram as contradições para o estabelecimento do planejamento estatal após a ascensão dos maoistas ao poder. O descompasso existente entre a produção agrícola, muito inferior à demanda existente para a sustentação do crescimento, e a produção industrial era patente.

Como agravante, apesar das relações sino-soviéticas se encontrarem em um momento de colaboração, o tributo exigido pelos soviéticos em troca da cooperação em tecnologia industrial era alto, o que obrigava a China a ter de aumentar sua produção agrícola ainda mais. Mas, no que se refere às relações interestatais, o final da década de 1950 ainda se caracterizava pelo objetivo de entabular uma cooperação estratégica com a URSS contra os Estados Unidos, definido por Mao Tsé Tung em 1958 como um “tigre de papel”:

En la actualidad, el imperialismo norteamericano exhibe una gran fuerza, pero en realidad no la tiene. Políticamente es muy débil, porque está divorciado de las grandes masas populares y no agrada a nadie; tampoco agrada al pueblo norteamericano. Aparentemente es muy poderoso, pero en realidad no tiene nada de temible: Es un tigre de papel. Mirado por fuera parece un tigre, pero está hecho de papel y no aguanta un golpe de viento y lluvia. Pienso que Estados Unidos no es más que un tigre de papel. Toda la historia, la milenaria historia de la sociedad de clases de la humanidad, ha confirmado este punto: Lo poderoso tiene que ceder su lugar a lo débil. Esto también es así en América. Sólo podrá haber paz cuando haya sido eliminado el imperialismo. Llegará el día en que el tigre de papel será destrozado. Pero no desaparecerá por sí mismo; para ello hace falta el golpe del viento y la lluvia⁵¹. (TSE-TUNG, 1958, sp)

Politicamente, esse foi o período em que a disputa por Taiwan se acirrara e a possibilidade de uma reunificação pacífica se extingue. Zhou Enlai figurava entre os altos mandatários do governo que opinavam ser necessário introduzir incentivos materiais como estímulo para os camponeses das fazendas cooperativas, a exemplo do que havia sido feito na URSS. A resposta de Mao foi uma tentativa de “estímulos

⁵¹ MAO, Tsé-Tung, El imperialismo norte-americano es un tigre de papel, 1956, (www.marxists.org)

morais e mobilização de massa, sob a direção de líderes partidários locais” (SPENCER, 1995). Data desse período a formulação de Mao de “revolução contínua”⁵² que atestava a necessidade de uma mobilização permanente da sociedade:

Revolução contínua. Nossas revoluções vêm uma depois da outra. A partir da tomada do poder em todo o país em 1949, seguiram-se em rápida sucessão a reforma agrária antifeudal, a cooperativização da agricultura, a reconstrução socialista da indústria, comércio e artesanias privadas (...). Agora devemos iniciar uma revolução tecnológica para que possamos superar a Inglaterra em quinze anos ou mais (...) Depois de quinze anos, quando nossos alimentos e ferro e aço se tornarem abundantes, deveremos tomar uma iniciativa muito maior. Nossas revoluções são como batalhas. Após uma vitória, devemos imediatamente propor uma nova tarefa revolucionária. Dessa forma, os quadros e as massas estarão sempre cheios de fervor revolucionário, em vez de presunção.⁵³ (TSE-TUNG, 1956, sp)

Essa concepção de Mao estava imbuída da noção de que todo o chinês deveria ser simultaneamente “vermelho e especialista”, isto é, ideologicamente comprometido com a orientação oficial e interventor que disponibiliza sua capacidade técnica para o desenvolvimento do país. Essa perspectiva seria essencial para o lançamento das duas grandes campanhas que marcaram o destino da China maoista de maneira indelével, a saber, o Grande Salto Adiante e posteriormente a Revolução Cultural. Dessa maneira, Mao conclamou os camponeses a cumprirem tarefas de grande envergadura como o controle das águas e do sistema de irrigação, sob uma coerção praticamente militar do trabalho nas comunas agrárias, que se combinou à política de centralização industrial. Durante o ano de 1958 em toda China avalia-se que haveria cerca de 740 mil cooperativas, que haviam se fundido a 26 mil comunas, que totalizavam 120 milhões de lares rurais, ou 99% da população camponesa. (SPENCER, 1995). Esse processo levou a uma inicial situação de euforia pela recuperação econômica que se dava, mas que, entretanto teria curta duração.

A ausência de uma planificação que equilibrasse efetivamente a produção agrícola e industrial, associada ao fortalecimento das comunas sem insumos e recursos

⁵² Não se pode confundir o conceito de “revolução contínua” em Mao Tsé Tung, e a teoria da “revolução permanente” elaborada por Leon Trotsky. A ideia maoista de revolução contínua era a de que as massas chinesas deveriam estar constantemente mobilizadas, para evitar a degenerescência do país. Já a teoria da revolução permanente se apresentava como uma estratégia-programa, segundo a qual as tarefas democráticas estruturais da revolução burguesa nos países de desenvolvimento capitalista atrasado só poderiam ser realizadas pela classe trabalhadora e o conjunto dos setores oprimidos. Dessa maneira, não haveria mais a divisão entre países maduros e não maduros para o socialismo.

⁵³ JONATHAN, D Spence, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras 1995, p 545

adequados, que atendiam ao preceito de mobilização permanente das massas, como vias fundamentais da produção, em detrimento do uso da técnica e de especialistas realmente capacitados, e a tentativa de industrialização forçada, levou a uma das maiores catástrofes econômicas da história contemporânea. A estimativa de mais de trinta milhões de mortos por inanição, e ao fato da economia chinesa ter se deparado a uma situação de colapso, levaria por sua vez a um endurecimento ainda maior por parte dos altos mandatários do Partido Comunista em relação às críticas à orientação do governo.

Tendo esse pano de fundo, o ano de 1961 traz consigo a primeira ruptura entre a URSS e a China. Decerto, que se por um lado as relações sino-soviéticas haviam sido marcadas por fricções no período anterior até mesmo da revolução de 1949, graças ao apoio dado pela III Internacional sob o comando de Stalin ao Kuomintang, por outro alcançava agora um ponto culminante. Este ponto tem seus nexos explicativos em compreensões absolutamente distintas por parte de ambas as castas governantes sobre quais as vias mais efetivas para se manter no poder.

Enquanto a China vira-se mergulhada na turbulenta situação aberta pelos efeitos do Grande Salto Adiante, a URSS acabava de ter que enfrentar-se a grandes ascensos de massas em seus países satélites. O episódio mais emblemático foi a revolução húngara de 1956, quando uma sublevação que congregou grande parte da população do país, com proeminência da intelectualidade, mas também do movimento operário, lançou-se contra a dominação vinda de Moscou, exigindo emancipação nacional e liberdade política. A revolução húngara de 1956 durou diversas semanas, e foi propagandeada no Ocidente como “anticomunista”.

Porém, o notório relato de Peter Fryer, jornalista britânico que fora enviado àquele país pelo PC inglês com o intuito de relatar a atividade anticomunista dos sublevadores e terminara convertido em apoiador das demandas apresentadas pelos opositores húngaros, demonstrava que o enfraquecimento da URSS patente no discurso de Nikita Krushev no XX Congresso dos PCs no mesmo ano no qual se diferencia de Stalin, estava se expandindo, e alentando movimentos de resistência. Esse espectro não se limitava às nações do Leste, chegando também à própria China maoista, devastada pelos efeitos do Grande Salto Adiante e pela Campanha das Cem

Flores, e serviu como mais um elemento de tensão nas relações sino-soviéticas. Como afirma Spence:

Antes de fazer suas acusações que tinham implicações perturbadoras para os dirigentes partidários de todo o mundo comunista que haviam anteriormente elogiado e venerado Stalin, Krushev não tentara avisar Mao com antecedência do que pretendia fazer. Com efeito, Zhu De, que estava em Moscou como representante da China, acabara de elogiar Stalin em um discurso feito no mesmo Congresso. (...) Os dirigentes chineses que se encontraram naquela primavera para discutir as implicações das observações do líder soviético estavam especialmente ansiosos para se assegurar de que a campanha de desestalinização na Europa não levaria a um ataque à liderança comunista em geral e a Mao Tsé Tung⁵⁴. (SPENCE, 1995,pg. 551)

Esse temor foi de grande relevância para a conformação da política externa chinesa a partir de então. Ainda que no ano de 1957 a China mantivesse relações com a URSS, com um acordo de cooperação tecnológica tendo sido firmado entre as duas nações, as animosidades avançavam crescente, sobretudo por conta das saídas diametralmente opostas que cada um dos governantes de ambos os países esboçavam naquela conjuntura. Enquanto Nikita Krushev rumava para uma política de não enfrentamento, Mao advogava em prol de uma ofensiva mais agressiva de uma aliança envolvendo as duas nações sobre o Ocidente:

Mao achava que o bloco comunista devia então se preparar para um desafio vigoroso no Ocidente capitalista, mas Krushev não mostrava inclinação para recuar da posição que adotara publicamente no XX Congresso, em 1956, quando declarara que o “princípio leninista da coexistência pacífica dos Estados com diferentes sistemas sociais sempre foi e continua a ser a linha geral da política externa de nosso país”, e reafirmara sua fé nos princípios básicos esposados pela China e pela Índia em 1955, na Conferência de Bandung⁵⁵. (KISSINGER, 2011, pg. 552)

Krushev já era parte de uma tradição política dominante na URSS cuja educação nada mais tinha do antigo leninismo, defendido pelos bolcheviques por ocasião da revolução russa. Krushev levaria adiante o legado político de “socialismo num só país”, porém em um momento em que a URSS não contava mais com as fortalezas obtidas no encerramento da II Guerra Mundial. Isso obrigaria a URSS e Krushev a uma política de acordos e pactos com os Estados Unidos. Em um sentido distinto aos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, já que a URSS era

⁵⁴SPENCE, D. Jonathan –Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 551

⁵⁵ KISSINGER, Henry – Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, pg. 552

uma das duas maiores potências de quem os chineses e o mundo pós-colonial buscava proteger-se, Krushev também leva adiante uma coexistência com os Estados Unidos.

Tal política era uma derivação lógica da estratégia de socialismo num só país, que por sua vez se trata de uma ruptura com os fundamentos da teoria do imperialismo leninista, e da orientação calcada no internacionalismo proletário, que definiria as alianças entre os Estados a partir de seu caráter de classe, e a necessidade da transnacionalização da luta de classes entre a burguesia e o proletariado de cada país. Khrushchev lançaria as bases do eurocomunismo, que atestava que a ascensão de numerosos Estados socialistas e os movimentos sindicais, e consequente integração dos sindicatos e Partidos Comunistas a cargos parlamentares de maneira absolutamente pacífica em alguns países europeus, pressagiariam que a “guerra não seria mais uma fatalidade”, para que a classe trabalhadora se alçasse ao poder.

Chegando por outros caminhos a uma conclusão similar à de Kautsky, Krushev se transformara no ideólogo da tese de que a transição pacífica das sociedades capitalistas ao socialismo também deveria ser vista como factível, “e não precisava estar associada à guerra civil em todas as circunstâncias”. Sob essa diretriz, Krushev negara-se a apoiar os chineses em sua ofensiva militar à ilha Quemoi, ainda ocupada por tropas de Chiang Kai-shek. E, gerando uma fonte de fricções ainda maior, declarara abertamente que não pretendia auxiliar a China em seu intento de obter armamento nuclear. Inúmeras tensões envolvendo as disputas fronteiriças com a Índia, a visita de Krushev aos Estados Unidos, e o aprofundamento da orientação de coexistência pacífica, que levou o presidente soviético a referendar a denúncia de Stalin num discurso sobre a situação da Albânia numa reunião que contava com a presença de Zhou Enlai selaram o afastamento entre a URSS e a China, e a consequente aproximação entre essa segunda nação e os Estados Unidos.

Mao Tsé Tung passava agora a perceber a URSS como uma ameaça para suas ambições geopolíticas ainda maior que os Estados Unidos, e do ponto de vista do marxismo clássico referenciado na escola da III Internacional anterior ao ano de 1924 estaria prestes a levar adiante uma orientação política que seria alvo de debates acalorados, porquanto impensável nos anos 1930 do século XX, a saber, que dois

Estados operários declarassem um afastamento superior entre si, que em relação à potência hegemônica do bloco capitalista.

De acordo com Ernest Mandel:

O Kremlin, em face desta mudança de estratégia, e temendo a crescente escala e independência das novas forças revolucionárias, deu uma volta mais nítida para o seu curso conservador, sob as bandeiras da "coexistência pacífica" e da "concorrência econômica" os dirigentes chineses interpretaram corretamente que isso significa uma virada em direção a uma atitude cada vez mais contemporização, se não um dos tração completa, no que diz respeito à revolução colonial. A crise de outubro de 1962 no Caribe e a escalada posterior de agressão imperialista no Vietnã foram a eles ampla confirmação da solidez desta avaliação. Daí a ruptura sino-soviética, as causas imediatas para as quais foram a recusa da burocracia soviética para dar armas nucleares para a China ou a ajudá-la a fabricá-los, juntamente com uma interrupção abrupta da ajuda econômica à China. Como consequência, a tarefa de desenvolvimento econômico e social que a revolução chinesa teve de realizar foi feito consideravelmente mais difícil. Com ajuda externa, assim, de repente removida, os custos de "acumulação primitiva" tornou-se o ônus exclusivo de uma sociedade chinesa ainda é muito pobre. Além disso, os custos militares foram aumentados consideravelmente desde um confronto direto entre o imperialismo americano e China agora se tornou possível e até provável. Mas a propagação da revolução mundial - acima de tudo a heroica luta do povo vietnamita o peso e os ganhos de que tem para o tempo que está sendo neutralizado derrotas, como os da Indonésia e Brasil - continua a agir em uma direção mais favorável do que foi o caso na situação da URSS durante o período de 1923-1945. Entusiasmo revolucionário ainda é alta, especialmente entre os jovens. Nem há um cerco capitalista da China embora os líderes chineses atualmente falam de "conluio" soviético-americana contra o seu país⁵⁶. (MANDEL,1968, sp)

Uma vez mais a ampla população do país seria conclamada a mobilizar-se, de acordo com o paradigma da revolução contínua de Mao. A Revolução Cultural iniciada em 1966 e entendida em seu tempo como um processo antiburocrático, seria também um grande expurgo realizado com o duplo objetivo de a um só tempo calar as críticas internas pelos efeitos do Grande Salto Adiante, e disseminar os valores maoistas contra a convivência pacífica instaurada pela URSS. Para isso, Mao Tsé Tung alentou a mobilização da juventude contra "os valores burgueses", e autorizou que cada indivíduo se voltasse contra os agora denominados direitistas, muitos deles provenientes da intelectualidade e mesmo da alta cúpula do partido comunista. Deng Xiapoping que mais tarde será o responsável pela abertura do país, fora um dos expurgados, e mesmo Zhou Enlai não passaria incólume à ação da Guarda Vermelha. A virulência do período marcado pela Revolução Cultural canalizava a desilusão com a República Popular da China, arrastando-a a uma dinâmica de guerra civil, visto que

⁵⁶ MANDEL, Ernest, The Cultural Revolution - An Attempt at Interpretation- 1968, sp. (www.ernestmandel.org)

mesmo tendo emergido da revolução de 1949 unificada e cujo nacionalismo se amplificava, não conseguia responder aos anseios de ampla parcela da sua população, em especial da juventude:

Os jovens precisavam de pouco estímulo de Mao para se levantar contra seus pais, professores, quadros partidários e os mais velhos, e para executarem incontáveis atos de sadismo calculado. Durante anos, tinham sido convocados a levar uma vida de privações (...) e obediência absoluta ao Estado, tudo sob condições de controle perpétuo. Sentiam-se reprimidos, e conscientes de sua impotência. Assim, aceitaram avidamente a ordem de eliminar toda restrição e os alvos naturais eram aqueles que pareciam responsáveis por suas vidas constrangidas. Para eles, Mao estava acima dessa rixa. Os desastres do Grande Salto Adiante não haviam sido divulgados amplamente e, de qualquer forma, podiam ser atribuídos aos burocratas ineptos ou soviéticos e americanos hostis⁵⁷. (SPENCE, 1995, p.563)

Apesar da tentativa de Mao de igualar os objetivos da Revolução Cultural com a Comuna de Paris, que em sua leitura teria se caracterizado por um "igualitarismo purista", e da defesa de um programa orientado pela nacionalização total, essa ofensiva maoista mesmo tendo influenciado processos como o Maio Francês de 1968, abriu na China uma situação caótica, e foi objeto de questionamentos por parte dos intelectuais marxistas contemporâneos:

Mao chama para a rebelião e a tomada do poder. Isso deve significar que a energia primária não é mais uma encarnação da ditadura do proletariado em seu estado puro. Mas ele não olha para as origens da sua degeneração ou perigo de degeneração na infraestrutura material da sociedade, no desenvolvimento inadequado das forças produtivas, ou as contradições entre este grau de desenvolvimento e as relações de produção. Não, as origens do perigo de degeneração, de acordo com ele, são ideológicas. (...) Mas segue-se também que uma luta eficaz contra os perigos da degeneração na revolução não pode ser desdobrada de forma decisiva no terreno ideológico, mas no terreno político e social, através da organização do exercício do poder econômico e político das massas trabalhadoras, e através de um aumento do peso específico, o poder e a coesão consciente do proletariado. Ao não compreender o problema da burocracia, da qual Marx tinha um pressentimento, Lenin uma consciência, e que foi analisado em profundidade por Trotsky, Mao luta com o fantasma de uma "restauração do capitalismo" alcançado "imperceptível", de "revisionistas" através de peças reacionárias e filmes! (...) Agora qualquer um se torna um "capitalista", se está em desacordo com o pensamento de Mao Tse-tung. Tal degeneração burocrática da revolução usa o perigo de restauração capitalista - em grande parte imaginário, exceto em caso de derrota em uma guerra internacional - e acaba atuando de maneira a reforçar o perigo de degeneração em vez de reduzi-lo⁵⁸. (MANDEL, 1968, sp)

Diversas universidades foram fechadas, e intelectuais foram mandados ao campo, para trabalharem e serem reeducados, enquanto monumentos históricos foram destruídos, bem como obras clássicas que remetiam à tradição confucionista

⁵⁷ SPENCE, D Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 563

⁵⁸ MANDEL, Ernest, The Cultural Revolution - An Attempt at Interpretation- 1968, sp.
(www.ernestmandel.org)

foram proibidas de serem lidas ou encenadas. A intelectualidade do partido, os especialistas técnicos, e todos aqueles que possuíam algum saber que não fosse definido pela ideologia, foram submetidos a diversas sessões de reeducação, muitas das quais públicas. A combinação entre trabalho braçal e doutrinação incessante seria uma marca de todo o período da Revolução Cultural.

No entanto, a Revolução Cultural trouxe também movimentações operárias progressistas, como a Guarda Vermelha Escarlata, que era composta por aproximadamente 500 mil trabalhadores e que reivindicava melhores salários, condições de trabalho, que cujas mobilizações ecoaram em milhões de trabalhadores, sobretudo os de contrato temporário. Porém, como um dos objetivos de Mao ao lançar a Revolução Cultural era justamente evitar questionamentos aos efeitos de suas políticas econômicas, a ação dos trabalhadores rapidamente foi qualificada como “economicista”, e a posição da Guarda Vermelha Escarlata denominada como “conservadora”, de modo a evitar uma possível aliança entre os trabalhadores e os estudantes por essas demandas. Mao, diferentemente de Stalin que havia criado um órgão repressor estatal para isolar os outrora dirigentes do partido e os condenara nos Processos de Moscou, demonstrou que sua noção de “mobilização permanente” e sua relação direta com as massas seriam os instrumentos para o expurgo chinês. De acordo com Perry Anderson:

Los contrastes de motivación y de resultado fueron más marcados aún con la Revolución Cultural. En la segunda mitad de la década de los treinta, Stalin sembró el terror de arriba abajo en el Partido y en el Estado soviético, apuntando a la mayoría de los mismos funcionarios que le habían dado el poder supremo en el PCUS, fusilados descontroladamente durante la yezhovshchina [gran purga] como espías, traidores o contrarrevolucionarios. Aunque las razones plenas de esta demencia permanecen inciertas, está claro que Stalin, cuya legitimidad como dictador nunca había sido firme por completo no había desempeñado ningún papel significativo en la Revolución de Octubre y Lenin había advertido expresamente al Partido contra él, era presa de una morbosa sospecha contra todos los que lo rodeaban, y actuaba con el convencimiento de que la única manera de ocuparse de los potenciales escépticos o de los oponentes era matarlos. Al lanzar la Revolución Cultural, Mao también apuntaba a sus colegas inmediatos, en parte porque se había visto obligado a reconocer el fracaso del Gran Salto Adelante y a aceptar la inversión de la política agraria que ellos habían impuesto cuando ya no se podía seguir negando ese fracaso. Pero su motivo más amplio era prevenir cualquier reproducción en China de la congelada casta burocrática que después de Stalin, tal como él la veía, estaba dirigiendo a la URSS hacia una sociedad de clase indistinguible del capitalismo. Para bloquear este desarrollo, no se dirigió a los órganos de seguridad, que en China nunca adquirieron la importancia que tuvieron en Rusia, sino a la juventud estudiantil. Al desatar contra aquellos que temía que fueran a tomar el camino soviético una turbulencia de masas

desde abajo, en vez de decapitarlos desde arriba, Mao sumergió el país en una década de caos controlado⁵⁹. (ANDERSON, 2011, sp)

A Revolução Cultural dessa maneira assume crescentemente o caráter de uma luta dilacerante, que novamente mergulha a China em uma situação caótica, e cada vez mais a ação da Guarda Vermelha escapava de todo e qualquer controle, tendo o ano de 1967 sido marcado por crescentes enfrentamentos entre os grupos de jovens e o Exército de Libertação Nacional. Como resultante, deu-se a militarização dos quadros de mando do partido, com generais ocupando mais da metade dos postos na sua direção. As agruras da Revolução Cultural arrastaram a China por um período de quase dez anos de clausura do país sobre si mesmo, que se estendeu da ruptura com a URSS até 1969.

Caberia indagar se como resultante dessa situação, a China maoista tenha se encontrado durante esse período sem uma orientação clara em política internacional, na medida em que se declarava como antagonista tanto da URSS como dos Estados Unidos, os dois pilares fundamentais da ordem vigente. Poderia parecer que nesse lapso de tempo a China encontrava-se cruzada por tantos conflitos tanto internos, mas também relacionados às disputas fronteiriças regionais, que a inação momentânea parecia ser a única perspectiva cabível. Como assinala Kissinger a esse respeito:

Por qualquer cálculo estratégico sóbrio, Mao conduziria a China a uma situação muito perigosa. Se tanto os Estados Unidos como a União Soviética atacassem o país, o outro podia ficar de lado. A logística favoreceria a Índia na disputa de fronteira entre os países, uma vez que os Himalaias ficavam longe dos centros de força da China. Os Estados Unidos estabeleciam uma presença militar no Vietnã. O Japão com toda sua bagagem histórica era uma potência hostil e economicamente ressurgente. Foi um dos poucos períodos em que Mao pareceu hesitante sobre suas opções nas questões de política externa. (...) Mao parecia preocupado com a possibilidade de que já que um período mais longo se passara desde o fim da II Guerra Mundial do que o intervalo entre as duas primeiras guerras mundiais, alguma catástrofe global fosse iminente⁶⁰. (KISSINGER, 2011, p.210)

De acordo com tal perspectiva, os sequenciais retrocessos sofridos pelos Estados Unidos no Vietnã, e comemorados pelo próprio efetivo e população estadunidense, seriam interpretados por Mao como uma debilidade na moral dos soldados, e por consequência do poderio norte-americano. Se assim fosse, a incógnita que seguia seria

⁵⁹ ANDERSON, Perry, Dos revoluciones, 2011, p. 62 (www.newleftreview.es)

⁶⁰ KISSINGER, Henry, Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, p.210

sobre se a correlação de forças internacional poderia pender favoravelmente à União Soviética. E tal noção não equivalia a afirmar que isso levaria a uma colaboração superior entre a China e a URSS. Contrariamente a isso, a República Popular da China realizava um cálculo de que se esse fortalecimento soviético de fato se materializasse, criaria as condições para uma ofensiva da URSS sobre o seu rival do Oriente. E que tal concerto de forças seria inconveniente não só para a China, como também para os Estados Unidos. De acordo com a análise traçada pelos marechais chineses, resgatada por Kissinger:

A última coisa que os imperialistas norte-americanos estão dispostos a ver é uma vitória dos revisionistas soviéticos em uma guerra sino-soviética, já que isso iria permitir aos soviéticos construir um enorme império mais poderoso do que o império norte-americano em recursos e força de trabalho⁶¹. (KISSINGER, 2011, p.214)

A conclusão desse raciocínio seria que o contato com os Estados Unidos, por mais que pudesse ser alvo de ataques na mídia chinesa naquele momento, seria necessário para a defesa do país. Apesar de não haver se dado uma reversão da retórica governamental da China como portadora de valores comunistas puros, as contradições de quase uma década de isolamento se faziam presentes, e ameaçavam o avanço tecnológico e a modernização que o país almejava. Esse é um elemento explicativo dos esforços crescentes que Mao faria para se aproximar do outrora maior antagonista, os Estados Unidos. Entretanto, havia outras motivações menos imediatas e mais relacionadas ao equilíbrio de forças e resultados da Guerra Fria, que também podem ter sido definitivos para essa mudança na orientação da política externa chinesa.

Tendo como conselheiros os marechais Mao, apesar de prosseguir com a posição de que ambas as superpotências fundamentais da ordem da Guerra Fria, seriam antagonistas da China, foi paulatinamente adotando a visão de que os Estados Unidos se constituiriam como uma ameaça menos perigosa. Isso se embasava também nos diversos conflitos nas fronteiras sino-soviéticas e no agravamento da batalha na fronteira de Xinjiang, “que levou o Comitê Central do Partido Comunista chinês a ordenar uma mobilização de todas as unidades militares ao longo das fronteiras da

⁶¹ KISSINGER, Henry – Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, p. 214

China”. Dessa forma, a aproximação com os Estados Unidos seria uma questão estratégica, que demonstra o quão distantes, ou opostos, estavam os dois principais Estados operários da segunda metade do século XX dos objetivos estabelecidos pelas Internacionais comunistas desde a fundação da primeira delas, pelo próprio Karl Marx.

Esse seria o ponto culminante da *realpolitik* que caracterizara tanto a República Popular da China, quanto a URSS. Por mais que discursivamente ambas mantivessem uma retórica socialista, romperiam na prática com o internacionalismo que havia sido uma orientação estratégica responsável pelo sentido da própria existência das internacionais comunistas. Contrariamente a China ainda sob o comando de Mao Tsé Tung inicia as conversações com os Estados Unidos, na época governado por Richard Nixon, reestabelecendo as relações entre os países, o que seria crucial para a constituição da condição geopolítica e econômica chinesa tal como conhecemos hoje.

Como mais um fator importante nas relações interestatais que impulsiona a crescente colaboração entre os Estados Unidos e a China, em 1969 a URSS passa a adotar a Doutrina Brejnev, ou Doutrina da Soberania Limitada. Essencialmente se configurava como uma orientação neoestalinista. Sob o discurso de defesa do comunismo em âmbito internacional, na prática a Doutrina Brejnev havia sido elaborada como uma resposta aos levantes na Tchecoslováquia em 1968, conhecidos como Primavera de Praga, e instaura uma política mais beligerante e intervencionista da URSS contra os levantes nos demais Estados operários deformados. Ainda que estabelecesse a neutralidade em relação à China, tal orientação fora entendida como mais um elemento de pressão.

Logo após a primeira visita de Nixon à China em 1972 os laços entre as duas nações estreitaram-se, mesmo que isso fosse alvo de críticas e motivo de tensão no interior da cúpula do PC chinês. O primeiro a exprimir tal posição fora o próprio Lin Biao, sucessor designado por Mao, que havia concluído que a aproximação com os Estados Unidos seria fatal para a China, e reafirmava os preceitos da Revolução Cultural como única forma de defender o país das duas superpotências existentes. Lin Biao terminou sendo acusado de complô, sendo o precursor de diversas tensões entre as distintas frações do Partido Comunista chinês, que seguiriam existindo conforme

avançava a abertura, e se fariam mais claras à luz do salto promovido nessa orientação por Deng Xiaoping posteriormente.

Cabe notar que esse movimento de aproximação entre os Estados Unidos e a China teve inicialmente um caráter mais discursivo que prático. Entretanto, selara algumas questões fundamentais, como a convergência da noção sobre a hegemonia, com a definição oferecida no Comunicado de Xangai, segundo o qual “nenhum lado deve buscar hegemonia na região Ásia-Pacífico e ambos se opõem a esforços feitos por qualquer outro país ou grupo de países em estabelecer tal hegemonia”. (KISSINGER, 2011). Evidentemente, que isso não correspondia à verdadeira atuação da China ou dos Estados Unidos.

Cada um deles já mantinha muito previamente à elaboração do referido comunicado um espaço próprio na região, que era garantido diretamente, ou sob a forma da atuação de aliados, como o Japão em relação aos Estados Unidos. No entanto, tal passagem do artigo selado entre os dois países delimitava os limites para a ação unilateral, indicando que a partir de então deveriam atuar com base em certos acordos, e não para ampliar sua zona de influência. De acordo com a leitura feita por Henry Kissinger:

Os inimigos de pouco mais de seis meses antes estavam anunciando sua oposição conjunta a qualquer expansão extra da esfera soviética. Era uma verdadeira revolução diplomática, pois o passo seguinte levaria inevitavelmente a discutir uma estratégia para conter as ambições soviéticas⁶². (KISSINGER, 2011, p.269)

Porém, naquele momento a sustentabilidade de tal aliança dependia ainda em larga escala da resolução do conflito de Taiwan. Conscientes disso, os Estados Unidos selam no Comunicado de Xangai uma formulação ambígua, segundo a qual a versão norte-americana exprimia que:

O lado norte-americano declarou que os Estados Unidos admitem que todos os chineses de ambos os lados do estreito de Taiwan sustentam que existe apenas uma China e que Taiwan é parte da China. O governo dos Estados Unidos não desafia essa posição. (...) Com essa perspectiva em mente, ele afirma o objetivo último da retirada de todas as tropas e instalações militares norte-americanas de Taiwan. Nesse meio tempo, irá progressivamente reduzir suas forças e instalações militares em Taiwan à medida em que a tensão na área diminuir.⁶³ (KISSINGER, 2011, 271)

⁶² KISSINGER, Henry, Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, p 269

⁶³ Idem, p. 271

O comunicado, que resumia as diretrizes denominadas como One China Policy, não deixava estabelecido em qual intervalo de tempo se daria a retirada das tropas norte-americanas de Taiwan. Ademais, a versão publicada na China vinha carregada de um radicalismo muito superior, em termos verborrágicos contra qualquer questionamento que pudesse vir por parte dos Estados Unidos em relação ao pertencimento de Taiwan à China. Com isso, Mao delineava o que seria o tom comumente adotado durante aos anos de aproximação com os Estados Unidos, caracterizado por um discurso ainda relativamente fiel aos preceitos maoistas e à denúncia ao imperialismo, para ser consumido internamente. Com isso, poderia parecer que os Estados Unidos estavam cedendo aos seus ditames.

Mas posteriormente o impasse em torno daquele território cederia lugar a outros de maior envergadura, e esse movimento encontraria correspondência na afirmação de Mao de que “Taiwan é um assunto pequeno, o mundo é o que importa”. Mas a conclusão fundamental do processo de elaboração do Comunicado de Xangai era a de que as relações entre os dois Estados deveriam ser incrementadas principalmente no que tange à colaboração em ciência, tecnologia, e comércio. (SPENCER, 1995). Isso marca uma mudança de perspectiva relevante, na qual se definia a partir de então que para ambos os países o que agora passaria a primar seriam as relações sino-soviéticas, que de acordo com Kissinger significou uma genuína mudança de alianças, que teria efeitos importantes em todo concerto de forças internacional. De acordo com o ex-secretário de Estado norte-americano essa aproximação redefiniria as bases do equilíbrio global, não correspondendo por isso em uma confluência de valores. Em verdade, para além das manobras discursivas, a aproximação entre os Estados Unidos e a China atendia a interesses de ambos, que convergiam no sentido de enfraquecer a URSS, sendo, portanto, absolutamente instrumental.

Por isso, justamente temendo o avanço da URSS, Mao Tsé Tung passara a estimular a intervenção crescente dos Estados Unidos em torno de diversos temas. Nesse sentido, a política marcada pelos interesses nacionais dos Estados operários deformados que Ted Grant criticara, assume a partir do Comunicado de Xangai uma

renúncia plena a qualquer oposição as ações outrora qualificadas por Mao Tsé Tung como imperialistas por parte dos Estados Unidos. Pelo contrário, a partir de então, seriam apoiadas e estimuladas pelo líder do PC chinês sempre que lhe parecessem convenientes:

Mao encorajou o envolvimento militar norte-americano no Oriente Médio para conter os soviéticos – exatamente o tipo de “agressão imperialista” que a propaganda chinesa tradicionalmente alardeava. Pouco depois da guerra árabe-israelense de 1973 e seguindo-se à visita de Saddam Hussein a Moscou, o Iraque atraiu a atenção de Mao, e foi apresentado como parte da estratégia global. (...) Zhou estava sugerindo que era necessária uma política coordenada para tornar a dependência iraquiana da União Soviética tão custosa que isso iria mudar sua orientação – assim como o Egito estava fazendo. (...) Desse modo, Mao reviu forças e fraquezas de vários Estados no Oriente Médio, quase país a país. (...) Ele insistiu com os Estados Unidos para que ampliassem sua força no oceano Índico. Era a quintessência de um combate da Guerra Fria; os conservadores americanos o teriam aprovado⁶⁴. (KISSINGER, 2011, p.280)

Partindo de uma perspectiva marxista, o que a aproximação dos Estados Unidos com a China efetivamente produziu foram as bases para a transformação capitalista do país. Apesar de não se dar imediatamente, tal restauração avançaria de maneira qualitativamente mais rápida ao longo das décadas, chegando a uma confluência não em termos de valores morais entre os Estados Unidos e a China, mas de um único modo de produção, o capitalista, a partir da aceleração das reformas econômicas. Tal processo na China, diferentemente do caso soviético, se daria pela ação e mantendo o mesmo partido no poder, como será abordado mais adiante.

A aproximação entre a China maoista e os Estados Unidos, atendia também a uma necessidade dos monopólios e capitais ocidentais em encontrar uma nova possibilidade de realização de capital após o esgotamento das três décadas do pós II Guerra Mundial de crescimento econômico praticamente ininterrupto nos países centrais. No plano econômico essa relação bilateral favoreceu os Estados Unidos, que paulatinamente passou a ter acesso a novas áreas vedadas até aquele momento a entrada de capital, o que abriu novas possibilidades de recomposição de lucros, em queda desde a crise de 1970. Ainda que um exame detido da crise econômica de 1970

⁶⁴ KISSINGER, Henry, Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, pg 280

mereça um trabalho próprio, cabe aqui colocar algumas definições breves, pela relevância que assumiu no estabelecimento das relações sino-americanas.

A crise capitalista internacional da década de 1970 se manifestou como produto do excesso de capacidade produtiva ociosa não planejada, decorrente do aumento da produtividade do setor manufatureiro dos países centrais, que se alia a desequilíbrios monetários, advindos de uma corrida especulativa contra o dólar. Ainda que a crise aberta durante o início da década de 1970 seja até hoje comumente denominada como a “crise do petróleo” devido à elevação repentina do seu preço, este foi apenas um dos fatores responsável pela sua emergência, que em verdade atendia a motivações muito mais estruturais. A elevação de acúmulo de dólares por fora do controle do banco central norte-americano levou a uma situação de liquidez desordenada, proveniente da emissão massiva da moeda, resultando em uma sobreacumulação de capital.

Como resultante desse processo, tem lugar o aprofundamento da competitividade entre as potências, com o então presidente da França, Charles De Gaulle chegando em 1965 a questionar abertamente o papel do dólar como moeda de referência. Como fatores políticos encontram-se os imensos gastos gerados com a Guerra Fria e a guerra do Vietnã, que apesar de movimentar a economia de guerra norte-americana, não se transformava automaticamente em novas áreas de investimento e realização de capital para os Estados Unidos, como antes haviam sido os países da Europa e o Japão após a II Guerra Mundial.

Dessa forma, no início dos anos 1970 o governo dos Estados Unidos encontra-se preso a um dilema, pois necessita para recuperar a competitividade desvalorizar o dólar, porém não pode fazê-lo sem recorrer à quebra dos termos previstos pelo Acordo de Bretton Woods. Em 1971 o presidente norte-americano Nixon rompe a paridade do dólar em relação ao ouro, medida ratificada pelas demais potências em 1973, mas sem questionar a hegemonia do dólar.

Como decorrência disso se desenvolve o que posteriormente ficou conhecido como ofensiva neoliberal, com a retirada de direitos trabalhistas e o fim dos Estados de Bem-Estar Social nos países imperialistas. Inspirado em autores como George Friedman, os que advogavam por essa via como resposta à crise acreditam que seria o

excessivo controle do Estado sobre a economia, o que somado à política de salários altos, geraria a inflação. Assim, propõem uma política de privatizações, e depreciação dos salários como via para recompor a taxa de lucro, o que na prática faria com que a classe trabalhadora de seus países primeiramente arcasse com o ônus da crise. Esse foi o sentido assumido pelas medidas adotadas pelos Estados Unidos como a desvalorização da moeda, política creditícia massiva, queda de salário, flexibilização e terceirização do trabalho, redução de estoques, o que acelera a rotação do capital, aumentando os lucros, e nova geografia de exploração de capital a partir da instalação dos monopólios em outras regiões do globo. Essa exportação de capitais, aliada a uma crescente predominância de capitais especulativos e voláteis, seriam as condições que, grosso modo, permitiriam uma recomposição da acumulação nos países centrais do sistema.

O capital para se realizar, necessita conquistar novos mercados e se expandir em busca de melhor extração de mais-valia, que permita contrapor-se à lei tendencial da queda da taxa de lucro. Em um mundo profundamente dividido entre as potências, em que a internacionalização de capital financeiro, entendido no sentido designado por Lênin na tese do imperialismo, se choca com os limites impostos pelas fronteiras nacionais, a China emergiu como um oásis em que tudo estava por se construir e, portanto, promover a realização de capital. Disso resultaria a orientação política, sobretudo por parte dos Estados Unidos, em apoiar a cúpula dirigente do Partido Comunista chinesa em sua trajetória rumo às reformas. Essa busca por novos nichos de realização de capital foi uma motivação permanente para a retomada do diálogo norte-americano com a China. Ainda que os primeiros movimentos rumo ao restabelecimento de relações comerciais tenham sido inconclusivos no que se refere à resolução dos impasses políticos, selou indubitavelmente uma orientação estratégica em política externa para a China, da qual essa não abriria mão nas décadas precederem tal encontro.

Esse momento da concretização do diálogo, e conseqüente parceria entre os Estados Unidos e a China coincidiriam com crises em ambos os países no âmbito interno. Mao ainda lidava com as reminiscências da Revolução Cultural, e com uma crise de sucessão frente ao avanço de sua enfermidade. Nixon, por sua vez, era alvo da

crise de Watergate, iniciada em 1972, forçando-o à renúncia em 1974. O enfraquecimento do consenso interno nos Estados Unidos levaria o país a ser menos ativo na política externa, negando-se a adotar um pacto com a China em 1975 para o estabelecimento de um governo de coalizão no Camboja (KISSINGER). Isso foi interpretado pelos chineses como uma linha de apaziguamento em relação à URSS, temor que o governo chinês alimentou, sobretudo após a visita do presidente norte-americano, Ford que sucedeu Nixon, à Vladivostok em 1974.

O falecimento de Mao Tse Tung e de Zhou Enlai no mesmo ano levou ao aprofundamento da crise de sucessão. Duas alas foram claramente distinguidas. Uma defendia a retomada do modelo embasado nas comunas rurais, com o Estado subsidiando a produção agrícola, o que de fato foi a prática econômica vigente durante o começo da década de 1970. No que remete à ideologia propagada por esse setor, defendia a retomada dos valores típicos da Revolução Cultural, com a realocação compulsória dos estudantes e profissionais detentores de saberes técnicos ao campo para se reeducarem.

Em oposição a essa ala, ganhava corpo uma camada de membros do PC chinês que defendia a necessidade de adotar uma orientação mais pragmática, voltada para o fomento do crescimento econômico baseado na adoção de tecnologias estrangeiras, sem que, no entanto isso levasse a uma transformação dos pilares do regime materializados na ditadura de partido único vigente até os nossos dias. O próprio Zhou Enlai havia sido um defensor dessa orientação, bem como Deng Xiaoping, outrora vítima da Revolução Cultural e de um novo expurgo em 1976, e restituído no mesmo ano ao poder ocupando o posto de vice primeiro-ministro. Essa disputa seria crucial para a definição dos rumos do país desde então.

Havia ainda o denominado Grupo do Petróleo, que apesar de ser originário das comunas agrícolas, havia paulatinamente adotado a noção de que seria necessário adotar uma política de transferência tecnológica com o exterior, sustentada em empréstimos a juros baixos, comércio internacional, e emprego de especialistas estrangeiros (SPENCER, 1995), além da compra de instalações industriais completas. A personificação das divergências sobre os rumos que a China pós Mao deveria seguir, estava representada nas figuras de Hua Goefeng e Deng Xiaoping. Embora a visão

política de ambos fosse qualitativamente distinta, com Deng Xiaoping representando a ala mais aberta às reformas drásticas na economia, ambos se orientavam em defesa de um curso mais ágil na expansão econômica e tecnológica. Tendo Hua Guofeng assumido o poder em 1976, o panorama político seria o de tentativas de avanço nesse sentido:

Internamente, o presidente Hua estava supostamente no leme, defendendo ainda os programas radicais 'de aprendizado de Dazhai e Daqing' na agricultura e na indústria. Ele afirmava que era esse o verdadeiro caminho para as Quatro Modernizações, como então eram chamadas comumente, na agricultura, indústria, defesa nacional e áreas correlacionadas em ciência e tecnologia. Em fevereiro de 1978 Hua combinou esses vagos reclamos com o esboço de um ambicioso plano decenal que elevaria em 10% ao ano a produção industrial e em 4% a 5% a agrícola. Ao mesmo tempo, Deng Xiaoping estava manobrando com sucesso para trazer de volta os quadros expulsos pela Revolução Cultural e implementar um plano de modernização que incorporaria investimentos e tecnologias externos, ao lado de treinamento de estudantes chineses no exterior. Durante a Conferência Nacional das Ciências realizada em Pequim em 1978 na qual discursaram tanto Deng quanto Hua, esse plano de modernização ganhou ímpeto⁶⁵. (SPENCE, 1995, p.611)

Portanto, ainda que Hua Guofeng fosse encarado como um porta-voz da ala identificada com os paradigmas do maoísmo clássico, o período em atuou como premiê foi definido pela adoção de medidas em 1978 com as Quatro Modernizações que abriram o caminho para que seu sucessor, o líder de fato Deng Xiaoping a partir de 1980, avançar nas reformas, e com isso na transformação do sistema de produção em capitalismo. As Quatro Modernizações consistiam em transformações de grande relevância nos sistemas até então vigentes na agricultura, indústria, tecnologia e defesa nacional. No campo iniciou-se o processo de fim das comunas agrícolas, e parte das terras foram dadas aos camponeses, que deveriam vender parte da produção ao Estado, e parte ao mercado. Na indústria foram criadas as Zonas Econômicas Especiais, que visavam atrair o investimento privado estrangeiro, e junto àquele, novas e mais modernas tecnologias, que deveriam também passar a receber mais investimentos, bem como o exército.

Essa plataforma, ratificada pelo Terceiro Pleno do XI Comitê Central do PC, combinou-se a eventos significativos da política externa e interna. Os de primeiro tipo

⁶⁵ SPENCE, D. Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995 p. 611

foram o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês, a denúncia de Deng Xiaoping do novo Tratado de Amizade e Cooperação Soviético-Vietnamita como uma ameaça à paz e à segurança no Pacífico, o anúncio de que os Estados Unidos e a China reestabeleceriam relações diplomáticas plenas em janeiro de 1979 e a condenação do Vietnã por apoiar uma frente do Camboja para derrubar o regime de Pol Pot.

No plano interno um evento relevante foi a declaração oficial de que as demonstrações populares ocorridas por ocasião da morte de Zhou Enlai teriam sido manifestações revolucionárias legítimas, o que levou a anistia a todos os condenados desde o ano de 1957, dos acusados pelas campanhas anti-direitistas, e a publicação de um grande mural em Pequim no qual se declarava que Mao Tsé Tung teria apoiado a Gangue dos Quatro, que liderou a Revolução Cultural, e que por essa via havia sido o responsável pela expulsão de Deng Xiaoping. (SPENCE, 1995). Tais declarações seriam impensáveis em vida de Mao, e resumiam, cada qual em uma esfera particular a disposição de avançar na reforma, ainda que em nenhum sentido levassem à perspectiva de uma abertura do regime político em direção a uma democracia liberal inspirada nas existentes no Ocidente. Tampouco se declarava abertamente que com o desenvolvimento de tais medidas se buscava transformar o sistema de produção vigente. Pelo contrário, tratava-se antes de tudo de “aperfeiçoar o socialismo com características chinesas”.

Essas diretrizes fortaleciam as posições de Deng Xiaoping e seus seguidores. A cooperação econômica com os Estados Unidos, bem como com outros investidores estrangeiros aumentou mais rapidamente. No plano político ainda que não se comparasse aos discursos realizados por Krushev no XX Congresso do PC soviético, seria crescentemente corriqueiro que nos plenos posteriores se assumisse que Mao não esteve isento de erros, como base para conclamar o povo chinês a “integrar os princípios universais do pensamento marxista leninista-maoista à prática concreta da modernização socialista e desenvolvesse esta última à sombra das novas condições históricas⁶⁶”. Essa fórmula geral e enigmática seria o slogan que daria voz à política de Deng Xiaoping, o principal responsável pela articulação das bases da China contemporânea, ao ser o idealizador das reformas e da abertura do país aos

⁶⁶ SPENCE, D. Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995 p. 615

investimentos estrangeiros. Politicamente, 1979 fora um ano de importância para a concretização da plataforma de Deng Xiaoping. Data desse período a revogação das leis contra os filhos dos latifundiários e camponeses ricos, e a viagem de Deng Xiaoping aos Estados Unidos, onde se encontrara com o presidente Carter e reuniu-se com os representantes das grandes empresas a fim de apresentar as vantagens qualitativas de investimento e parceria com a China.

Durante toda a visita, Deng frisou a necessidade chinesa de adquirir tecnologia estrangeira e desenvolver sua economia. (...) Deng fez uma esperançosa análise das relações sino-americanas, proclamando seu desejo de 'conhecer tudo sobre a vida americana, e absorver tudo que possa nos beneficiar'⁶⁷. (KISSINGER, 2011,p.353)

Naquela ocasião, Deng Xiaoping sintetizaria os objetivos de sua política da seguinte maneira, de acordo com a citação das memórias de Kissinger:

Para realizar nossas Quatro Modernizações, precisamos de um período prolongado de ambiente pacífico. Mas mesmo agora acreditamos que a União Soviética vai iniciar uma guerra. Porém, se agirmos direito e de modo apropriado é possível postergá-la. A China espera postergar uma guerra por 22 anos. Sob tal premissa não estamos recomendando o estabelecimento de uma aliança formal, mas cada um deveria agir com base em nosso ponto de vista e coordenar nossas atividades e adotar as medidas necessárias. Este objetivo poderia ser atingido. Se nossos esforços de nada servem, então a situação se tornará cada vez mais vazia⁶⁸.

De acordo com a análise realizada pelo próprio Kissinger sobre o significado de fundo dessa declaração, o que Deng Xiaoping buscava era um acordo tácito entre a China e os Estados Unidos segundo o qual a ação da URSS em toda a Ásia seria restringida, por meio de uma cooperação política e militar paralela à OTAN. Dessa maneira, a China defenderia uma ação que passaria da defensiva para a ofensiva, e imporiam dessa forma os limites à atuação da URSS. Ainda que a análise de Kissinger não possa ser tomada como imparcial, pois no decorrer de sua obra sobre a China os interesses dos Estados Unidos em utilizar-se do país asiático para garantir a imposição de tais limites à URSS, e impedir uma unidade entre os dois Estados operários, ainda que burocratizados, seja pouco digna de menção, há nessa sentença um questionamento subliminar a uma noção comumente adotada atualmente de que a China teria sido sempre marcada pela estratégia de ascensão pacífica.

⁶⁷ KISSINGER, Henry – Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, pg. 353

⁶⁸ Idem, pg. 354

Ainda que essa diretriz possa ser adotada como base de análise quando se trata das aspirações chinesas em relação à hegemonia norte-americana, em que o que prima não é uma atitude belicosa na esfera militar, não se pode tampouco ignorar que a China lançou-se durante aqueles anos em uma série de conflitos militares, travados em distintos terrenos, mas dirigidos contra a URSS que considerava ser o seu maior antagonista. No plano da política externa em 1979 enquanto Deng Xiaoping pronunciava tais discursos em solo norte-americano, que a ideia de que a China constituía uma nação pacífica por excelência é questionada na prática, graças à invasão do Exército de Libertação Popular ao norte do Vietnã, em retaliação à ação das tropas daquele país, aliadas declaradas da URSS no Camboja contra o regime de Pol Pot.

Tal ação foi alvo de diversas discussões entre analistas marxistas e de outras orientações teóricas, já que pela primeira vez na história um Estado operário, mesmo que profundamente deformado pela casta burocrática governante, se lançava militarmente contra outro. A importância desse fato transcende as implicações do conflito militar tomado em si mesmo, e assume a característica de ter sido uma verdadeira transformação qualitativa no abandono da estratégia da revolução internacional, e na primazia da política tipicamente marcada pelos interesses nacionais tão alheia a toda a orientação historicamente presente na tradição política contida no marxismo clássico. Como observa Ernest Mandel a respeito do processo que culminou na deflagração do conflito com o Vietnã:

Os burocratas chineses pressionados entre as ameaças de Moscou e do Pentágono reagiram de uma maneira tipicamente burocrática e pragmática. Primeiro voltaram-se para a posição de defender a si mesmo, com suas próprias forças, isto é, racionalizando o isolamento desesperado, e viram-se somente com eles próprios. Simultaneamente, guardaram igual distância de ambas as superpotências, engajando-se numa espécie de retórica 'super-revolucionária'. Ao mesmo tempo, estavam procurando maiores aberturas. Estas não vieram do Kremlin e seus satélites. Vieram primeiro dos imperialismos japonês e europeu, por via comercial e econômica, e posteriormente de Washington, através de prudentes movimentos de desarmamento militar. Pequim respondeu entusiasticamente pronto para sacrificar a revolução vietnamita, em troca dessas aberturas. As semelhanças com as atitudes de Stalin e Krushev sob circunstâncias análogas são extraordinárias, não para concluir que nesse caso se tratava de algum desvio especial da direção chinesa, mas das características gerais da casta burocrática, como tal⁶⁹. (MANDEL, 1979, p.164)

⁶⁹ MANDEL, Ernest. A China versus o Vietnã, São Paulo, Editora Versus, 1979 p. 164

Assim, Mandel articulava a posição que os marxistas deveriam ter frente a esse conflito a partir da definição clássica de Lênin de que nem todas as guerras seriam iguais, e o critério fundamental para definir qual nação deveria ser apoiada era em primeiro lugar o caráter de classe dos Estados em pugna, e sua localização na divisão internacional do trabalho. Se um país imperialista ameaçasse militarmente uma nação semicolonial, ou dependente, ainda que no primeiro caso existisse um regime democrático liberal e no segundo uma ditadura, a posição deveria ser definida pelo apoio militar aos países de segundo tipo. Tratando-se de uma disputa entre distintos Estados operários burocratizados, Mandel conclama os povos da China, URSS, Vietnã e Camboja a não guerrearem entre si, mas a unirem-se para o enfrentamento do que deveria ser o inimigo comum, a saber, os países imperialistas do Ocidente. Entretanto, para alcançar tal fim Mandel reitera que seria uma condição impreterível que os trabalhadores de todos os Estados operários burocratizados envolvidos direta ou indiretamente na invasão do Camboja se libertassem do julgo de seus próprios governantes marcados por uma atitude nacionalista e hostil entre si.

Como resultante desse conflito, a China não foi capaz de resgatar o Kmer Vermelho, e tampouco alcançar seus objetivos, o que levou a um movimento interno denominado *Democracia*, composto por jovens e alguns poucos intelectuais questionarem a ausência de liberdades políticas no país, e os altos custos de uma guerra alheia aos interesses da ampla maioria da população, que se encontrava ainda mergulhada em uma situação de grande penúria. O movimento *Democracia* não almejava a instauração de uma democracia liberal, ou a restauração do capitalismo no país, mas questionava as condições de trabalho nas zonas rurais, enquanto se disseminava a tática da greve geral pelos campos, culminando numa manifestação em que de cerca de 30 mil trabalhadores acamparam na capital com o objetivo de fazer uma petição de ajuda aos membros do governo central.

O movimento *Democracia* foi duramente reprimido e muitos de seus membros assassinados, enquanto Deng Xiaoping pessoalmente se incumbiu de condenar sua ação, o que foi seguido pelo fechamento de revistas e jornais. Num certo sentido, tratou-se de uma antecipação do que seriam as manifestações de Tiananmen dez anos depois. Esse tipo de questionamento seria comum durante os anos de abertura, e

demonstravam que havia um desgaste dos governos locais e central. A alta cúpula do PC chinês traduzia a mensagem que vinha das ruas como um sinal de que a necessidade de melhorar a economia, através da abertura e das reformas, deveria ser acelerada. E sob esse preceito atuaram durante os anos seguintes febrilmente.

Do ponto de vista econômico, as reformas definidas por Deng Xiaoping como estratégicas contidas nas Quatro Modernizações, além de terem como fundamento a aproximação e crescente cooperação com os Estados Unidos, se materializaram com as Zonas Especiais Econômicas, que contaram com diversos estímulos a partir do ano de 1979. Inicialmente, abarcavam as áreas de Shenzhen, Zuhai, Shantou e Xiamen, e sua aprovação no Congresso Nacional do Povo foi firmada no ano seguinte. As quatro áreas haviam sido escolhidas graças à sua proximidade de fontes de capital estrangeiro e pelo seu fácil acesso. Seu objetivo era atuar como áreas voltadas para a atração de investimento estrangeiro direto, sob normas especiais, distintas das vigentes nas demais regiões do país. Tais zonas se destacariam das demais por empregarem um sistema no qual se toleraria, e inclusive estimularia, a prática limitada local de métodos econômicos capitalistas. Essas iniciativas capitalistas regionais se destacariam por empreendimentos conjuntos, mais comumente denominados *joint ventures*, e por empresas administradas diretamente por empresários estrangeiros como proprietários (MARTI, 2007).

Grosso modo, as Zonas Econômicas Especiais se destacariam por atuarem como totalmente de acordo com as exigências do mercado, sob uma lógica tipicamente capitalista, diferenciando-se dessa forma da economia embasada no planejamento central, até então dominante. A atração de investidores estrangeiros foi obtida como o produto de uma equação rara, que combinava mão de obra abundante, extremamente barata e habituada a jornadas ilimitadas de trabalho, além de vantajosas políticas de impostos. No período que abrange os anos de 1979 a 1983 as Zonas Econômicas Especiais aumentariam sua importância, e foram os embriões essenciais do processo de restauração capitalista no país que se desenvolveria, sobretudo a partir da década de 1990. Ainda que a existência das Zonas Econômicas Especiais em seu início não correspondesse à transformação absoluta do modo de produção vigente, já que a maioria da produção e a regulamentação do comércio internacional seguiam ainda sob

controle do Estado, a sua proliferação e o potencial de atração de investimentos estrangeiros mudariam esse panorama nos anos subsequentes.

Porém, num primeiro momento as Zonas Econômicas Especiais, tardaram a dar os resultados esperados, pois os investidores que ali se instalaram não provieram o avanço tecnológico esperado, e os idealizadores estatais dessa política tiveram que despende fundos estatais elevados para a construção de infraestrutura. Evidentemente que tais dificuldades levariam novamente a tensões no interior do Partido Comunista, e suas alas. Esse processo trouxe consigo uma acumulação de capital nas aldeias e o desenvolvimento de uma variação de burguesia que ao lado das autoridades municipais passou a explorar as empresas locais, que oficialmente seguiam sendo parte da propriedade coletiva, muito embora tenham se convertido em negócios privados, que trouxe como consequência um aumento significativo dos problemas de corrupção:

As tentações criadas pela exposição ao Ocidente e pelo controle político relaxado nas Zonas Econômicas Especiais provocaram ondas de atividade criminosas: contrabando, comércio ilegal, corrupção, suborno, e roubo de bens do Estado. Ao cabo de dois anos, criava-se um sério problema para a liderança, na medida em que dava munição aos opositores à política de Deng. À testa da oposição encontrava-se Chen Yu, que via naquela atividade criminosas um inevitável produto do flerte com o capitalismo⁷⁰.

De fato, os primeiros anos das Zonas Econômicas Especiais, após um breve momento de otimismo em 1979, foram marcados por um grande déficit comercial, que levou a que nos anos subsequentes a política econômica adotada tenha sido de maior cautela, ante um crescimento menos vigoroso. Houve cortes de investimentos, cancelamento de contratos, e somente em 1982 a China pôde anunciar um superávit comercial de alguns bilhões de dólares. (SPENCE, 1995).

Depois de uma excursão pelo interior do país em 1984, Deng Xiaoping conclama a uma aceleração da implantação das Zonas Econômicas Especiais, que abarcaria mais quatorze cidades litorâneas e da política de Porta Aberta, que envolvia a abertura das cidades costeiras para estimular o comércio exterior. Em relação à política agrícola a proposta caminhava no sentido de promover paulatinamente o enfraquecimento das comunas, em favor de um processo de concentração crescente,

⁷⁰ MARTI, E Michael – A China de Deng Xiaoping, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2007 p. 10

que levou à separação de uma parte da população dos meios de produção agrícolas, deixando a essa parcela dos camponeses a única alternativa de emigrar para vender sua força de trabalho. Isso gerou um êxodo tão grande do campo para as cidades que concentravam as Zonas Econômicas Especiais que o governo central vira-se obrigado a adotar leis especiais para contê-lo. Dessa maneira foram lançadas as bases para o regime migratório que fazem com que os trabalhadores migrantes, que são originalmente do campo, não contem com nenhum tipo de assistência social, ou mesmo direitos, caso optem por irem às grandes metrópoles.

Aos que permaneciam no campo, o Comitê Central anunciava um novo sistema de contrato rural, ou o “sistema de responsabilidade da produção agrícola”, cujo sentido já havia no ano de 1983 assumido três formas distintas:

Uma era o sistema de contrato de trabalho pelo qual grupos pequenos de famílias, lares individuais, ou até trabalhadores individuais assumiam um contrato com sua aldeia para fazer determinado trabalho agrícola a índices fixos de *performance* em termos de quantidade, qualidade e custo. O pagamento era a atribuição de pontos de trabalho mais altos – e, portanto, mais dinheiro ou comida – se tivessem êxito, uma atribuição mais baixa se fracassassem de alguma forma. No segundo tipo, havia um sistema de contrato de produção pelo qual a família se comprometia a produzir determinada quantidade numa área específica; ela podia ficar com o excedente, caso houvesse, mas teria que completar a cota, caso fracassasse. No terceiro, de entrega da produção líquida, o contrato exigia que a família cumprisse cotas do Estado, e fornecesse um excedente para o coletivo em troca de liberdade completa sobre os métodos de produção e do que equivalia à propriedade dos implementos agrícolas⁷¹. (SPENCE, 1995, 651)

Tais transformações foram seguidas também na indústria:

As empresas teriam de pagar agora ao Estado 55% do imposto sobre o total da receita anual, mas tinham permissão para ficar com a metade do lucro que sobrasse depois de deduzir os custos de produção, e a outra metade indo para o Estado; anteriormente o lucro ficaria todo para o Estado. Esperava-se que esse sistema de incentivo animasse a produção industrial da mesma forma que o incentivo rural tinha inspirado as famílias camponesas. (...) Várias áreas essenciais foram escolhidas para centros experimentais, nos quais somente os diretores e gerentes de fábricas seriam responsáveis pela produtividade e administração de suas unidades industriais. Essa reforma ia de encontro à ideia de direção coletiva sob supervisão do partido, que fora a base da organização industrial na RPC desde a metade da década de 1950⁷². (SPENCE, 1995, p.653)

⁷¹ SPENCE, D. Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995 p. 651

⁷² Idem, p. 653

Essas mudanças incrementaram enormemente a entrada de capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, e três regiões foram eleitas para serem alvos de desenvolvimento econômico rápido, abrangendo o delta do rio das Pérolas, o delta do rio Min, e o delta do rio Yangzi. No entanto, o processo das reformas econômicas não se desenvolveu de maneira linear. Diversos reveses econômicos foram objeto de críticas e tensões sociais no decorrer dos anos 1980, e após seis anos da adoção da política de criação das Zonas Econômicas Especiais os resultados ainda não atingiram o patamar esperado.

Já em relação à política externa as tensões com a União Soviética tinham se arrefecido consideravelmente por volta do ano de 1985, com a proposta feita por Mikhail Gorbachev de aumentar os acordos comerciais e as relações diplomáticas, selada com a reunião entre os dois ministros do Exterior de ambos os países, a primeira desde a ruptura de relações no ano de 1961. Gorbachev havia também revogado a Doutrina Brejnev, abdicando com isso da pretensão de intervir em outros Estados do Bloco Socialista que eventualmente se afastassem daquele modelo de socialismo até então aceito. Dessa maneira, estimulou a reabertura econômica e política, no intuito de anular os subsídios concedidos pela URSS aos países satélites, num contexto de início do fim da Guerra Fria após a aceleração dos confrontos realizados por Ronald Reagan, que inaugurava os anos de neoliberalismo no plano econômico, que em termos geopolíticos significou uma nova ofensiva dos Estados Unidos em conflitos internacionais.

Esse movimento de colaboração por parte do líder soviético prenunciava a própria situação interna da URSS, que também iniciara um processo de reformas, que levariam à restauração capitalista, mas que diferentemente da China implicaria na derrubada do partido comunista do poder. Com esse espectro de instabilidade novamente vindo da URSS, a cúpula do PC chinês novamente se encontra impelida a acelerar as reformas, numa tentativa de manter a estabilidade pela via do crescimento econômico, e reverter os déficits comerciais. De acordo com Kissinger:

Na década de 1980 a euforia da abertura original seguira seu rumo; as pungentes preocupações da Guerra Fria do passado recente estavam sendo superadas. As relações sino-americanas assentaram esse tipo de interações que as grandes potências têm uma com a

outra mais ou menos rotineiramente, com altos e baixos. O início do declínio do poder soviético desempenhou um papel, embora os principais atores tanto do lado americano como do chinês houvessem ficado tão acostumados ao padrão da Guerra Fria que levou um tempo para que reconhecessem isso. A fraca resposta soviética à invasão chinesa no Vietnã marcou o início de um declínio soviético no início gradual, depois acelerado. As três transições em Moscou – de Leonid Brezhnev a Yuri Andropov em 1982, de Andropov a Konstantin Chernenko em 1984, e de Chernenko a Mikhail Gorbachev em 1985 – no mínimo significavam que a União Soviética estava preocupada com suas crises domésticas. O rearmamento americano começado sob Carter e acelerado sob Reagan gradualmente alterou o equilíbrio de poder e limitou a prontidão soviética a intervir em sua periferia⁷³. (KISSINGER, 2011, p.378)

Mas ainda que o panorama geopolítico tendesse para uma transformação importante do foco das tensões existentes até então, esse processo não seria pacífico. Novamente uma concatenação de manifestações parecia servir de elo entre a situação na União Soviética e na China. As reformas quando observadas no âmbito interno trariam uma série de problemas, que resultariam em grandes tensões sociais. Essas se desenvolveriam através dos anos subsequentes, e atuariam como o pano de fundo das manifestações que se tornariam célebres na Praça Tiananmen. Na União Soviética isso se concretizaria nas manifestações que antecederam a queda do regime em 1989. Ambas tinham em comum a exigência de direitos civis e políticos, mais que a instauração do capitalismo. Esse descontentamento fora estimulado anos antes pela disparidade de renda e condição social que alcançavam patamares nunca vistos na China pós-revolução.

Mas no final de 1988 e início de 1989 ficou evidente que os casos de sucesso estimulantes estavam acontecendo em um contexto econômico e burocrático que sofria grandes tensões e problemas. Tomados cumulativamente, esses problemas mostravam como era difícil para a China conter as novas forças que as decisões de Deng Xiaoping e seus aliados tinham colocado em movimento. Entre as dificuldades que o governo começou a discutir no pleno do Comitê Central, no final de 1988, e no Congresso Nacional do Povo no início de 1989, e que recebiam ampla cobertura da imprensa chinesa, sete pareciam decisivas: inflação, baixa produção de grãos, inquietação operária, subornos, movimentos populacionais desregulados, crescimento rápido da população e analfabetismo⁷⁴. (SPENCE, 1995, p. 682)

A disparidade de renda criada pelas reformas, fora responsável pelo aquecimento da demanda por bens de consumo, que durante um período conjuntural

⁷³ KISSINGER, Henry, Sobre a China, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2011, pg. 378

⁷⁴ SPENCE, D. Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995 p. 682

promoveu um crescimento da economia de conjunto. Mas rapidamente os índices de inflação dispararam, levando à queda do padrão de vida para uma ampla maioria. Por sua vez, os camponeses que cultivavam para a produção agrícola destinada ao governo se depararam com uma situação caótica, devido à ausência de capital do governo para pagar por sua mercadoria, o que o fazia pagar com notas promissórias que não podiam ser repassadas ou trocadas por produtos básicos, gerando um grande rancor. Somava-se a isso a diminuição das terras cultiváveis, fruto do êxodo crescente das empresas em direção ao campo. Já o descontentamento dos trabalhadores urbanos seria produto da inflação, e das condições de trabalho.

Tal situação se combinava a uma crescente percepção de que a corrupção corroía as bases do Partido Comunista, com cerca de cento e cinquenta mil membros tendo que responder a processos durante o ano de 1988. Ademais, a China ainda não era a potência exportadora que se transformaria na década de 1990. Embora houvesse no país cerca de seis mil joint ventures de vários tipos, a China ocupava apenas o décimo sexto posto dentre os países exportadores, com algumas dessas empresas tendo passado por crises sérias. Portanto, a opinião pública cada vez mais se orientaria no sentido de que as reformas haviam sido responsáveis pela degradação dos quadros do partido, e não promoviam benefícios que as justificassem.

Eram tantas as empresas dessas zonas dirigidas por filhos ou parentes dos membros mais graduados do partido que os chineses que não pertenciam a esse pequeno círculo começaram a falar abertamente de uma 'camarilha de herdeiros necessários', ou 'camarilha dos príncipes'. (...) Para complementar a desilusão, persistentes cortes de despesas tinham deixado tão arruinadas as instalações de muitas escolas e universidades e tão dilapidados os dormitórios e refeitórios que tanto estudantes quanto professores se queixavam que era impossível trabalhar efetivamente nelas. O sonho de reformar a economia e modernizar toda a nação parecia estar se desintegrando diante dos olhos do povo⁷⁵. (SPENCE, 1995, p.684)

O ponto de ruptura se daria em justamente uma década após a retomada das relações com os Estados Unidos, e coincidiriam com os duzentos anos da Revolução Francesa. Conjuntamente ao cenário de crescentes insatisfações populares e dos trabalhadores com os rumos da economia, havia um clamor crescente pela abertura política, e concessão de direitos. Sob as várias roupagens ideológicas tal clamor atingiu um sentido de urgência na voz da intelectualidade. Alguns de seus mais proeminentes

⁷⁵ SPENCE, D. Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995 p. 684

representantes como Fang Lizhi e o poeta Bei Dao se comunicariam com Deng Xiaoping e outros dirigentes pedindo-lhes concessões políticas em termos de abertura.

Os representantes eleitos no Congresso Nacional do Povo reivindicavam uma “democracia socialista”, buscando combinar o sentido adotado na economia com mais liberdades culturais e políticas. Esses temas já haviam sido motivadores de manifestações massivas durante o ano de 1986, e voltaram à baila com vigor durante o ano de 1989. Quando o mês de maio chegou as manifestações que reuniam mais de cem mil pessoas já haviam ocorrido em diversas cidades, mas Pequim emergiria como o centro de gravidade do movimento. O movimento eclipsou a visita de Gorbachev à China, no que deveria ser uma iniciativa dedicada a superar as tensões do passado. Entretanto, por conta da proliferação dos acampamentos de estudantes em greve de fome contra o governo, diversos encontros tiveram que ser transferidos de local, para se isolarem da imprensa internacional. Segundo D Spence:

Jamais se vira algo semelhante na China, pois embora grandes multidões tivessem se reunido durante a Revolução Cultural, tratava-se de atos orquestrados pelo governo e se realizavam em homenagem a Mao Tsé Tung, como líder supremo do partido e do governo. Agora, ainda que Zhao Zhiyang tentasse silenciar o conflito e sugerisse que a condenação dos estudantes feita pelo Diário do Povo fora severa demais, os manifestantes começavam a pedir a renúncia de Deng Xiaoping e Li Peng. Impetuosos e raivosos, às vezes cantando e dançando, outras vezes mergulhados em discussões políticas ou dormindo exausto, os estudantes e quem os apoiava constituíam ao mesmo tempo um desafio potente ao governo e um espetáculo que não parava de crescer para o resto da China e do mundo⁷⁶. (SPENCE, 1995, p. 688)

Com o desenvolvimento da situação, os manifestantes foram obtendo o apoio da população, inclusive dos trabalhadores, que se deslocaram para a Praça Tiananmen e passaram a acompanhar os estudantes, que não foram dispersados, mesmo com a ordem para que o Exército de Libertação Popular assim o fizesse.

A leitura de cunho tipicamente liberal de que tal episódio de importância significativa para a história contemporânea teve um sentido marcado pelo anseio de amplos setores da população de adentrarem no capitalismo, encontra correspondência plena nas declarações de Deng Xiaoping sobre a natureza do movimento. Mas é absolutamente questionável frente a uma análise mais detida. Em

⁷⁶ SPENCE, D. Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995 p. 688

primeiro lugar porque os próprios restauradores, tendo Deng Xiaoping à frente, tiveram que impor uma repressão ao movimento para poderem avançar nesse sentido. Em segundo, porque as reivindicações do movimento atestam que o seu objetivo era a conquista de direitos, e não apenas os democráticos, como também de controle sobre a casta governante, que diante dos olhos de todos enriquecia sem que houvesse nenhum tipo de controle.

Por exemplo, uma das demandas defendidas pelos estudantes de Tiananmen seria a divulgação da renda dos líderes do Estado e suas famílias, o que nos dias atuais em que os altos cargos do PC chinês se constituíram como classe possuidora na nova China, significaria desvendar os caminhos através dos quais o partido responsável pela revolução de 1949 se transformou em um gerenciador não apenas do Estado, mas da ampla maioria dos negócios privados do país. A dura repressão que o movimento sofreu por parte do governo, responsável pela morte de um número até hoje desconhecido de pessoas, foi seguida por uma campanha coordenada pelo partido governante para descaracterizar o movimento, e montou uma operação de continuidade da perseguição aos seus membros que haviam sobrevivido à repressão. O discurso em represália ao movimento, proferido por Deng Xiaoping, seria incluído na gama de textos obrigatórios para as sessões de estudo e atividades partidárias, e a sua aceitação seria um requisito básico para adentrar no partido.

O massacre de Tiananmen como depois ficou conhecido, levou a que Deng Xiaoping radicalizasse a retórica maoísta, porém sem que isso levasse a uma transformação no rumo da economia. Ao contrário, as reformas seguiram sendo uma prioridade, e no mesmo discurso em que condenava o movimento, reafirmava a necessidade de construção da infraestrutura, abertura econômica ao capital estrangeiro, e o objetivo de dobrar a riqueza produzida pelo país, de modo a tornar a China uma “nação modernamente desenvolvida”. (SPENCE, 1995). Todos esses objetivos deveriam ser obtidos sem que a abertura política fosse promovida. Com a derrota do movimento de Tiananmen, as condições para a manutenção do Partido Comunista no poder são garantidas, mediante um fortalecimento notável do aparato repressor, muito embora isso não garantisse a marcha adiante de uma nação unificada. Acima de tudo, marcava a grande desconfiança e desilusão que amplos

setores da população mantinham, ainda que latentes, em relação ao governo de Deng Xiaoping.

Apesar de seus esforços para reduzir os manifestantes a um punhado de arruaceiros, Deng não podia esconder o fato de que a liderança chinesa confrontava-se agora com um movimento emergente de grande força potencial. Tratava-se de um movimento com profundas ressonâncias históricas, levadas adiante pela determinação recorrente dos chineses instruídos de insistir em sua obrigação de criticar as deficiências do governo, mesmo diante da insistência implacável desses governos de evitar que eles o fizessem. (...) Seus dirigentes estavam insistindo que o crescimento econômico poderia vir se qualquer mudança política fundamental; contudo, a necessidade de mudança política estava se tornando avassaladora. O partido que tinha tomado o poder quarenta anos antes ao desafiar as normas sociais, políticas e econômicas existentes parecia não ter outro objetivo senão assegurar-se de que não enfrentava ele mesmo desafios desse tipo⁷⁷. (SPENCE, 1995, p.693)

Ainda que a brutalidade da repressão a Tiananmen tenha causado constrangimentos aos Estados Unidos, tampouco houve uma quebra de relações entre o governo norte-americano e a China. Foram adotadas algumas sanções internacionais, e a questão dos Direitos Humanos se transformou num elemento de tensão discursiva adotada pelos Estados Unidos contra a China, em todas as ocasiões em que a conveniência indicasse ser necessária uma delimitação. Porém, isso nunca chegou a implicar numa ruptura de relações aberta, ou mesmo numa ameaça de intervenção, como se deu posteriormente no Iraque, ainda que o colapso subsequente da União Soviética e a queda do Muro de Berlim alentasse os Estados Unidos a reforçarem as pressões retóricas contra a política de Direitos Humanos chinesa.

As raízes fundamentais dessa posição norte-americana residem na própria orientação de Deng Xiaoping de que a parceria entre os dois países seguiria sendo um pilar essencial da abertura econômica chinesa, sendo, portanto, fonte potencial de grande volume de investimentos e realização de capital para os monopólios norte-americanos. E que para conquistar esse objetivo a promoção da estabilidade do regime era uma condição primordial. Dessa maneira, as represálias das potências ocidentais ao massacre de Tiananmen, e em especial dos Estados Unidos foram mais simbólicas que efetivas.

⁷⁷ SPENCE, D. Jonathan – Em busca da China moderna, São Paulo, Civilização Brasileira, 1995, p. 693

Nesse entretanto, se dá a queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, que pressagiava o fim do regime soviético. Diferentemente do sucesso repressivo de Tiananmen, o governo soviético não parecia contar com a mesma vantagem, e o colapso da ordem de Yalta se acelerava de maneira indelével. Ao contrário, no entanto, do temor do governo chinês ao efeito de contágio desse processo, temor esse que havia motivado o giro em direção aos Estados Unidos na era Mao após o discurso de Krushev na década de 1950, desta vez os mandatários chineses estavam conscientes de que sua situação era qualitativamente distinta. Do ponto de vista das relações internacionais, o fortalecimento dos Estados Unidos como única potência hegemônica não era um problema absoluto para a China, visto que naquela conjuntura as relações de parceria política e econômica asseguravam à segunda nação o status de colaboradora. Da perspectiva doméstica, o massacre de Tiananmen havia rompido as bases da oposição ao regime. Assim, o partido governante chinês passou incólume pelo processo de queda da União Soviética e do Muro de Berlim.

O desmoronamento da ordem da Guerra Fria é analisado por Moniz Bandeira, nos seguintes termos:

O panorama internacional, marcado pelo conflito Leste-Oeste estava, entretanto, a passar pela mais profunda transformação, desde o fim da II Guerra Mundial. Os regimes comunistas na Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária e Romênia após meio século de vigência desmoronaram, sucessivamente, em poucos meses de 1989. Os Estados do Mar Báltico que integravam a União Soviética, declararam sua independência. A derrubada do Muro de Berlim naquele mesmo ano possibilitou a reunificação da Alemanha, em 1990. Em 1991 aconteceu o esbarroamento da União Soviética. (...) O desmoronamento da União Soviética, contudo, não assinalou o “fim da História”, como pretendeu Francis Fukuyama, mas o fim de uma era inaugurada na I Guerra Mundial (1914-1918) e na Revolução Bolchevique, na Rússia (1917). Não devia surpreender. De certo modo, era previsível o esbarroamento da União Soviética como modelo da teoria stalinista do socialismo em um só país, viesse a ocorrer, mais cedo ou mais tarde. Trotsky observara que o ponto fraco da economia da União Soviética, além de seu atraso, herdado do passado, consistia no seu isolamento, uma vez que ela não podia aproveitar os recursos da economia mundial, nem de acordo com os princípios capitalistas, sob a forma de crédito internacional normal, do financiamento, cuja importância era decisiva para os países atrasados⁷⁸. (BANDEIRA, 2006, p.471)

⁷⁸ BANDEIRA, Moniz. Formação do império americano, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 471

O ponto fraco observado por Trotsky em relação à economia soviética da década de 1930 era também vigente para a China, mesmo cinco décadas depois. Tal como elaborado por Trotsky no momento da ascensão de Stalin na URSS, e da consequente adoção da estratégia de socialismo num só país, ao não levar-se adiante a estratégia da revolução internacional as conquistas das classes trabalhadoras dos Estados em que a classe dominante haveria sido expropriada seriam vitórias táticas, que não garantiriam o fim do capitalismo como sistema mundial. Isso significava que a estratégia da revolução que se expande internacionalmente, não era uma mera somatória de Estados em que a burguesia haveria sido expropriada, e que poderiam até colaborar entre si forjando blocos de cooperação, mas tendo como objetivo o socialismo num só país. Se a isso se restringissem, o destino de tais nações seria cedo ou tarde, o retorno ao capitalismo. A resposta a tal dilema na União Soviética fora a queda do regime, do partido do governo, e uma restauração abrupta e total do capitalismo no período que precedeu o ano de 1990.

Na China a tentativa de Deng Xiaoping consistia na abertura da economia, na introdução cada vez mais importante de mecanismos, zonas e empresas privadas, que, no entanto até 1991 ainda seriam minoritárias em relação à propriedade estatal, ainda que aumentassem exponencialmente. Com isso, um dos fatores essenciais para a definição de um Estado como operário, a saber, o monopólio do comércio exterior seria gradativamente diminuído, até deixar de dominar as relações comerciais. O primeiro requisito para o cumprimento desse objetivo na China foi a ascensão plena de Deng Xiaoping ao poder:

O principal motivo que levou Deng a entrar em ação e dar praticamente um golpe de Estado contra Li Peng e Chen Yu foi o colapso da União Soviética. A meta de modernização de Deng se construiu sobre a premissa de que a China poderia manobrar entre as duas superpotências sem se alinhar a qualquer uma delas. No cenário de 'Império do Meio' criado por Deng, a China tinha estatura internacional como o terceiro lado ou polo de uma relação triangular com Washington. Com o colapso da União Soviética, os Estados Unidos ficaram sendo a única superpotência remanescente, e a China perdeu importância. (...) Todo o plano de modernização de Deng se baseava na atração de investimentos estrangeiros. Assim sendo, qualquer manobra do partido no sentido de se reentrincherar para enfrentar uma catástrofe ideológica também ameaçava o que Deng supusera ser um acordo comum entre todos os altos funcionários

reabilitados: a China jamais repitiria os erros do passado, como o de ter se afastado do Ocidente em 1949⁷⁹. (MARTI, 2007, p.55)

A materialização disso marca o salto de qualidade em que a restauração capitalista do modo de produção atingiu a totalidade de um determinado Estado, de acordo com as análises marxistas. O monopólio do comércio exterior seria o responsável pela planificação e centralização estatal da economia, isto é, atuaria como o mecanismo elementar do impedimento de que relações capitalistas, embasadas no lucro, pudessem se desenvolver por fora de qualquer controle estatal. Não se pode confundir, entretanto, a restauração capitalista entendida como o fim do monopólio do comércio exterior, com a introdução controlada de relações deste tipo em alguns ramos da economia determinados, e sob a supervisão do poder central, tal como havia sido a NEP posta em marcha na Rússia após o final da guerra civil em 1921. Na China do início dos anos 1990 tal processo se aceleraria, e viria responder à necessidade de promover crescimento econômico rápido, como forma de garantir estabilidade social. Nesse sentido:

A principal razão do enfraquecimento da última grande expansão interna de desejo de democracia na China foi o crescimento impetuoso da economia chinesa e a atração que exerceu sobre milhões de novos empreendedores urbanos e rurais chineses e investidores estrangeiros de todo o mundo. Embora houvesse discordâncias sérias nos altos escalões da direção chinesa em relação à melhor trajetória e ao ritmo mais apropriado para o desenvolvimento econômico, Deng Xiaoping, mesmo com a idade avançada e estado de deterioração, sublinhou enfaticamente sua crença na necessidade de crescimento rápido fazendo uma 'excursão meridional' pelas zonas empresariais do Sul do país em 1992 e declarando que a mudança que viria seria 'boa'⁸⁰. (SPENCE, 1995, p. 695)

É importante notar, que tampouco o processo de restauração capitalista havia sido concluído na China até 1992, quando há um salto de qualidade nas reformas propostas por Deng Xiaoping. Nesse ano durante a viagem de Deng Xiaoping às cidades costeiras do Sul, que já se conformaram como zonas de maior desenvolvimento das reformas, pela primeira vez se expressou o apoio e incentivo

⁷⁹ MARTI, E. Michael – A China de Deng Xiaoping, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2007, p. 55

⁸⁰ SPENCE, D. Jonathan, Em busca da China moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 695

aberto aos setores que defendiam uma abertura mais radical, e menor controle estatal da economia. No XIV Congresso do Partido Comunista chinês, como consequência disso, pela primeira vez se adota uma resolução que não incluía nenhuma menção ao plano, e se estabelecia como objetivo final a construção de uma “economia socialista de mercado”.

Ou seja, se anteriormente os objetivos fundamentais da alta cúpula do Partido Comunista chinês eram dinamizar a economia, sem, no entanto, anular suas bases planificadas, agora passaria a ser paulatinamente a subordinação ao mercado. Isso daria início à edificação do capitalismo, que paulatinamente assumiria um caráter mais dinâmico e claro. Debateremos agora quais as bases do capitalismo chinês que se constituiu no início dos anos 1990, seus impactos para a ordem mundial, para finalmente caracterizar que tipo de Estado a China constitui atualmente, de acordo com a teoria leninista do imperialismo.

Capítulo 3

A aceleração das reformas e a ascensão da China como potência internacional

A teoria do imperialismo possibilita delinear critérios para a definição dos tipos de Estados existentes, e analisar as relações políticas e econômicas estabelecidas entre as nações. Durante a era da China maoísta, pela natureza do Estado que ali se forjara, ocorre uma combinação aparentemente contraditória no âmbito das relações engendradas com a URSS e os Estados Unidos. Ao contrário de leituras comuns sobre o período da Guerra Fria, que tendem a definir as relações internacionais como resultantes absolutas da disputa entre os blocos comunista e capitalista, o que ocorre é uma contínua aproximação da China com os Estados Unidos, em detrimento da URSS. Se a privilegiada relação sino-americana assume sob a era maoísta a forma de colaboração e retomada de diálogo no âmbito da geopolítica, será nos anos posteriores, com Deng Xiaoping que se intensifica a colaboração econômica, iniciada anteriormente.

A República Popular da China inicia seu processo de abertura econômica já nos anos de Mao Tsé Tung. Mas essa trajetória se deu como um longo percurso, com distintos momentos. Em 1992 opera-se um salto de qualidade nas reformas econômicas. Nesse ano durante a viagem de Deng Xiaoping às cidades costeiras do Sul, que já haviam se conformado como zonas de maior desenvolvimento das reformas, pela primeira vez se expressou o apoio e incentivo aos setores da cúpula partidária que defendiam uma abertura mais radical, e menor controle estatal sobre a economia. No XIV Congresso do Partido Comunista chinês, como consequência disso, se adota de maneira inédita uma resolução que não incluía nenhuma menção à planificação, e se estabelecia como objetivo final a construção de uma “economia socialista de mercado”. (MARTÍ, 2007).

Essa fórmula híbrida em verdade assumira o conteúdo de uma orientação de clara aceleração das reformas. Ou seja, se anteriormente os objetivos fundamentais da alta cúpula do Partido Comunista eram dinamizar a economia, sem, no entanto, anular suas bases planificadas, agora isso passaria paulatinamente a ser substituído por uma política que terminaria levando a economia de conjunto a se subordinar ao mercado. Isso daria início à edificação do capitalismo chinês, num ritmo mais acelerado e claro.

Tais diretrizes se traduziriam nas votações do Politburo, que em sua sessão plenária de março de 1992, distribuiu ao conjunto do partido o Documento Central de número 2, contendo os pronunciamentos de Deng Xiaoping feitos em janeiro e fevereiro do mesmo ano. Nesse documento a orientação elaborada por Deng Xiaoping tomaria a forma de diretrizes políticas para todo o partido, fazendo com que a partir de então, pela primeira vez se declarasse que os principais perigos para a China adviriam não da ala considerada direitista no interior do próprio partido, mas justamente dos setores que poderiam ser considerados os maoistas ortodoxos.

O próprio debate referente ao impacto da aceleração das reformas, isto é, se as mesmas fariam com que a China deixasse de ser um país considerado parte do “socialismo real”, foi contestado por Deng Xiaoping com o pragmatismo que lhe era tão característico. “Se der certo deve ser socialista”, teria dito. (MARTI, 2007). Portanto, era uma necessidade da cúpula dirigente chinesa forjar uma nova combinação entre as medidas de abertura de mercado, e a manutenção do poder político, cuja dominação jamais esteve colocada em questão. A isso deveria corresponder uma nova formação e discurso ideológico. A China, berço da revolução cultural de outrora, daria cada vez mais lugar a uma concepção crescentemente orientada pela noção de eficácia. Dessa forma, Deng Xiaoping separa a devida determinação de classe, que atua como critério último para o marxismo, da noção de que haveria que perseguir o desenvolvimento das forças produtivas como finalidade primordial:

Não há contradições fundamentais entre um sistema socialista e uma economia de mercado. A questão é que método devemos usar para desenvolver as forças sociais de produção de uma maneira mais eficaz. O velho método era bom, porque é bom ter um plano, mas de acordo com nossas experiências dos anos passados concluímos que se apostamos somente na planificação, o desenvolvimento das forças produtivas se atrasaria. Assim, se podemos combinar a planificação com a economia de mercado, creio que ajudaremos a libertar as forças sociais de produção e contribuiremos com a sua aceleração. A experiência nos diz que se nos baseássemos para sempre unicamente no sistema econômico do passado, ao seríamos capazes de desenvolver a produção social, assim que o que fizemos foi adotar as coisas úteis do sistema capitalista⁸¹.(POCH-DE-FELIU, 2009, p 54)

⁸¹ POCH-DE-FELIU, Rafael, La actualidad de China, Um mundo em crisis una sociedad em gestacion, pg. 54, 2009, Editora Crítica

Ainda que para a teoria clássica marxista a noção de desenvolvimento das forças produtivas fosse de fato essencial para a conquista de uma sociedade comunista, isto é liberta da existência de classes sociais, e que medidas de introdução de aspectos capitalistas em determinados ramos da produção tenham sido utilizados inclusive na NEP russa, haveria no processo chinês um salto dialético de transformação de quantidade em qualidade. O patamar da abertura proporcionada pela China ao investimento estrangeiro direto a partir do ano de 1992 transformaria de maneira inexorável até a atualidade as características fundamentais da estrutura econômica e sociais do país.

Nesse sentido, a formulação do conceito de “socialismo de mercado”, assume uma significação que podia não ser clara na ocasião, mas que paulatinamente apontaria a partir das reformas de 1992 que o “mercado” se faria mais importante que o “socialismo”. Deng Xiaoping investira em uma campanha pública que visava justamente promover o “socialismo de mercado” como uma inovação teórica que deveria ser vista como uma continuidade da trajetória do Partido Comunista no país. Jiang Zemin introduziu o conceito em um discurso proferido à Escola Central do partido, em 6 de junho de 1992. Entretanto:

O conceito era uma tentativa de leais seguidores de mascarar da melhor maneira possível, o fato de Deng haver virtualmente rejeitado o marxismo ao concluir que uma saudável política socialista era qualquer política econômica que melhorasse a qualidade de vida do povo. Em vista dessa percepção, o capitalismo, uma vez que melhorava o padrão de vida, não era mais capitalismo, mas socialismo embora com características chinesas. Seu trabalho necessitava de uma redefinição dos termos. No dicionário marxista padrão “economia de mercado” era sinônimo de “capitalismo⁸²”. (MARTÍ, 2007, p 160)

Na interpretação de diversos sinólogos a noção de socialismo chinês deveria combinar uma China forte, unificada e próspera, acrescido do *Da Tong*, conceito que designaria o ideal confuciano da coesão social obtida pelo avanço da economia e uma sociedade estável (POCH-DE-FELIU, 2009). A estabilidade social, que fora uma perspectiva bastante questionada na era maoista, sobretudo durante os anos de Revolução Cultural, era agora resgatada como um dos requisitos para sedimentar o caminho à modernização.

⁸² MARTÍ, Michael E, A China de Deng Xiaoping pg. 160, 2007, Editora Nova Fronteira

No seio do debate intelectual Perry Anderson define que, no entanto, essa noção orientada pela busca da modernização não chegou a expressar-se como uma elaboração coerente, não tendo assumido a forma de reivindicações por mais direitos individuais, característica que marcou o desenvolvimento do discurso liberal ocidental. De acordo com a análise de Anderson o ideário liberal aí também encontrou uma forma *sui generis* de desenvolvimento, não apresentando qualquer questionamento político ao Partido Comunista, pelo menos não em importância similar aos processos ocorridos durante os anos de 1989-1991 na extinta União Soviética. (ANDERSON, 2012).

A aceleração da edificação do capitalismo se expressaria em outro documento adotado pelo Partido Comunista, intitulado “O Documento n 4 – Entendimento do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre Reforma Acelerada, Abertura mais Ampla para o Patamar Superior e Como Trabalhar para Elevar a Economia a um Patamar Superior Seguindo um Processo Melhor e Mais Rápido”, que pretendia ser a síntese das vias de modernização do país pelo próximo século, fundamentada em especial na abertura mais ampla para o exterior, dando inclusive autonomia para maioria das províncias do país para receber investimento estrangeiro:

Xangai passaria agora a ser a cabeça de um longo dragão, que estenderia terra adentro ao longo do Rio Yangtze, abarcando Wuhu, Jiujiang, Yueyang e Chongqing. Além de regiões interioranas, as áreas fronteiriças receberam status de Zonas Econômicas Especiais num esforço para ao aproveitamento de situações especiais. Tratava-se claramente de uma jogada para tirar vantagem da desintegração da União Soviética, cujas antigas repúblicas situadas na fronteira com a China mantinham laços comerciais mais estreitos com seus vizinhos que com Moscou. Propiciou também à China crescente alavancagem tanto política como econômica em relação às suas minorias e respectivas parentelas do outro lado da fronteira⁸³. (MARTÍ, 2007, p 150)

A transformação nas empresas chinesas abarcava tanto o setor não estatal, como o estatal. Dá-se um movimento na política econômica segundo o qual as empresas estatais passariam a ter mais liberdade para definir sua orientação, sendo avaliadas de acordo com o critério de eficácia. Dessa maneira, empresas consideradas ineficientes poderiam ser fechadas, mas as consideradas produtivas receberiam

⁸³ MARTÍ, Michael E, A China de Deng Xiaoping pag. 150, 2007, Editora Nova Fronteira

estabilidade a partir de um sistema de contratos, podendo formar corporações, negociações internacionais e instituir elementos de sistema acionário. (MARTÍ, 2007).

Deng defendia princípios capitalistas para as indústrias estatais. Lembremos que ele já concedera ao exército liberdade de ação para sair em busca da integração vertical do seu setor industrial. Somente os fortes sobreviveriam à competição. Isso não era medido por rótulos, mas por índices da economia. Deng mais de uma vez declarou que um desenvolvimento econômico moroso equivalia à estagnação, e estagnação levava ao retrocesso⁸⁴.

Como resultado da política econômica adotada a partir de 1992 o investimento estrangeiro direito avançou rapidamente em comparação com as décadas precedentes. Se em 1978 o montante proveniente de investimento direto na China perfazia cinco bilhões de dólares, a partir de 1992 alcançaria a média de 40 bilhões de dólares. Dessa maneira, pode-se definir que:

A abertura ao exterior foi se dando ao longo de três fases. A primeira (1979-85) desenvolveu-se através da formação de *joint ventures*, isto é, de uma associação entre os conglomerados estrangeiros e as empresas de origem chinesa. Na segunda (1986-91) suspendeu-se a restrição ao limite da participação do capital estrangeiro que ficou autorizado a participar em quantidades superiores a 50%, além de melhorar o já favorável tratamento fiscal, garantir aos *joint ventures* exportadores e tecnologicamente mais avançados um tratamento mais vantajoso, como, por exemplo, o acesso privilegiado ao abastecimento de água e eletricidade, infraestruturas e diversas facilidades de transporte. A terceira fase de 1992 em diante, depois da derrota da Praça Tiananmen e uma vez assentado o curso restauracionista, a chegada do capital estrangeiro à economia superou todas as expectativas: de 1990 a 2003 ingressaram mais de 480 bilhões de dólares, o que constitui 97% do IED desde 1979⁸⁵. (CHINGO, 2007, p70)

Nesse sentido, a modernização chinesa se deu através de um duplo movimento. Se por um lado, a China de Deng Xiaoping passaria agora a adotar um modelo pautado na abertura de seu mercado, enxergando nessa via os caminhos para a tão almejada modernização, internacionalmente o capitalismo como sistema econômico global também se veria obrigado a buscar novas vias de realização de capital. Essa variável resulta ser de extrema importância, pois de nada adiantariam os esforços de Deng Xiaoping em atrair um volume considerável de capital estrangeiro se internacionalmente não houvesse uma extrema necessidade por parte dos monopólios em buscar novos nichos de acumulação.

⁸⁴ MARTÍ, Michael E, A China de Deng Xiaoping pag. 155, 2007, Editora Nova Fronteira

⁸⁵ CHINGO, Juan, Mitos e realidade da China atual, pag. 70, Revista Estratégia Internacional Brasil, 2007, Edições Iskra

No plano internacional a aproximação da China de Mao Tsé Tung com os Estados Unidos que abordamos anteriormente, atendia no âmbito geopolítico a interesses compatíveis em isolar a URSS. No plano econômico respondia às aspirações primeiramente dos Estados Unidos, em ter acesso a novas áreas vedadas até aquele momento a entrada de capital, e possibilidades de recomposição de lucros, que vinham caindo desde a crise de 1970.

O processo de edificação do capitalismo em países como a China, a Índia, a Rússia e o bloco do Leste durante as décadas de 1980 e 1990 contribuiu para alterar radicalmente as condições da força de trabalho mundial. De conjunto acrescentaram cerca de um bilhão e quinhentos milhões de novos trabalhadores, o que por sua vez dobrou a força de trabalho mundial até então existente. (POCH-DE-FELIU, 2009). Essa transformação alterou de conjunto a relação entre o capital e a força de trabalho, favoravelmente ao primeiro, na medida em que se aprofunda imensamente o processo conhecido como a desterritorialização. Sob esse termo se designa a saída dos grandes monopólios dos países centrais, em que os salários eram qualitativamente mais elevados, em direção aos países outrora vedados ao acesso do capital. Como consequência, isso fez com que os baixos salários pagos pela força de trabalho chinesa terminassem por depreciar a massa salarial mundial. Portanto, a inserção da China ao capitalismo transformou-se desde o início em uma questão de relevância mundial.

No plano interno, tentando orientar um programa que abarcasse as reformas econômicas em seu conjunto, em consonância com a orientação delineada por Deng Xiaoping, elaboraram-se diretrizes que em sua totalidade aceleravam a substituição do modo de produção anterior pelo capitalismo. Primeiramente, assinalava que a aceleração do desenvolvimento econômico deveria se assentar na melhora dos índices de desempenho, entendido num sentido de reestruturação produtiva, e não apenas de novos investimentos. Desde então, o problema do atraso tecnológico tornou-se um dos principais temas a ser examinados, e pela primeira vez se anuncia que as empresas estatais que não fossem consideradas eficazes teriam que ser fechadas.

A segunda questão era a vasta China rural, que deveria receber incentivos, para produzir os insumos necessários para o incremento da produção industrial que o país começa a ter. Também se tratava de uma candente questão social, já que a imensa

maioria da população seguia nos campos, o que levou a que o país velasse pela manutenção de alguns direitos em assistência social para aqueles que seguissem vivendo nas zonas rurais. Em terceiro lugar, a implementação das reformas deveria colocar sob a responsabilidade dos administradores das empresas, e não mais nas autoridades locais, os investimentos a serem executados, visando despolitizar a gerência das maiores companhias. Isso deveria ser acompanhado de uma política que estimulasse o desenvolvimento da economia terciária em todos os níveis – local, regional e nacional. Com isso se tentaria fomentar o desenvolvimento de bens de mercado, e de um mercado de consumo mais amplo.

Também se adotaria um modelo econômico embasado no aumento do papel das firmas privadas no âmbito das relações comerciais internacionais, dando continuidade ao processo de desmantelamento do monopólio do comércio exterior. Essa questão era tratada como crucial para transformar as bases econômicas sobre as quais a China se assentava, já que se partia de uma análise que definia ser a situação internacional mais favorável à expansão das exportações, que crescentemente adquiriam um peso superior na economia em seu conjunto, num planejamento que visava consolidar os mercados de que dispunha e abrir caminho para novos. (MARTÍ, 2007)

Por orientação do Partido Comunista recomendou-se que houvesse separação entre a administração e a regulamentação governamentais do funcionamento das empresas estatais, numa reorganização que manteria o governo central à frente do controle macroeconômico. Mas essa esfera da economia deveria acelerar a reforma na política de preços, planejamentos, financiamentos, atividades bancárias e no comércio exterior. Isso acabaria por incidir também sobre as grandes empresas estatais, na medida em que de acordo com o plano apresentado as indústrias de grande e médio porte estatais deveriam a partir de então passar gradativamente seus mecanismos operacionais e logísticos para a “competição da sociedade, devendo também encaminhar os excessos de mão de obra para os comércios terciários”. (MARTÍ, 2007)

Portanto, às vésperas do XIV Congresso do Partido Comunista a proposta elaborada por Deng Xiaoping de abertura da economia chinesa passara finalmente a ser a política oficial em sua plenitude. Os índices econômicos denotavam o

crescimento, e se iniciaria um processo de urbanização e drástica mudança da disposição populacional do país rumo às cidades. Após a adoção das medidas de expansão das Zonas Econômicas Especiais em 1992 a economia teria alta de 38% em relação ao ano anterior. As exportações já eram responsáveis por mais da metade desse índice, com a produção industrial em destaque, dentre as quais as cooperativas, municipalidades e empresas não pertencentes ao Estado seriam os principais responsáveis. O total do investimento estrangeiro direto alcançaria a margem de crescimento de 102%, o que anunciava a tendência que se aprofundaria nos anos subsequentes. Evidentemente isso pressionaria por mudanças no regime vigente para as empresas estatais. (POCH-DE-FELIU, 2009)

Apesar da política levada adiante pela direção do Partido Comunista num primeiro momento ter sido resguardar as grandes empresas estatais, no XV Congresso ocorrido alguns anos mais tarde, em 1997, adota-se a resolução de acelerar os planos para a reestruturação das empresas estatais, separando a propriedade da gestão, e convertendo-as em sociedades por ação. Isso incluía a demissão de uma parcela ampla dos trabalhadores do setor. Jiang Zeming então Secretário Geral do Partido Comunista chinês afirmava:

O objetivo da reforma da economia chinesa é constituir uma economia socialista de mercado, não um mercado capitalista. É importante desenvolver e consolidar as empresas estáveis e outras formas de propriedade pública da economia e também o papel básico da propriedade estatal. Se estes dois elementos são perdidos, a construção do socialismo é impossível. Consequentemente, melhorar a situação das empresas estatais, e especialmente das empresas grandes de médio porte, é tanto um tema importante para a economia, sobre cujo desenvolvimento a economia nacional depende, e também uma questão política que tem a ver com a sorte do socialismo na China. Nesse processo de construir uma economia socialista de mercado, o setor público e as empresas do Estado devem ser mais fortes e não mais débeis⁸⁶.

Portanto, mesmo que nos discursos a defesa do socialismo não tenha sido abandonada, na prática, outras declarações de Zoug exprimiam de maneira mais fidedigna a real orientação assumida:

Ao reformar o sistema de planejamento, pretendemos, antes de tudo alterar ainda mais as funções e a metodologia da gestão planificada, com o propósito de possibilitar que o planejamento reflita corretamente o mercado, dê orientação eficaz ao mercado e cumpra sua

⁸⁶ CHINGO, Juan, El avance de la restauracion capitalista em China y sus dilemas, 2001 (www.ft-ci.org)

função de prover uma orientação geral melhor ao desenvolvimento econômico e sobre esse desenvolvimento exercer o controle macroeconômico⁸⁷.

A China combinou duas transformações de grande relevância. De um lado, iniciou a reconversão da indústria estatal, e de outro estimulou um amplo processo de liberalização de sua economia, financiado por investimentos diretos estrangeiros. A entrada da China na Organização Mundial de Comércio marcaria o início de anos de turbulência, resultantes da política de fim de benefícios sociais exigidos por aquela organização internacional, dentre os quais se destacavam o fechamento de empresas, ou então reconversões das mesmas. Isso transformou radicalmente a estrutura da classe trabalhadora no interior do país. A China passou a ter duas classes trabalhadoras, uma tradicional que ainda integravam as empresas estatais, e outra proveniente da mão de obra rural, que se instalaria como força de trabalho dos grandes monopólios, e seriam os protagonistas que possibilitaram a transformação da China.

Hay tres vías principales de proletarización en China: desde las zonas rurales agrícolas, desde empresas estatales en quiebra en las ciudades y a causa de la disolución de antiguas empresas de pueblo. Por empezar por la primera de ellas: el desplazamiento del campo a la ciudad es de unas dimensiones enormes, con un número de emigrantes desde 1980 que asciende a cerca de 120 millones, que hace de tal desplazamiento la mayor migración de la historia mundial. La abolición de las comunas y la promoción del sistema de responsabilidad por hogar permitió que algunos agricultores prosperaran en las zonas más ricas, pero dejó a los productores marginales cada vez más expuestos a los bajos precios, los suelos pobres, las parcelas pequeñas, la falta de ingresos y la corrupción de los codiciosos cuadros locales. (...) Una segunda vía hacia la nueva clase de trabajadores asalariados tiene su origen en las empresas de propiedad estatal (EPE). Éstas fueron el eje de la industrialización maoísta y representaban cerca de cuatro quintos de la producción no agrícola. La mayoría se encontraba en ciudades, donde empleaba cerca de 70 millones de personas en la década de 1980. Esta forma de empleo ha sido objeto de un desmantelamiento sistemático, iniciado con una ley que permitía contratar de manera temporal sin protección social y con la Ley de Quiebra de 1988, que ponía fin a la garantía que tenían los trabajadores de un empleo de por vida⁸⁸.

Esse processo de conjunto, denominado por Rafael Poch-de-Feliu como a grande reconversão, fez com que as empresas estatais cedessem espaço na economia do país, quando paulatinamente após o ano de 1998 cederiam espaço às empresas privadas, que nos primeiros anos do século XXI passaram a constituir-se como

⁸⁷ MARTÍ, Michael E, A China de Deng Xiaoping pag. 168, 2007, Editora Nova Fronteira

⁸⁸ WALKER, Richard, BUCK, Daniel – La vía china, ciudades em transición al capitalismo- New Left Review 46, 2007, pg. 37 (www.newleftreview.org)

responsável por mais de 65% do PIB do país, e 80% do crescimento econômico. (POCH-DE-FELIU, 2009)

Enquanto a classe trabalhadora chinesa socialista minguava, aparecia pujante, outra classe trabalhadora: um exército de cem a duzentos milhões de emigrantes camponeses muito mais parecidos a uma 'classe trabalhadora' no sentido de Marx, por carecer de privilégios e sofrer uma exploração sem paliativos. Durante a grande expansão econômica chinesa dos anos 1990, essa classe não conheceu aumentos de salários, nem horários de trabalho, e sofreu uma grande quantidade de abusos e estafas em suas condições de trabalho. Essa classe trabalhadora rural foi chave para atrair o investimento estrangeiro à China, ocupou os postos nas fábricas de manufaturas para a exportação, e os andaimes da grande urbanização e obras de infraestruturas⁸⁹.

Essas diferenças entre os dois setores da classe trabalhadora chinesa terminaram por moldar as desigualdades geoeconômicas do país, com a maioria das empresas estatais localizando-se no noroeste do país. Em algumas regiões, como em Liaoning o desemprego aumentou numa progressão extremamente rápida, aliado a uma proliferação dos casos de corrupção por parte das autoridades locais, responsáveis por levar adiante o processo de reestruturação local. Isso fez com que de um centro pujante o noroeste do país passasse a ser o berço da instabilidade, das greves e manifestações iniciadas logo após a adoção das reformas de 1992, seguindo até o momento atual. Ainda que o desemprego e a reconversão dos antigos setores estatais tenham sido feitos paulatinamente, tendo ainda mantido localidades em que subsistem, os planos de reestruturação das empresas estatais maoistas foram responsáveis pelo aumento da pobreza urbana, com uma média de quarenta e sete milhões de demitidos ao longo as últimas duas décadas. Ademais, é também nessa região que se instalaram ao longo da década de 1990 as fábricas chinesas privadas, nas quais a mão de obra atua sazonalmente, criando uma parcela da classe trabalhadora que é sujeita ao desemprego constantemente, e ainda mais precária, que a parcela que os demais setores. A jornada de trabalho durante as duas últimas décadas excede as quatorze horas diárias, com uma legislação trabalhista existente, mas que não é seguida nem submetida à fiscalização. (POCH-DE-FELIU, 2009)

Após a repressão ao movimento de Tiananmen, aproveitando-se de uma correlação de forças favorável para avançar nas reformas, agora centradas no âmbito

⁸⁹ POCH-DE-FELIU, Rafael, La actualidad de China, Um mundo em crisis una sociedad em gestacion, pg. 96, 2009, Editora Crítica

social, o governo adota uma política econômica marcada pela contração de uma economia superaquecida e inflacionária. A essa se seguiu a continuidade de adoção de reformas, como a Lei Trabalhista de 1994 que determinava que o trabalho assalariado proveniente dos migrantes, estaria desonerado de assistência social provida pelo Estado. Mas os efeitos mais drásticos foram sentidos a partir da demissão massiva de trabalhadores das empresas estatais, quando o capitalismo chinês sofreu sua primeira crise de superprodução. Durante a primeira década do século XXI os trabalhadores das empresas estatais foram reduzidos à metade do volume total de mão de obra urbana disponível.

La última de las transiciones al trabajo asalariado tuvo su origen en el hundimiento de las empresas rurales de pequeña ciudad y pueblo (ECP). Las ECP florecieron tras la disolución de las comunas, con la primera fase de la liberalización a principios de la década de 1980, en especial en Guangdong, Fujian y alrededor de Tianjin y Shanghai. Hacia principios de la década de 1990, se habían multiplicado hasta llegar a ser 25 millones de firmas, que empleaban a más de 100 millones de personas, representando hasta un 40 por 100 de la producción manufacturera total. (...) De ahí que, cuando muchas de las principales EPE cayeron en bancarrota a finales de la década de 1990 o encontraron proveedores más rentables, gran número de ECP se vieron en la estacada; además, cargaban con frecuencia con enormes préstamos bancarios. Cuando estas pequeñas empresas empezaron a implosionar, millones de obreros rurales quedaron abandonados a su suerte. (...) En los términos de Marx, estaríamos ante un paso de la subsunción «formal» a la subsunción «real» del trabajo⁹⁰.

Se essa segunda classe trabalhadora pôde se formar tão rapidamente, e alcançar a importância que teve para as transformações que ocorreram especialmente após as reformas de 1992 e 1997, isso se deveu às vantagens do atraso para a exploração capitalista que caracterizavam o país. Dentre elas figurou a vastidão do exército industrial de reserva, que foi sendo constituído ao longo da implementação das transformações estruturais, tanto no campo como na cidade. Com milhões de trabalhadores disponíveis, desprovidos de qualquer assistência social ou legislação que realmente lhes permitisse obter um trabalho regular com direitos assegurados, nasceu

⁹⁰ WALKER, Richard, BUCK, Daniel – La vía china, ciudades em transición al capitalismo- New Left Review 46, 2007, pg. 37 – disponível em (www.newleftreview.org)

uma classe trabalhadora única no mundo, extremamente flutuante e disponível para a produção de um nível de mais-valia inédito na história recente do capitalismo.

Ainda que a situação dos trabalhadores camponeses convertidos em assalariados nas indústrias possa ser considerada melhor, se comparamos a renda per capita em relação ao período anterior às reformas, uma grande parcela dos trabalhadores em verdade empobreceu, sob as pressões geradas pela existência da mão de obra excedente, a competição salarial e a perda de postos de trabalho. Como resultante disso, houve um aumento significativo das enfermidades e acidentes nas fábricas, enquanto ampla parcela dos trabalhadores perderam pensões, atendimento médico e educação, estando nos anos que abrangem a década de 1990 até a primeira década do século XXI absolutamente submetidos aos ditames do mercado. (POCH-DE-FELIU, 2009).

Por isso, a China da atualidade se caracteriza pelo paradoxo de ser um país em que a edificação capitalista avançou nas últimas três décadas, mas que segue governado pelo mesmo partido que protagonizou a revolução de 1949, a Revolução Cultural, e tantos outros episódios que marcaram uma trajetória incomum, acumulando hoje significativas desigualdades. Colaborou para isso o fato de que diferentemente da extinta União Soviética no momento da restauração capitalista, a China não possuía um parque industrial plenamente desenvolvido, o que não se constituiu como uma vantagem, tal como pontua Perry Anderson:

Cuando los dos Estados cruzaron el umbral de la reforma, todo parecía indicar que la URSS disfrutaba de condiciones mucho mejores, materiales y culturales, para el éxito. Su PIB era de cuatro a cinco veces más elevado que el de China. Su base industrial era mucho mayor, empleando el doble de mano de obra relativa. Era más rica en casi todos los recursos naturales: combustibles fósiles, valiosos minerales, abundancia de tierra. Estaba mucho más urbanizada. Su población estaba mejor alimentada, con una ingesta media de calorías superior en la mitad a la de China. Su infraestructura estaba considerablemente más desarrollada. Por último, aunque no menos importante, su nivel educativo era incomparablemente mayor: no sólo estaba totalmente alfabetizada, sino que matriculaba veinte veces el número relativo de estudiantes inscritos en la educación superior y estaba en posesión de una gran reserva de científicos bien formados. Sin embargo, el «periodo de estancamiento» había neutralizado progresivamente –y en algunos aspectos críticos, degradado– estos legados. Durante veinte años, ningún cambio político alteró la muerta superficie de la vida soviética. (...) La productividad del trabajo se estancó; la relación capital-producto empeoró; las plantas obsoletas quedaron sin desguazar, y se perdió el tren de la nueva tecnología de la información.

Pero mientras el rendimiento de la economía declinaba, la presión de la carrera de armamentos aumentaba⁹¹.

Na década de 1980, a China contava com um PIB cerca de quatorze vezes mais baixo que o a URSS. Além disso, mais da metade de sua força de trabalho estava empregada como mão de obra rural, numa economia voltada fundamentalmente para a cultura de subsistência. Nisso consistia a vantagem do atraso chinês, pois havia um parque industrial planejado menos significativo para ser desmantelado e recomposto. Isso era consequência das próprias bases da revolução maoísta, que ao ter sido estruturada em torno dos camponeses, reverteu-se em escala inferior ao processo desencadeado na Rússia a centralidade do campo em relação à cidade, constituição tipicamente formada nos países de desenvolvimento atrasado. (ANDERSON, 2008)

A economia chinesa, mesmo no auge do maoísmo, seguia mantendo um caráter fragmentado, no qual se combinariam regiões que ainda se mantinham de maneira muito similar ao período anterior à revolução de 1949, mantendo diversas tradições regionais, tanto no âmbito da economia quanto nos aspectos culturais, e infraestruturas mais empobrecidas. Desde o início as autoridades locais podiam usufruir por isso de maior autonomia, se comparados aos existentes na sociedade soviética, devido justamente à debilidade relativa do processo de planificação econômica na China. Como observa Perry Anderson:

El resultado fue un sistema mucho más descentralizado, en el que el número de productos asignados cuyos precios estaban fijados por Pekín fue como máximo inferior a 600, una centésima parte de la plétora soviética. Menos limitativo, éste era un marco institucional que permitía una mayor flexibilidad y un cambio con menos perturbaciones⁹².

A descentralização atuou como um fator importante na medida em que diminuía os encargos da necessidade de reestruturar um grande parque produtivo, como havia ocorrido com a URSS após a restauração capitalista. Como a planificação havia sido mais débil na China, e o centro de gravidade econômico na ocasião da abertura seguia sendo o campo, o processo de readequação da indústria era menos

⁹¹ ANDERSON, Perry, Dos Revoluciones, New Left Review 41, 2010 pag. 66, (www.newleftreview.org)

⁹² Idem

oneroso. Ademais a autonomia regional, que excluía a ingerência de Pequim no plano decisório da economia, permitiu que os governos locais pudessem lançar mão de várias formas de incentivo de modo a atrair capital e investimentos. Porém, ainda que isso tenha sido um grande incentivo para o crescimento em bases capitalistas, também gerou importantes desequilíbrios. Endividamentos fiscais, duplicidade de empresas de um mesmo ramo produtivo, adoção de medidas informais de incentivo, levaram a um grande descompasso existente até os dias atuais entre as distintas regiões do país.

Além dos aspectos econômicos, elementos políticos e até mesmo demográficos diferenciavam a maneira como a China e a extinta URSS estariam ao cruzar o umbral da reforma. As vantagens comparativas da China em relação à URSS também se estendiam à estabilidade regional, já que tampouco tinha que lidar com o peso de Estados satélites, e apesar das tensões em Xinjiang e no Tibete, não havia a possibilidade de guerras e conflitos mais relevantes entre as distintas etnias outrora integrantes da república soviética. Isso fez com que uma das grandes conquistas da revolução de 1949, a unificação da China em seu extenso território, se mantivesse.

A China, diferentemente da URSS não tinha de arcar com o peso da sua competição geopolítica com os Estados Unidos. As reformas de 1992 e 1997 se operaram no marco de um aprofundamento da relação com os Estados Unidos, com o secretário geral Jiang Zemin seguindo o rumo legado por Deng Xiaoping. A relação sino-americana continuou se fortalecendo, mesmo tendo em vista que no início da década de 1990 os conceitos para a definição das relações entre os Estados elaborados pela China e os Estados Unidos fossem absolutamente distintos. A China defendia trabalhar junto aos Estados Unidos para edificar uma nova ordem internacional, com relações guiadas pelos princípios dos interesses nacionais, e sem tocar em temas considerados de interesses puramente domésticos.

Contrariamente às aspirações chinesas, com a ascensão de Bill Clinton à presidência dos Estados Unidos se inicia uma orientação da política internacional norte-americana mais intervencionista. A partir do ano de 1993 essas diretrizes se materializam na política norte-americana de ampliação das democracias, que advogava em prol do objetivo de “expandir e fortalecer a comunidade mundial de democracias baseadas no mercado”. Tal orientação assumiu a forma de crescentes

pressões norte-americanas sobre a China para a transformação de regime político, sobretudo nas questões relacionadas aos Direitos Humanos. Apesar de um primeiro momento em que Pequim receara que isso poderia romper as já décadas de colaboração, o secretário de Estado norte-americano naquele momento, Warren Christopher, explicitou quais seriam as diretrizes vigentes para a relação com a China:

Em sabatina perante o Senado, Warren Christopher, expressou o objetivo de transformar a China em termos mais limitados: que os Estados Unidos tentariam facilitar uma evolução pacífica da China do comunismo para a democracia encorajando as forças de liberalização econômica e política nesse grande país⁹³.

Ainda que isso não tenha sido interpretado pelas autoridades chinesas como algo tranquilizador, especialmente graças ao fato de que não estava assegurado que a elite política chinesa conseguiria promover o caminho para as transformações econômicas sem comprometer sua permanência no governo, após a transcorrência de poucas décadas é relevante notar como as diretrizes acima descritas se concretizaram perfeitamente na China, pelo menos no âmbito econômico. Mesmo que um regime liberal pudesse favorecer os interesses norte-americanos na China, com o decorrer do tempo isso se mostrou secundário, já que a colaboração econômica seguiu se aprofundando apesar da permanência do Partido Comunista no poder. Assim a primazia dos interesses econômicos terminou por definir quais rumos marcariam as relações sino-americanas. Em 1994 Clinton abandona a orientação de ameaçar a China com a retirada do status de “Nação Mais Favorecida”, sem exigências ou condições:

Durante o tempo restante de seu mandato, Clinton baixou o tom das táticas de confronto e enfatizou um “engajamento construtivo”. Lord reuniu os embaixadores asiáticos dos Estados Unidos no Havaí para discutir uma política abrangente para a Ásia que equilibrasse as metas de direitos humanos do governo com seus imperativos geopolíticos. Pequim se comprometeu a um diálogo renovado, essencial para o sucesso do programa de reforma chinês e a participação na OMC. Clinton, como George H W Bush antes dele, simpatizava com as preocupações dos defensores de uma mudança democrática e de direitos humanos. Mas como todos os seus predecessores ele passou a apreciar a força das convicções dos líderes chineses e sua tenacidade perante o desafio público. As relações entre a China e os Estados Unidos rapidamente foram restabelecidas. Uma longamente almejada visita de Jiang a Washington teve lugar em 1997 e foi retribuída com uma visita de oito dias de Clinton a Pequim em 1998. Ambos os presidentes se mostraram entusiasmados.⁹⁴

⁹³ KISSINGER, Henry, Sobre a China, 2011, pag 452, Editora Objetiva

⁹⁴ Idem

Talvez a única tensão mais relevante entre a China e os Estados Unidos nesse período tenha sido a terceira crise do Estreito de Taiwan, em 1996, quando o Partido Comunista anunciou que realizaria exercícios militares pouco antes da eleição presidencial taiwanesa. Se tal movimentação acontecesse poderia desatar uma escalada de posições militares na costa de Taiwan, ainda que dificilmente os Estados Unidos ou a China levassem adiante algum tipo de enfrentamento. Entretanto, a predominância da política de aproximação e extensa colaboração econômica continuaram dando a tônica das relações sino-americanas.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a China atual é o resultado de um processo no qual confluíram dois elementos de suma importância. Um foi a necessidade imperiosa das burguesias dos países imperialistas em buscar novas fontes de realização de capital, num contexto gerado pela crise econômica internacional da década de 1970, que norteou o desmantelamento dos Estados de Bem Estar Social típicos do pós II Guerra Mundial, e ao deslocamento da produção dos países centrais para novos nichos em que a força de trabalho seria qualitativamente mais barata. Essa desterritorialização atuou sobre o valor da força de trabalho internacional, depreciando-a não apenas no interior das nações outrora matrizes dos grandes monopólios, como também nos países latino-americanos de outras regiões, tradicionalmente receptoras de investimento estrangeiro direto.

O outro foram suas condições especiais internas, combinadas à política de abertura e aproximação com os Estados Unidos, iniciadas já durante os anos de Mao Tsé Tung. Por condições especiais designamos as vantagens do atraso, de um país que apesar da revolução de 1949 seguiu sendo essencialmente agrícola. A isso se agregou a questão talvez mais significativa contida em sua vasta, barata e disciplinada mão de obra disponível, da descentralização e debilidade da própria planificação legada pelos anos de propriedade nacionalizada, e da estabilidade política obtida após a repressão de Tinammen em 1989. Os resultados desse processo foram transformações radicais na estrutura econômica fundamental do país, que por sua vez levaria uma consequente alteração, tal como será desenvolvido mais adiante, da localização da China no cenário internacional, passando a ser um ator fundamental do último ciclo de

crescimento internacional. Como assinala Perry Anderson, no plano interno tais transformações levaram a que:

Como estaba previsto, el crecimiento llegó y lo hizo a un ritmo espectacular. El crecimiento del país en los años noventa sobrepasó incluso el de la década anterior, a medida que se intensificaba la liberalización de la economía. A finales de la década, el panorama industrial se había transformado gracias a una masiva reestructuración de las empresas de propiedad estatal: todavía en 1996 el sector público acaparaba la mayor parte del empleo urbano, pero a partir de 1997 los funcionarios de provincias fueron autorizados a disponer de la mayoría de ellas como quisieran, cerrarlas, transformarlas o privatizarlas. En el curso de tal proceso, más de 7 millones de trabajadores perdieron anualmente sus empleos, hasta que en 2004 el empleo total en el sector privado era cerca del doble que en el sector público. En el mismo periodo, las EPA fueron privatizadas a una escala incluso más generalizada, quedando solamente el 10 por 100 de ellas bajo cualquier forma de propiedad colectiva. Lo mismo sucedió con el 80 por 100 del parque urbano de viviendas⁹⁵.

Nota-se como há uma aceleração significativa da abertura e estímulo à entrada de capital estrangeiro, sob a forma de investimento estrangeiro direto, ainda que até hoje as grandes empresas estatais legadas da era maoista ainda subsistem em ramos de produção essenciais, tais como a metalurgia, mineração, armamento e telecomunicações. A abertura a esses setores é tema de tensões até os dias atuais. Mas nos demais setores houve uma transformação radical, com a presença crescentemente mais significativa do investimento estrangeiro direto. Isso permitiu um crescimento de dois dígitos da economia chinesa, e sua ascensão como parte das potências mais importantes do mundo. Porém, cabe questionar se o país que emergiu após a adoção das reformas promovidas pela abertura econômica reúne condições estruturais para se alçar como a nova liderança entre as potências mundiais, e quais os custos e contradições que esse legado acumula.

O padrão de crescimento sustentado em base à combinação entre baixos salários pagos à força de trabalho, essencial para o modelo econômico exportador, vigente até pouco, engendrou uma urbanização extremamente rápida e desordenada ao longo das últimas duas décadas. Como assinala o analista Juan Chingo:

O enorme excedente em mão de obra e o baixo nível de riqueza permitem uma fonte que pareceria inesgotável para novas áreas de extensão do capital, que pressionado pela competição e pela forte redução das margens de rentabilidade, tem uma insaciável sede de salários mais

⁹⁵ ANDERSON, Perry, Dos Revoluciones, New Left Review 41, 2010, sp, (www.newleftreview.org)

baixos, ainda menores que os do sul da China, o que explica a realocização interna de muitas empresas para lá, onde o valor da força de trabalho é de 30 a 50% menor que no caso do delta do rio Pearl. O capital internacional está usufruindo as bondades de uma força de trabalho de um nível de qualidade e de dedicação que dificilmente se encontram em outro lugar. Isto é produto de uma nova força de trabalho, moldada numa economia agrícola intensiva, resultado de um balanço desfavorável entre a superpopulação humana e a existência de terra que preparou os músculos de milhões de camponeses que agora migram para as cidades para submeter-se à exploração do capital. É uma espécie de renda diferencial, não da terra, mas da força de trabalho, com a qual o capital internacional se encontra e tira proveito não só da intensidade como também da oferta quase inesgotável de força de trabalho⁹⁶.

Até o período anterior à crise capitalista internacional iniciada em 2008, as bases desse ciclo de crescimento permaneciam inquestionáveis, e sustentaram efetivamente a demanda mundial. Estabeleceu-se naquele período uma ordem em que a China atuaria como compradora de commodities e matérias-primas, enquanto com seus excedentes de conta corrente financeira a dívida pública, principalmente dos Estados Unidos, que por sua vez seriam os grandes compradores das mercadorias de baixo valor agregado que o país da Ásia oriental exportou ao mundo durante mais de duas décadas, e lhe rendeu a denominação de “fábrica do mundo”.

Entretanto, cabe notar que essa primeira onda de crescimento da economia, que perdura até os primeiros anos do século XXI, se caracteriza por uma enorme dependência do capital estrangeiro, e de uma produção com baixo emprego de altas tecnologias. O volume de investimentos estrangeiros diretos no país aumentou mais de dez vezes entre os anos de 1980 e 2002, tendo alcançado rapidamente os Estados Unidos como nação que mais recebia investimento desse tipo, com o valor do comércio exterior do país acumulando cerca de dois terços do PIB:

O estoque global de investimentos estrangeiros diretos (IED) aumentou mais de dez vezes entre 1980 e 2002 para 7,1 trilhões de dólares, como produto da expansão dos sistemas de produção e distribuição em todo o mundo das companhias transnacionais. As cifras mostraram a China alcançando rapidamente os Estados Unidos como o destino mais popular a nível mundial para os investimentos estrangeiros. Os Estados Unidos lideram a lista do destino dos investimentos estrangeiros com um estoque de IED de 1,35 trilhões de dólares. Mas o estoque da China totalizou 448 bilhões de dólares, acima dos apenas 25 bilhões em 1990. Combinado com o estoque de 433 bilhões de dólares de Hong Kong, a grande China obtém o segundo lugar na lista, tendo alcançado um recorde de 52,7 bilhões de IED - mais do que qualquer outro país. Com esses índices não surpreende a magnitude da dependência da China em relação ao capital estrangeiro para expandir sua produção e a crescente importância do setor de investimento externo em sua

⁹⁶ CHINGO, Juan, Mitos e realidade da China atual, pag. 70, Revista Estratégia Internacional Brasil, 2007, Edições Iskra

economia, onde se converteu no melhor ativo industrial contribuindo com 20% da arrecadação estatal, 50% das exportações e criando 23 milhões de postos de trabalho⁹⁷.

Mas o grande volume de investimentos estrangeiros diretos não levaria a que a China se transformasse numa economia exportadora de mercadorias de alto valor agregado. Como a sua maior vantagem comparativa era justamente a força de trabalho abundante e barata, o que possibilitou a elevação de extração de mais-valia absoluta, a China se tornou em verdade uma sorte de montadora de manufaturas. O país emergiria na transição do final da década de 1990 para os anos 2000 como uma exportadora de produtos como brinquedos, calçados, e embalagens.

Caberia ainda à Alemanha, Estados Unidos, e até mesmo ao rival oriental, Japão, apesar de sua crise de anos de estagnação econômica, o papel de arcar internacionalmente com a demanda por exportações de maquinário e produtos com alto valor agregado. Ainda que a base tecnológica do país tenha avançado nesse primeiro período de crescimento econômico em base ao modelo exportador de manufaturas em relação ao período predecessor, o atraso em relação às principais potências internacionais era flagrante. Não havia ainda em 2004 uma só empresa chinesa na lista das quinhentas mais importantes do mundo. (POCH-DE-FELIU, 2009).

O esforço chinês em potencializar uma inovação tecnológica e a alta tecnologia é considerável e meritório, mas deve ser observado também desde seu enorme contraponto: o crescente domínio do mercado chinês pelas multinacionais estrangeiras. Diferentemente do Japão que obteve um avanço comercial a partir de grandes empresas nacionais como a Sony, Panasonic, Toyota e Canon, o avanço comercial da China está vinculado a empresas multinacionais estrangeiras. As estatísticas mostram que essa participação é extraordinária. A Microsoft ocupa 95% do mercado chinês de sistemas operacionais, (...). Segundo os índices do Departamento da Indústria e Comércio chinês, as multinacionais ocupam também um terço da produção em setores industriais como o químico, farmacêutico, maquinário e eletrônico. A participação estrangeira nas exportações da China aumentou nos últimos quinze anos. O êxito exportador têxtil, em calçados, eletrônicos de consumo está dominado pelos estrangeiros e empresas de Hong Kong, mas é nas exportações de 'alta tecnologia' onde o protagonismo das multinacionais é maior: acima de 80% da exportação chinesa nessa categoria é obra de empresas estrangeiras⁹⁸.

Assim, mesmo que desde o início das reformas em 1978 a China tenha avançado tecnologicamente, sobretudo na atualidade, o crescimento importante dos primeiros

⁹⁷ CHINGO, Juan, Mitos e realidade da China atual, pag. 70, Revista Estratégia Internacional Brasil, 2007, Edições Iskra

⁹⁸ POCH-DE-FELIU, Rafael, La actualidad de China, Um mundo em crisis una sociedad em gestacion, pg. 221, 2009, Editora Crítica

anos seria derivado do baixo ponto de partida, isto é, novamente das vantagens do atraso. Portanto, o nexa de seu crescimento seria a exploração intensiva da força de trabalho, empregada nas grandes multinacionais, o que fazia com que um volume significativo da produção responsável pelos impressionantes índices de crescimento acumulados não fossem oriundos nem de uma modernização efetiva, pelo menos em níveis que a possibilitasse postular-se a competir com economias exportadoras como a alemã ou mesmo a japonesa.

Tampouco naquele momento se deu um desenvolvimento orgânico das forças produtivas genuinamente chinesas, na medida em que a implantação de grandes multinacionais ainda primava como fator do crescimento. Mesmo que desde o ano de 2007 o país venha mudando sua estratégia diante das empresas estrangeiras, a busca por potencializar o mercado interno em detrimento do modelo exportador de manufaturas de baixo valor agregado não indica que seria uma via fácil de ser operada. A orientação de reverter o padrão exportador através de estímulos para o aumento exponencial do consumo, como um setor do Partido Comunista defende, implicaria na necessidade de aumento salarial, de constituição de uma classe média mais numerosa, o que por sua vez significaria uma transformação radical das bases econômicas e sociais que sustentaram o último ciclo de crescimento. Por outro lado, obrigaria a uma adequação da produção de acordo com as necessidades internas.

De maneira gradativa se iniciou a adoção de políticas industriais protecionistas, legislações sobre impostos, e de padrões de qualidade como parte de uma estratégia que visa priorizar a indústria nacional chinesa. Mas essa ainda é incipiente, e encontra resistências no interior do Partido Comunista. No país ainda persiste a disparidade regional legada pelo modelo econômico que se desenvolveu na China, marcada por um caráter desigual e combinado exacerbado. A noção do desenvolvimento desigual e combinado se definia teoricamente por:

Los países atrasados se asimilan las conquistas materiales e ideológicas de las naciones avanzadas. Pero esto no significa que sigan a estas últimas servilmente, reproduciendo todas las etapas de su pasado. La teoría de la reiteración de los ciclos históricos -procedente de Vico y de sus secuaces- se apoya en la observación de los ciclos de las viejas culturas precapitalistas y, en parte también, en las primeras experiencias del capitalismo. El carácter provincial y episódico de todo el proceso hacia que, efectivamente, se repitiesen hasta cierto punto las distintas fases de cultura en los nuevos núcleos humanos. Sin embargo, el capitalismo implica la superación de estas condiciones. El capitalismo prepara y, hasta cierto punto, realiza la universalidad y

permanencia en la evolución de la humanidad. Con esto se excluye ya la posibilidad de que se repitan las formas evolutivas en las distintas naciones⁹⁹.

Entretanto, isso tampouco significaria que a trajetória cumprida por uma determinada nação repetiria as mesmas etapas de desenvolvimento que aquelas consideradas mais avançadas. Ao contrário, o nexos que se assume é o de uma combinação em seu interior entre o que existe de mais avançado no quesito do desenvolvimento das forças produtivas em um sentido global, com o mais atrasado, inclusive com formas pré-capitalistas de produção.

Obligado a seguir a los países avanzados, el país atrasado no se ajusta en su desarrollo a la concatenación de las etapas sucesivas. El privilegio de los países históricamente rezagados -que lo es realmente- está en poder asimilarse las cosas o, mejor dicho, en obligarles a asimilárselas antes del plazo previsto, saltando por alto toda una serie de etapas intermedias.(...) Claro está que la posibilidad de pasar por alto las fases intermedias no es nunca absoluta; hallase siempre condicionada en última instancia por la capacidad de asimilación económica y cultural del país. Además, los países atrasados rebajan siempre el valor de las conquistas tomadas del extranjero al assimilarlas a su cultura más primitiva. De este modo, el proceso de asimilación cobra un carácter contradictorio¹⁰⁰.

Tais leis mantêm sua vigência em diversos níveis se toma-se o desenvolvimento econômico e social chinês desde a abertura de 1978. As disparidades existentes nesses quesitos sedimentaram um país extremamente desigual, no qual a costa surgiu como a nova região próspera e moderna, enquanto as províncias rurais mudam em um ritmo extremamente lento, e conservam ainda formas de produção e meios de vida que se distinguem pouco da era maoísta.

A agricultura é um exemplo disso. Sendo responsável por uma parcela ínfima do PIB, cerca de 15% de sua totalidade, muito embora o país ainda conserve uma ampla massa de camponeses, a produtividade do campo na China é qualitativamente baixa se comparada à dos Estados Unidos, inclusive devido ao fato de que as terras cultiváveis são escassas. (POCH-DE-FELIU, 200). A descrição realizada por Trotsky da Rússia no início do século XIX se assemelha muito ao desenvolvimento chinês das últimas décadas, por ter sido marcada também pela formação de um desenvolvimento desigual e combinado profundo:

⁹⁹ TROTSKY, Leon, Particularidades do desenvolvimento na Rússia , em (www.ceipleontrotsky.org)

¹⁰⁰ Idem.

Onde a lei do desenvolvimento desigual e combinado se revela de um modo mais indiscutível é na história e no caráter da indústria russa. Nascida tarde, não repete a evolução dos países avançados, mas se incorpora a eles, adaptando a seu atraso próprio as conquistas mais modernas. (...) O termômetro fundamental para medir o nível econômico de uma nação é o rendimento do trabalho, que, por sua vez, depende do peso específico a indústria na economia do país. Às vésperas da guerra, quando a Rússia czarista havia alcançado o ponto culminante de seu bem-estar, a renda pública per capita era de oito a dez vezes inferior à dos Estados Unidos, o que não surpreende se consideramos que quatro quintos da população operária russa se concentrava na agricultura, enquanto nos Estados Unidos a proporção era de um camponês para 2,5 operários industriais.¹⁰¹

Desde a abertura econômica, o sistema de propriedade comunal em que cada família recebe uma porção proporcional ao número de indivíduos que a compõem, se manteve, alterando-se apenas a questão do seu usufruto. Isso fez com que as unidades produtivas familiares pudesse decidir como e o que cultivar, e como vender sua produção. Num primeiro momento no início da década de 1980 essa medida levaria a um aumento da produtividade no campo.

Entretanto, a partir de 1985 com o início dos processos de reestruturação produtiva nas cidades, e com os movimentos políticos que culminaram no massacre da Praça da Paz Celestial em 1989, o governo central encontrou-se numa situação em que novamente teria que lidar com as questões relativas aos problemas urbanos, despendendo menos atenção aos problemas do campo. Isso somado à descentralização que aumentou o poder dos governos locais possibilitou a proliferação de impostos locais, com os camponeses sendo os principais responsáveis por sustentar economicamente a burocracia local. No ano de 2002 cerca de 5,5% dos residentes nas áreas rurais eram funcionários do governo das províncias. Essa carga tributária sugava praticamente todos os recursos disponíveis, o que impedia que o campo pudesse ter um acesso adequado a serviços de saúde e educação. De acordo com Yang Tuang:

Depois que a terra foi distribuída às famílias camponesas, os ingressos aumentaram, mas pela ausência de redes de proteção social, de recursos públicos de bem-estar social e de vida comunal em geral, os camponeses foram completamente atomizados e regressaram a um tipo de vida isolada e dispersa. Muitas instalações públicas como as escolas rurais, estão em ruínas. Em alguns povoados, já não há locais de reuniões, nem mais espaços de encontro, para além do mercado. Além disso, os efeitos da privatização desses espaços se abandonaram as tradições de assistência

¹⁰¹ TROTSKY, Leon, A história da Revolução Russa, 2007, pág. 24, Editora Sunderman

mútua, tendo se deteriorado as relações humanas. Por todos esses motivos, a vida social nos povos não melhorou, como ainda piorou¹⁰².

A compensação pela deterioração das condições de vida no campo veio através da possibilidade de emigrar, outrora negada pelo firme controle exercido pelos governos local e central, alterando profundamente o panorama da relação entre campo e cidade, e possibilitando a industrialização que a país sofreu. Mas ao contrário de estabelecer um desenvolvimento mais igualitário entre as distintas regiões, há um aumento das desproporções, que em perspectiva deve levar a desequilíbrios não apenas econômicos, como sociais:

Na admiração pelo atual desenvolvimento chinês há algo muito ilusório, algo que não entende o drama de quem chega tarde a um modelo já caduco. A URSS nos anos setenta e na primeira metade dos oitenta, ainda se rendia ao culto da indústria de carvão e do aço, quando no Ocidente o sentido comum sobre o progresso já se vinculava à eficiência energética, e as tecnologias da informação. Na China e na Índia, acontece algo parecido – com o culto à urbanização, com a fascinação pelo asfalto, e pelas infraestruturas, pelo automóvel privado – mas ainda maior, porque está chegando tarde, não já a um paradigma econômico em transformação, senão a uma civilização em quebra. Essa ‘economia de mercado’ e seus valores egoístas e insustentáveis vê inclusive a China como um balão de oxigênio que lhe permitiria sobreviver um pouco mais¹⁰³.

Dessa forma, um padrão mantido sobre esse modelo embasado no crescimento da urbanização, em perspectiva, pode ser gerador de maiores desequilíbrios, já que mais da metade da população ainda segue no campo. Como afirma Rafael Poch-de-Feliu:

É impossível urbanizar toda essa massa sem romper o milagre do último meio século. Se esse excedente se vê forçado a emigrar às cidades só poderá se converter em população marginal estabelecida nos subúrbios, como é o caso das grandes cidades da África, América Latina, Índia, Manila. Nos anos de 1980 a China foi o único país do mundo em desenvolvimento que conseguiu levar a cabo um grande programa de construção de moradias. A estratégia de urbanização foi múltipla; ampliar as cidades grandes, desenvolver as médias e as pequenas, e criar cidades novas. Apesar de tudo isso, não foi suficiente para abrigar todos os trabalhadores emigrantes, e nos últimos anos apareceram os primeiros sintomas da típica ‘urbanização doente’ geral, à que, dizíamos a China havia conseguido escapar na primeira fase de seu desenvolvimento¹⁰⁴.

¹⁰² POCH-DE-FELIU, Rafael, La actualidad de China, Um mundo em crisis una sociedad em gestacion, pg. 54, 2009, Editora Crítica

¹⁰³ Idem, pg. 145

¹⁰⁴ POCH-DE-FELIU, Rafael, La actualidad de China, Um mundo em crisis una sociedad em gestacion, pg. 40, 2009, Editora Crítica

Mas a lei do desenvolvimento desigual e combinado não se restringiria apenas às questões relativas às diferenças entre campo e cidade, ou mesmo às questões macroeconômicas, mas, sobretudo, resulta ter efeitos sociais de grande relevância. Se entre os anos de 1978 e 1996, isto é, num período de dezoito anos, a China dobrou o ingresso per capita por duas ocasiões, realizando o que depois foi denominado como maior “milagre econômico da história” nesse curto período de tempo, seus dirigentes tiveram que forçosamente admitir que isso não se estendia às questões sociais. Nesse sentido:

No balanço realizado no ano 2000 se deram conta de que todos os objetivos econômicos que se haviam proposto desde 1980 haviam sido realizados, e inclusive superados, mas que em muitos dos objetivos sociais se havia fracassado. O objetivo de instaurar o ensino primário obrigatório com caráter universal e eliminar por completo o analfabetismo entre os jovens e os grupos de idade mediana para o ano de 2000 não foi alcançado. O mesmo ocorreu com o objetivo de generalizar a assistência sanitária primária ou conseguir o fornecimento de água corrente para 80% da população rural¹⁰⁵.

Completando o quadro, emerge com cada vez mais importância o tema dos trabalhadores migrantes. Surgidos na década de 1980 conjuntamente com a abertura econômica, atendiam a uma dupla necessidade da burocracia governamental de por um lado, aprofundar o registro familiar iniciado nos anos 1950 de modo a controlar o fluxo migratório, e de outro como política de favorecimento a reformas econômicas. O registro familiar criado na década de 1950 buscava garantir a distribuição de recursos, o controle da migração e a vigilância penal, além de sustentar o imenso poder do governo local sobre a vida dos que viviam sob sua jurisdição. Assim, a população chinesa havia sido dividida entre casas nas regiões rurais e urbanas (hakou) e podiam usufruir alguns direitos somente se ali permanecessem:

Os governos locais eram responsáveis pelo atendimento de todos cuja kakou encontravam-se sob sua jurisdição, tendo que prover-lhes suas necessidades diárias e serviços estatais, como educação, habitação e cuidados médicos. Moradores urbanos também tinham direito a refeições, subsídios em grãos, e postos de trabalho. Em troca a migração interna era proibida. Os moradores não tinham permissão para trabalhar ou viver fora dos limites administrativos de onde provinha o registro de sua casa. Uma vez que deixavam seu local de origem, perdiam também todos os direitos. Isso reforçou a fiscalização. Todos, incluindo os residentes com vistos temporários eram obrigados a se registrar na polícia de sua jurisdição e de sua residência

¹⁰⁵ Idem, pg. 58

temporária. Na década de 70 o sistema tornou-se tão rígido que “os camponeses podiam ser presos apenas por entrar nas cidades”¹⁰⁶.

Em Pequim e Zhejiang estima-se que cerca de um terço da população total seja composta de trabalhadores migrantes, enquanto em Shenzhen, que se tornou uma grande metrópole, 12 milhões do total de 14 milhão de habitantes são migrantes. A motivação foi o aumento da brecha entre a renda salarial dos trabalhadores urbanos e dos rurais, que ganham 3,27 vezes menos que os operários fabris e empregados nas grandes cidades. O número de grandes cidades chinesas aumentou numa progressão incomum, de 191 concentrações em 1978 para 661 em 2005. Isso teria sido impossível sem a migração¹⁰⁷.

Levantamentos feitos acerca dessa nova realidade e seus impactos sobre os trabalhadores migrantes nota que esses são geralmente os que assumem o trabalho mais pesado, com empregos de baixa qualificação, que chegam a compor mais da metade de toda a força de trabalho empregada nas indústrias. A proporção de trabalhadores migrantes na indústria transformadora e na construção civil chegou a ser tão elevada, que atinge a marca de 68% e 80%, respectivamente¹⁰⁸. (CHINA LABOUR BULLETIN, 2008). Como os trabalhadores migrantes que atuavam nas cidades não deixavam de ter status de camponeses graças à vigência de seu cadastro relacionado à *hakou* de origem, as patronais multinacionais se utilizaram disso para pagar salários ainda mais baixos aos migrantes que empregavam, e mesmo após a aprovação da lei de 2003 que obrigava a que todos os trabalhadores migrantes

¹⁰⁶ Going it Alone: The Workers' Movement in China (2007-2008) Migrant Workers in China , China Labour Bulletin (http://www.clb.org.hk/en/files/File/research_reports/workers%20movement%2007-08.pdf)

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ E completa assinalando que esta situação vem acompanhada por discriminação e menos direitos: “Ao estar no degrau mais baixo da escala social, os trabalhadores migrantes normalmente só podem obter os empregos mais mal pagos e árduos, como nas minas de carvão, na construção civil, nas fábricas ou na limpeza das ruas da cidade - trabalhos referidos em chinês como *Zhan* (sujo), *Ku* (amargo) e *Xian* (perigoso). De acordo com um inquérito realizado pelo Bureau Nacional de Estatística, o rendimento médio mensal dos trabalhadores migrantes em 2004 era de 780 yuans, pouco mais de metade da média nacional urbana de 1.350 yuans. Além disso, eles eram obrigados a trabalhar durante longas horas (em média, 11 horas por dia, 26 dias por mês). (...) Um estudo feito em três províncias centrais detectaram que embora os migrantes trabalhem mais de 50% do que os trabalhadores urbanos, ganhavam menos de 60% do seu salário médio, com salário que constituem cerca de um quarto dos residentes urbanos”. Dados da pesquisa Migrants workers in China – China Labour Bulletin.

registrados tivessem os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos, o igual salário continuou sendo negado. Tampouco podem participar da vida política, já que o sistema de eleições locais permite que elejam e sejam eleitos apenas aqueles que estão em sua *hakou* de origem, ou são registrados e tem algum bem material de alto valor, como uma casa própria (algo completamente impossível para um trabalhador migrante, ainda que ele tenha uma situação legal). Nos últimos anos, em que o crescimento da população urbana atingiu níveis recordes, houve perseguição dos migrantes, e muitos foram presos e repatriados à força.

Além disso, a ausência de qualquer tipo de fiscalização da recente regulamentação das relações trabalhistas é comum no país, apesar das conquistas na legislação que a classe trabalhadora obteve após uma série de manifestações. Com o agravamento da crise econômica se generalizou ainda mais a prática de demissão dos trabalhadores das grandes indústrias para recontratá-los sob um regime de precarização, processo que se iniciou nos anos 1980 como início das privatizações que levou milhares ao desemprego:

Uma característica chave das relações de trabalho na China hoje é o desequilíbrio de poder que permite aos empregadores ignorarem ou manipularem a lei em benefício próprio. (...) O poderoso grupo *Lingyuan Iron & Steel Group*, na província de *Liaoning*, não respeita as leis desde 1998 quando começou o processo de reestruturação da empresa. Os trabalhadores foram demitidos com a promessa de serem recolocados em novos postos de trabalho, mas na realidade elas foram entregues a uma empresa de terceirização, e os recontratados figuravam apenas como trabalhadores temporários. (...) Para tal, a *Lingyan* iniciou a onda de demissões sob o lema “adotar o *layoff* é glorioso”, adaptando a frase de *Deng Xiaoping* que dizia que “enriquecer é glorioso”. Neste caso, a glória viria do sacrifício de “trabalhadores d emitidos, feito pelo bem da empresa”. (...) Os empregados demitidos estariam apenas dando o seu melhor, cumprindo com sua parte no trabalho, ao aceitar a demissão¹⁰⁹.

Por outro lado, o crescimento da economia chinesa foi responsável pelo enriquecimento de setores ligados à cúpula governante do Partido Comunista, que a partir do controle estatal puderam tirar grandes vantagens da entrada das corporações estrangeiras, transformando-se numa burguesia em formação. Se o controle do aparato estatal pelo Partido Comunista fez com que certos elementos do livre acionar da lei do valor encontrassem limites, por outro lado promoveu a formação de uma

¹⁰⁹ XIANGDONG, Liu, *Steel workers laid-off and rehired as temporary employees for lower pay*, 2009, sp (<http://www.clb.org.hk/en/content/steel-workers-laid-and-rehired-temporary-employees-lower-pay>)

elite extremamente concentrada, e uma distribuição de renda extremamente desigual, da qual grande parte encontra-se sob controle dos próprios membros do Partido Comunista.

When the Communist Party elite gathered last month to anoint China's new leaders, some of the nation's richest people occupied coveted seats in Beijing's Great Hall of the People. Liang Wengen, with an estimated fortune of \$7.3 billion, took one of the seats. His construction-equipment maker Sany Heavy Industry Co. competes with Caterpillar Inc. Zhou Haijiang, a clothing mogul with an estimated \$1.3 billion family fortune, also had a seat. As members of the Communist Party Congress, they had helped endorse the new leadership. An analysis by The Wall Street Journal, using data from Shanghai research firm Hurun Report, identified 160 of China's 1,024 richest people, with a collective family net worth of \$221 billion, who were seated in the Communist Party Congress, the legislature and a prominent advisory group called the Chinese People's Political Consultative Conference¹¹⁰.

A direção do Partido Comunista utilizou-se das benesses de deter o monopólio do controle estatal, utilizando-se disso para garantir seus empreendimentos. Por outro, abrir o partido para integrar também àqueles que se instituíam como membros da nova classe capitalista que emergia, constituiu-se como uma política conscientemente elaborada, e que chegou inclusive a ser objeto de tensões no interior do Partido Comunista.

Entretanto, por mais que essas tensões jamais tenham deixado de existir, naquele momento as divergências entre ambos os setores não assumiram importância suficiente que impedisse o andamento das reformas, e a construção do capitalismo, em andamento até os dias presentes. Isso por que todas as frações governantes foram favorecidas no plano interno, bem como as burguesias imperialistas internacionalmente, que obtiveram parte da reconstituição de sua taxa de lucro extraída de salários ínfimos pagos aos operários chineses. Tomando esta perspectiva com uma leitura mais ampla, este processo levou inclusive a uma depreciação do valor da mão de obra internacionalmente, e a uma série de realocações de empresas que saíam dos países centrais para se instalarem na China. Avalia-se que quando o PIB chinês é tomado em sua forma *per capita* só é superior a de países como o Congo,

¹¹⁰ AREDT, James T, Defying Mao, Rich Chinese Crash the Communist Party, The Wall Street Journal, 2012 (<http://www.wsj.com/articles/SB10001424127887323723104578187360101389762>)

além de haver mais de 135 milhões de pessoas que vivem com menos de um dólar diário. (POCH-DE-FELIU, 2008).

Tais desequilíbrios não passaram incólumes. Apesar da importante repressão ao levante de Tiananmen, o que colocou por um longo período os trabalhadores em uma localização defensiva, além da percepção de que havia uma melhora das condições de vida por parte das amplas massas, e do controle sindical umbilicalmente ligado ao Partido Comunista, a classe trabalhadora chinesa levou adiante algumas greves e protestos que rompeu o cerco midiático imposto pelo governo central. O primeiro ato desse processo veio da classe trabalhadora originária das empresas estatais:

Hasta ahora las respuestas más contundentes se daban en el viejo movimiento obrero chino. Entre marzo y mayo de 2002, en el noreste chino -el centro de la gran industria pesada estatal- tres ciudades del Dongbei (Liaoyang, Daqing y Fushun) protagonizaron la mayor movilización obrera desde Tiananmen en 1989. Pero paralelamente a este proceso de resistencia del viejo proletariado chino y sin unificarse con el mismo por ahora, en los últimos años ha venido desarrollándose una multiplicación de protestas de la nueva clase obrera china, “incidentes espontáneos”, como vagamente se refieren las autoridades chinas. Los reclamos son contra las horas extras y niveles salariales ilegales, el no pago de salarios y otro tipo de fraude patronales contra el ingreso directo o indirecto de los trabajadores como el no pago del seguro de pensión. En ellas los trabajadores migrantes reclaman por sus derechos, al menos los instituidos en las leyes laborales nacionales y la Constitución, pero que a menudo no se aplican a nivel de empresa o de distrito, debido a la colusión de intereses de los managers y jercarcas locales del PCCh. Estas peticiones legales, muchas veces ante la falta de respuesta o respuesta negativa, terminan en acciones en la calle a nivel de la empresa. Todavía no ha habido una tendencia a una coordinación masiva e inter regional de los dos sectores de la clase obrera china, en gran medida debido a que la acumulación de capital está dada en forma descentralizada por las autoridades locales del PCCh¹¹¹.

Mais recentemente, a onda de manifestações dos trabalhadores chegou à nova classe trabalhadora do país, empregada nas grandes multinacionais. Os suicídios massivos no grande monopólio Foxconn Technology em 2011 trouxe um questionamento importante às bases do último ciclo de crescimento, sustentado na exploração intensiva da força de trabalho, e na ausência de regulamentação e fiscalização adequadas da legislação trabalhista. A maximização da exploração diante de jornadas de trabalho extenuantes, que agregam a apropriação de mais-valia absoluta e relativa, permitindo um volume extraordinário em termos de lucratividade, somada a um regime quase militar de controle sobre a vida dos trabalhadores, que muitas vezes habitam o próprio local de trabalho, irrompeu tragicamente obrigando a

¹¹¹ CHINGO, Juan, La emergencia del nuevo movimiento obrero chino, 2012, sp (www.ft-ci.org)

subcontratada da Dell, Apple, entre outras grandes empresas, a concederem aumento salarial aos trabalhadores. Tal exemplo teve que ser seguido pela fábrica da Honda no Cantão. O que deu importância para esses dois acontecimentos, além do fato de que se desenvolveram em grandes monopólios estrangeiros, e do choque gerado pelo suicídio coletivo foi que:

Estas acciones, a diferencia del período anterior, tienen un carácter ofensivo, no son esporádicas y se sostienen por un más largo período de tiempo, afectan por primera vez a grandes multinacionales como es el caso de Honda a la vez que han escapado al control de la Federación de Sindicatos de China, organización sindical única y "oficial" del país, como fue el caso de los empleados de esta empresa que intentaron organizarse de forma independiente a la vez que se enfrentaron con matones de la burocracia que los empujaban a entrar de nuevo al trabajo. (...) Como dice este periodista del Financial Times: "Los disturbios en Foshan sugieren que las huelgas se multiplican más rápido que la capacidad de los gobiernos locales y Federación de Sindicatos de Toda China - que los trabajadores han eludido en gran medida en sus recientes protestas - para resolverlas. Si bien no hay pruebas de que los trabajadores de diferentes fábricas están coordinando sus actividades, el éxito de la primera huelga de Honda ha envalentonado a los trabajadores, demostrando que la acción de masas puede dar resultados"¹¹²".

Tais movimentações até então incomuns dentre esse setor de operários, se explicam não apenas pelas penúrias sofridas, como também por uma transformação operada no âmbito da sua subjetividade e consciência. Há em todos esses processos elementos que sugerem uma nova percepção por parte acerca da necessidade de prover direitos trabalhistas, que se conecta a uma transformação objetiva, na medida em que a geração que hoje está empregada nas grandes fábricas não seria a mesma que há duas décadas emigrou dos campos. Trata-se já de uma classe trabalhadora mais urbana, que almeja progredir socialmente e economicamente, tendo inclusive mais consciência sobre seu papel como realizadora do crescimento econômico de todo o último período. Tais aspirações chocam-se com a realidade vivida, em que o custo da moradia e da vida nos grandes centros urbanos não cessa de se elevar, enquanto há um volume considerável dos salários desses trabalhadores que são enviados para sustentar suas famílias residentes nas áreas rurais. Diferentemente do que ocorria há duas décadas, essa nova geração de trabalhadores não crê que um emprego numa fábrica, ainda que em troca de um baixo salário e condições mínimas para a reprodução de sua força de trabalho, constitua uma grande oportunidade. Trata-se de uma geração de jovens que cresceram na China marcada pela edificação capitalista, e

¹¹² Idem.

que pode se transformar em mais um fator de desequilíbrios internos, caso a tendência à superprodução obrigue a fechar fábricas, ou aumentar a extração de mais-valia relativa. Como o analista chinês Andy Xie observa:

Los acontecimientos recientes en Foxconn y las fábricas de Honda son símbolos de esta nueva China. La fuerza de trabajo no es tan abundante u obediente como antes, y las formas en que los gobiernos y las empresas están manejando las situaciones expone su ignorancia de la nueva realidad. Ellos todavía creen que estos son incidentes aislados y, a través de la presión y el soborno (por ejemplo, un aumento salarial para todos y luego el despido de los líderes rebeldes) puede que la situación vuelva a la normalidad. Ellos piensan de esta manera debido a una brecha generacional, y la relación inusual entre los gobiernos locales y las empresas en China. La economía ha corrido tres veces más rápido que las economías occidentales lo hicieron hace un siglo atrás, y la brecha generacional parece tres veces más grande también. Los adultos jóvenes de hoy y sus padres pueden ser también de distintos siglos. Pero los líderes de gobierno y de los negocios son todos de la generación de los padres, manejando esta crisis laboral desde esta vieja perspectiva. La clase gobernante juzga todo a corto plazo, desde la mejora económica marginal y no en función de los sueños y las metas a largo plazo. Los jóvenes de hoy están más preocupados por lo que les va a pasar en el futuro. Ellos quieren establecerse en las grandes ciudades y tener interesantes y bien remunerados puestos de trabajo - al igual que sus homólogos de otros países. Esta inmensa brecha generacional en la percepción es la fuerza detrás de la tensión social en la burbuja inmobiliaria de China, así como las condiciones de trabajo en las fábricas¹¹³.

Pesquisadores da Universidade de Pequim relatam que os 5% mais ricos do país detêm atualmente algo em torno a 23% da riqueza nacional. Outras metodologias indicam que os 10% mais ricos disporiam de até 57% da riqueza nacional. Isso tomado isoladamente poderia não indicar uma distinção tão grande com outras nações como os Estados Unidos em que a ampla parte da riqueza produzida também se encontra concentrada em um setor extremamente restrito. Porém, o índice de pobreza é que revela a disparidade qualitativamente superior da apropriação da riqueza chinesa. O mesmo estudo revela que os 5% mais pobres detêm apenas 0,1% de toda a renda nacional. Coeficientes como o Gini são utilizados para medir o grau de desigualdade na distribuição de renda familiar per capita, indo de zero a um, com o coeficiente zero denotando o menor índice de desigualdade. Foi atribuído à China o coeficiente 0,49, aproximando-a da África Subsaariana, e ficando qualitativamente detrás de países como a Eslovênia, que é de 0,24¹¹⁴ (XIE, ZHOU, 2013). Como observa Shannon Tiezzi:

¹¹³ XIE, Andy Caixin, *Dismantling Factories in a Dreamweaver Nation*, 2010, Caixin online, sp (www.english.caixin.com)

¹¹⁴ XIE, Yu, e ZHOU Xiang "Income inequality in today's China." *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2014, sp (www.pnas.org/content/111/19/6928.full)

As China's overall GDP draws ever closer to surpassing the United States' for the position of world's largest, more and more commentators have taken to pointing out China's relatively low per-capita GDP. According to the World Bank's data, in 2012 China's per capita GDP was \$6,091, lagging behind not only the United States (\$51,749) but countries such as Iraq (\$6,455), Azerbaijan (\$7,164), Botswana (\$7,238), and Columbia (\$7,748). It's a testimony to the simple fact that, while China's overall economy is massive, it must provide for 1.3 billion people. Of course, statistics like per capita GDP, while they can provide a general idea, are of limited use in measuring poverty. It's been noted, by scholars within and without China, that China's rapid economic growth disproportionately benefits those living in developed urban areas (mostly concentrated near the east coast), while inland regions languish. A 2012 survey done by Peking University showed, for example, that average family income for urban residents was \$2,600 a year versus only \$1,600 a year for rural resident. In 2010, China Daily reported that China's urban-to-rural income ratio was 3.33:1, the highest level since 1978. As a result, China's per capita GDP doesn't adequately capture the extent of the poverty problem¹¹⁵.

Portanto, de acordo com as estatísticas do Banco Mundial de 2013 o PIB per capita da China não pode ser utilizado como o único dado para a medição dos níveis de pobreza do país. O estudo realizado pela instituição no ano de 2013 apontou que a China ainda mantém cerca de 128 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza de acordo com os parâmetros nacionais. Essa realidade ainda vigente faz com que a China só perca para a Índia em termos de maior população na pobreza. Esses dados revelam que a população chinesa pode ser considerada ainda pobre, se comparados os níveis de vida existentes aí com os dos países imperialistas centrais.

Uma das hipóteses levantadas por Li Keqiang, atual premiê chinês, para fazer frente à pobreza do país, seria acelerar ainda mais o processo de urbanização:

From the Xinhua article, it seems that Li's "war on poverty" is another name for his urbanization plan. Li has been actively pushing to transfer China's population from rural to urban areas, which he hopes will lead to higher standards of living for China's rural poor and increased domestic consumer demand — a "win-win" solution for China as it tries to rebalance its economy. A close look at Li's comments in Monday's Xinhua article shows the connection between his war on poverty and the existing urbanization plan. People living in "inhospitable areas" will be relocated, while the central government will "nurture small towns" for the relocated, formerly rural population. In other words, Li seeks to solve the rural-urban divide (and take down poverty) by turning rural residents into urban ones. Li has now doubled-down on this strategy, which is not without its risks. A New York Times article last year documented the issues with the relocation strategy, including shoddy construction and a lack of jobs in the artificially created urban areas. Meanwhile, there are concerns that urbanization (which generally involved removing small farmers from their land) might interfere with China's food security¹¹⁶

¹¹⁵ TIEZZI, Chanon, China's war against poverty, 2011, sp em (<http://thediplomat.com/2014/01/chinas-war-against-poverty>)

¹¹⁶ Idem, sp

A problemática envolvida nessa via de resposta, é que não bastaria ocupar as cidades artificialmente criadas após os massivos investimentos em infraestrutura adotados depois de 2008. Haveria que gerar atividade econômica que pudesse sustentar a permanência dessa população que deixaria as áreas rurais em direção a essas cidades. Caso esse aspecto crucial não se desenvolvesse de acordo com a migração, isso poderia deixar de ser uma contratendência à pobreza, para atuar em verdade como um elemento de aceleração do exército industrial de reserva. Como consequência disso, não se poderia descartar que o efeito terminasse sendo o oposto do desejado, e novas instabilidades sociais fossem gestadas. Dessa forma, crer que reverter o padrão de crescimento recente, responsável pela geração de tais desigualdades, seria um processo absolutamente calmo, e que com algumas reformas se poderia criar um mercado interno capaz de manter os níveis de produção e crescimento atuais do país, mediante uma contração da exportação, parece ser uma hipótese de difícil aplicação na realidade, já que a dinâmica do próprio capitalismo tende à concentração.

Se agregam também as incertezas provenientes de um contexto marcado por impasses econômicos e geopolíticos, que se tornam mais candentes. Poderia parecer que ao longo dos anos após a adoção das reformas de 1992, o mundo estaria diante de uma nova divisão internacional do trabalho, que efetivamente confirmar que as teses elaboradas por Lênin sobre o imperialismo, sobretudo em relação a que as nações se desenvolveriam a partir de então “umas as expensas das outras”, estariam definitivamente superadas. Isso porque durante os anos que precederam a crise capitalista internacional de 2008, poderia parecer que uma divisão internacional do trabalho simbiótica haveria se formado. Essa se concretizaria num ciclo segundo o qual a China funcionaria como fornecedor de mercadorias de baixo valor agregado mundialmente, enquanto os Estados Unidos e a União Europeia seriam os compradores em última instância dessa produção.

Por sua vez, a China empregaria o seu crescente superávit de conta corrente financiando os títulos da dívida pública norte-americana, e acumulando uma elevada reserva de dólares, dessa forma permitindo que os Estados Unidos já com um déficit

público alto mantivessem seus gastos, e sua política de juros baixos, o que por outro lado gerou uma bolha de endividamento das empresas e da população do país, cujo acesso ao crédito excessivamente barato inflara a demanda pelos produtos exportados pela própria China. Ademais, os anos que constituíram o “milagre chinês” alimentaram a demanda por commodities levando ao crescimento econômico áreas tradicionalmente produtoras, como os países latino-americanos. O conjunto de ciclo constituiu, portanto, um padrão de crescimento que parecia promover uma integração econômica harmoniosa, envolvendo potências regionais de praticamente todo o globo, e uma colaboração entre a China e os Estados Unidos primeiramente, mas também com os países que compõem a União Europeia.

No plano interno, esse ciclo foi sustentado por uma política de subconsumo, já que o montante majoritário da produção era destinado à exportação, e os baixos salários pagos aos novos trabalhadores não lhes permitia acessar os bens de consumo de custos mais elevados, ou mesmo criar um mercado interno de consumo similar ao de outros países considerados em desenvolvimento. Isso se somava a uma intervenção constante para manter a moeda, o Yuan, em franca desvalorização, o que permitia à China vantagens comparativas na exportação, mas depreciava ainda mais o valor dos salários internamente. Como analisa Hung Ho-Fung:

Desde la década de 1990, el enorme suministro de mano de obra rural, cuyos derechos y acceso a servicios en el lugar de trabajo estaban negados por el sistema hukou, añadido a lo que Pettis describe como «sindicatos patrocinados por el gobierno que con más frecuencia ven las cosas desde el punto de vista del patrono más que de los obreros», aseguraba que los salarios crecieran mucho más despacio que la productividad, conteniendo así el crecimiento de los ingresos y el consumo de los obreros en relación con el aumento de la producción. Al mismo tiempo, el Banco Central chino intervino en el mercado de divisas para impedir que el yuan se revalorizara acompañando al crecimiento del superávit comercial. La moneda subvalorada beneficiaba a los exportadores, pero hacía que el consumo doméstico fuera más caro; por ello, la política ha actuado como un velado impuesto sobre los hogares que se transfiere a los exportadores. Los bajos tipos de interés establecidos por los bancos estatales tanto para depósitos como para préstamos han constituido también un impuesto oculto para los hogares: mientras que los depósitos ordinarios han tenido que aguantar tipos de interés reales exiguos o incluso negativos, las empresas estatales y los organismos gubernamentales podían endeudarse con unos tipos de interés regalados para alimentar las orgías de construcción inmobiliaria o infraestructural. Esto de nuevo equivale a un subsidio al sector estatal a cuenta de depósitos financieramente contenidos¹⁷.

32 HO-FUNG, Hung - CHINA'S RISE STALLED?, New Left Review, 2010, pg 163, em (www.newleftreview.org)

Esse modelo interno, e seu consequente equilíbrio global, foram questionados com a crise capitalista internacional ainda em curso, sem que quaisquer novas bases para um ciclo de crescimento alternativo tenha emergido. O desenvolvimento desse contexto de crise, que provou ser longa, com fluxos e refluxos, mas que abrange fundamentalmente os pilares mais importantes da economia mundial, ainda que atualmente tenha retrocedido nos Estados Unidos, colocou em evidência as debilidades estruturais do padrão econômico chinês baseado em uma economia exportadora. Como assinala Hung Ho-Fung sobre os desequilíbrios inerentes a economias de tipo abertas, isto é, baseadas em exportação de manufaturas, se reverte em exportação de capital, na medida em que se combinam à uma tendência ao subconsumo interno, típico da estruturação econômica chinesa de todo o último período:

Allí donde se contiene el consumo en relación con la producción, el resultado es un ascenso del ahorro. Si el ahorro doméstico excede la inversión doméstica, entonces en una economía abierta el ahorro excedente se dirigirá a otros países, en la forma de exportación de capital neto. La compra china de bonos del Tesoro estadounidenses y los préstamos de Alemania a España o Grecia son ejemplos de semejantes exportaciones. Igualmente, en un país que importa capital del extranjero, la inversión excederá al ahorro. Se deduce que la cantidad de capital neto que entre o salga será igual a la diferencia entre ahorro e inversión; la diferencia también será igual a la balanza comercial del país.(...) Ya que las economías abiertas están vinculadas entre sí por medio del comercio y la inversión, la exportación de capital y el superávit comercial originado por el subconsumo de un país debe equilibrarse con las importaciones de capital, el déficit comercial y el sobreconsumo de otro país. En otras palabras, los desequilibrios domésticos de socios comerciales se reflejarán mutuamente generando desequilibrios globales¹¹⁸.

Esse processo segue em curso, e seus resultados tanto no plano interno, quanto global ainda estão indefinidos, o que faz com que tenhamos que definir primeiramente que a China segue sendo um Estado em formação, entendido de acordo com os conceitos delineados por Lênin em sua teoria do imperialismo. Nesse sentido, a China aponta se constituir hoje como um Estado dependente com traços imperialistas, sobretudo ao considerar o volume de investimento e exportação de capital empregado em países da África e da América do Sul. E como parte disso em que medida tal ascensão seguirá sendo tão pacífica como ditam os preceitos tradicionais da diplomacia do país, ou se pelo contrário prevalecerá a definição de Liu Mingfu, coronel

¹¹⁸ Idem

sênior do Exército de Libertação Popular, que advertiu que devido à natureza competitiva e amoral das grandes potências a ascensão da China pode ser resguardada apenas se o país preparar-se militarmente para dissuadir, ou mesmo derrotar, seus adversários, reconhecendo, muito provavelmente de maneira inconsciente, a vigência de alguns preceitos contidos na teoria do imperialismo.

Regionalmente, também é importante notar que os entraves para uma ascensão pacífica chinesa, estão postos ainda que de forma latente. Apesar de nos trinta anos em que a China veio ascendendo nenhuma tendência a enfrentamentos beligerantes tenha se efetivado, a complexa geopolítica regional não deixa de existir. Primeiramente, com a Coreia e Taiwan, dois temas inconclusos desde a Guerra Fria, e a mais significativa de todas, com o Japão. A outrora potência asiática emergente foi a que respondeu à ascensão chinesa fortalecendo seu exército e sua aliança militar com os Estados Unidos. Ainda que muitos analistas e estudiosos da história asiática e chinesa, como Giovanni Arrighi, tenham feito esforços em resgatar a trajetória milenar da China no intuito de demonstrar que sua ascensão seria pacífica exatamente pela formação distinta de seu Estado, introvertida, não beligerante, e declaradamente orientada para evitar a guerra, desde a filosofia militar de Zun Tzu até os preceitos para orientar as relações internacionais elaborados por Zhou Enlai, muito embora Mao Tsé Tung tenha se constituído como uma variante de “senhor da guerra” moderno, o mundo com o qual a China se depara nesse início de século XXI é qualitativamente mais complexo.

Capítulo 4

A China e seu novo lugar nas relações internacionais

Durante os primeiros anos do século XXI, de maneira inédita desde a fundação da República Popular da China, os responsáveis por dirigirem o país seriam provenientes de uma nova geração que não havia participado diretamente da revolução de 1949. Nomeados como a “quarta geração”, tendo à frente Hu Jintao e o premiê Wen Jiabao, esses governantes se caracterizariam pelo pragmatismo, e pelo objetivo de colocar a China sob uma nova orientação para lidar com o seu papel mundial. (KISSINGER, 2011) Seus principais expoentes obtiveram sua formação política em meio às principais tensões que marcaram a emergência da China moderna, com Hu Jintao tendo atuado no Tibete, e Wen Jiabao em Pequim por ocasião do Massacre de Tiananmen, como vice de Zhao Ziyang.

Em relação aos Estados Unidos também haveria grandes mudanças no cenário da política internacional. Enquanto Hu Jintao dava sequência ao objetivo de instaurar definitivamente a China como uma potência de importância mundial, do lado norte-americano assumia o poder George W. Bush, representante da ala neoconservadora do Partido Republicano, decidido a impor um novo século norte-americano pela força e pelas intervenções militares preventivas. O eixo de sua orientação geopolítica no Oriente Médio após os atentados de 11 de Setembro teve como efeito não apenas os desastrosos resultados das guerras do Iraque e a Afeganistão, mas em relação aos países como a China e a Índia permitiu aos Estados Unidos manter uma relação de colaboração, ou pelo menos, de ausência de grandes tensões, sedimentando o caminho para a continuidade da cada vez mais intensa colaboração econômica. Como assinala Kissinger:

Embora criticado no debate americano por sua alegada adesão ao unilateralismo, Bush ao lidar com a China, Japão e Índia simultaneamente – países que baseavam sua política em cálculos de interesse nacional – conseguiu melhorar as relações de cada um – um modelo de política asiática construtiva para os Estados Unidos. Na presidência de Bush as relações EUA-China eram relações cotidianas de duas superpotências. Nenhum lado supunha que o outro partilhava de todas as suas metas. Em algumas questões, como os assuntos domésticos, seus objetivos não eram compatíveis.

Mesmo assim, viam suficientes áreas de interseção em seus interesses para confirmar a sensação emergente parceria¹¹⁹.

Uma hipótese mais provável sobre a pacificação nas relações entre os dois países era a necessidade do capitalismo norte-americano, e crescentemente mundial, seguir se mantendo o padrão de crescimento estabelecido na colaboração econômica sino-americana. Com muitas tensões na esfera política, se poderia prejudicar a estrutura econômica que fazia dos Estados Unidos o comprador em última instância, das manufaturas chinesas. Mesmo nos temas que haviam sido alvos de grandes discórdias no passado, como a questão de Taiwan, se apaziguariam com medidas conscientes adotadas pelos governos para avançar nesse sentido. Inserem-se aí o recuo à proposta chinesa de um referendo sobre a possibilidade de uma representação taiwanesa nas Nações Unidas, que após ter sido questionado pelos Estados Unidos, deu lugar à adoção da noção “um país, dois sistemas” muito mais aberto a manter os interesses norte-americanos sobre esse tema. Como produto disso, uma política internacional marcada prioritariamente por relações colaborativas marcou os primeiros anos do novo milênio.

O alcance da interação entre a China e os Estados Unidos significou o restabelecimento do papel central para a China nos assuntos mundiais e regionais. A busca chinesa por uma parceria igualitária não era mais uma reivindicação desproporcional de um país vulnerável: era cada vez mais uma realidade amparada por capacidades financeiras e econômicas. Ao mesmo tempo, impelidos por novos desafios à segurança e realidades econômicas em plena mudança, bem como por um novo alinhamento da influência política e econômica relativa entre eles, ambos os países se engajaram em minuciosos debates sobre seus propósitos domésticos, seus papéis mundiais – e finalmente suas relações com o outro¹²⁰.

Diversas análises sobre o processo de ascensão chinesa, as mudanças promovidas por isso no panorama global, em especial na relação com os Estados Unidos, emergiram ao debate intelectual nesse início de século. Um duplo movimento marcava o que parecia se constituir como uma transformação essencial para as relações internacionais. De um lado a ascensão da China à qualidade de potência de importância mundial. E de outro a decadência da hegemonia norte-americana, que abria espaço para um mundo de relações qualitativamente mais fluidas. Diversos

¹¹⁹ KISSINGER, Henry, Sobre a China, 2011, pag 438, Editora Objetiva

¹²⁰ Idem, pag 474

autores dedicaram-se a elaborar hipóteses sobre o papel dos Estados Unidos no século XXI, e os impactos de uma possível nova ordem instituída pela ascensão de novos centros de poder. Um dos mais notórios foi Immanuel Wallerstein, para quem a decadência do imperialismo norte-americano se iniciara com a crise de 1970, e atingia uma nova inflexão nos primeiros anos do século XXI, com a ascensão da ala neoconservadora ao poder e do governo de George W. Bush e os ataques de 11 de setembro.

Após os ataques de 11 de setembro Bush mudou de rumo, declarando guerra ao terrorismo, garantindo ao povo norte-americano que “o resultado é certo”, e dizendo ao mundo: “ou estão conosco ou estão contra nós”. Os falcões há muito frustrados mesmo com as administrações mais conservadoras, conseguiram finalmente dominar a política norte-americana. Sua posição é clara: os Estados Unidos dispõem de um esmagador poder militar e, embora incontáveis líderes estrangeiros considerem insensato da parte de Washington exibir essa força, esses mesmos líderes não podem fazer nada se os Estados Unidos simplesmente impuserem sua vontade aos restantes. Os falcões acreditam que os Estados Unidos devem agir como uma potência imperial por duas razões: primeiro porque podem fazê-lo; segundo, porque se não o fizerem serão cada vez mais marginalizados¹²¹.

Naquele momento a posição da administração de George W Bush se materializaria em três expressões fundamentais, a saber, a ofensiva contra o Afeganistão, o apoio à política mais agressiva do Estado de Israel contra a Autoridade Nacional Palestina, e a guerra e ocupação do Iraque. (WALLERSTEIN, 2004). A primeira e a terceira dentre as políticas citadas falharam expressivamente, promovendo a percepção de que a decadência dos Estados Unidos se acelerara, porquanto se trataram de falências nos âmbitos militar, econômico e ideológico. Militarmente as guerras do Iraque e do Afeganistão não promoveram o fim do terrorismo, tal como foi alegado. Do ponto de vista econômico foram ofensivas progressivamente avaliadas como dispêndio desprovido de sentido, enquanto as condições para a crise econômica de 2008 se gestavam. Ideologicamente também resultou em desgaste na medida em que a tentativa de generalizar um senso baseado na ameaça terrorista internacional teve curta duração, e desgastou-se frente às contradições abertas pela manutenção das ofensivas militares. Ao contrário, esse período fora marcado por uma difusão superior do sentimento anti norte-americano. Frente a esse cenário, tomava importância

¹²¹ WALLERSTEIN, Immanuel, O declínio do poder americano, 2004, pag 32, Editora Contraponto.

crecente as hipóteses sobre a possibilidade da decadência norte-americana dar lugar a substituição do poder hegemônico para a China.

Uma das leituras mais significativas dentro dessa perspectiva foi, talvez, a realizada pelo economista e historiador italiano, Giovanni Arrighi. Sua última obra, intitulada *Adam Smith em Pequim – Origens e Fundamentos do Século XXI*, de 2008, fora publicada num momento em que a situação internacional estava marcada por grandes transformações. Uma das teses mais relevantes tratadas pelo autor italiano se remete à falência do projeto neoconservador norte-americano, tendo a *débâcle* no Iraque e a falta de apoio interno ao ex-presidente George W. Bush como elementos essenciais. Isso teria agido como um acelerador da decadência da hegemonia norte-americana, levando a conseqüente noção sobre a necessidade de reconstituir uma nova arquitetura nas relações de forças internacionais. Para Giovanni Arrighi o fortalecimento chinês combinado ao enfraquecimento norte-americano faria com que o mundo rumasse a um novo concerto interestatal, tendo agora a Ásia e, sobretudo a China, como epicentro. Esta possibilidade de instauração de uma era marcada pela hegemonia asiática é saudada entusiasticamente pelo autor, que coloca como possível conseqüência de tais transformações a inauguração de um maior equilíbrio entre as potências, ou seja, um mundo mais harmonioso, ordenado a partir de então por um equilíbrio multilateral de forças:

A tese geral apresentada neste livro é que o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês, tomados em conjunto, tornaram mais provável do que nunca nos quase dois séculos e meio desde a publicação de “A riqueza das Nações”, a concretização da ideia de Smith de uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações.¹²²

Isso implica em uma distinção dos papéis que cada nação cumpre no sistema internacional, em que existem economias centrais, e uma hegemônica, que articula o conjunto do sistema. Cada momento histórico marcado pela dominação de uma determinada economia hegemônica se caracteriza por um ordenamento social, político, cultural e ideológico orientado pelas feições concedidas por esta economia determinada, que estende seus valores e ideais por todo o mundo. Esta concepção no

¹²² ARRIGHI, Giovanni, *Adam Smith em Pequim*, 2008, pag. 24, Editora Boitempo

interior da tessitura teórica de Giovanni Arrighi é acrescida pela apropriação da sociologia histórica inspirada na teoria de Fernand Braudel, segundo a qual o movimento histórico realizado ao longo da constituição do capitalismo seria constituído por ciclos compreendidos pelo apogeu e decadência das potências hegemônicas. Cada ciclo fora conceituado por Arrighi como “séculos longos”, cujo declínio seria marcado por uma crescente predominância do capital especulativo e financeiro, levando a crises de proporções históricas no âmbito da economia, que fatalmente se expressaria na esfera política de dominação mundial. Neste sentido, Arrighi irá retomar também a noção gramisciana de hegemonia, de que quando uma potência exerce um tipo de poder hegemônico consegue transformar a defesa dos seus interesses particulares em interesses universais. Isso é um elemento fundamental segundo Arrighi para que um ciclo, ou “século longo”, se caracterize por questões muito mais complexas que a mera dominação econômica ou política da nação hegemônica sobre as demais.

Uma concepção análoga já havia sido desenvolvida por Giovanni Arrighi em sua obra anterior, *O longo século XX*, e um exame detido do conjunto de seus pressupostos teóricos extrapola os objetivos desse trabalho. Interessa-nos apenas notar que o autor apresenta uma visão segundo a qual haveria uma renovação cíclica do capital, contida na ideia de paralelismo nos processos de declinação-emergência das potências hegemônicas. E que agora, ao ter como epicentro a ascensão chinesa, tal processo assumira uma conformação inerentemente pacífica. Pressuposto este que se choca com as concepções encontradas nas leituras do assim chamado marxismo clássico e da teoria leninista do imperialismo, que compreende rupturas violentas, marcadas necessariamente a uma dinâmica de crises, guerras e revoluções.

Dessa forma, para abordar o processo de desenvolvimento histórico de emergência de um novo século chinês, Giovanni Arrighi, incorpora uma inovação teórica. Trata-se da apropriação de alguns dos conceitos de desenvolvimento econômico legados por Adam Smith, para analisar a amplitude das diferenças entre um hipotético, mas em sua opinião provável, novo século chinês em relação a todos os precedentes. De acordo com Arrighi, o novo século chinês seria marcado por uma transformação

histórica inédita, e qualitativamente superior para a esfera das relações internacionais, pois pela primeira vez a potência hegemônica, que terminaria estendendo ao conjunto do globo suas feições culturais, ideológicas, políticas, econômicas e sociais, viria da Ásia oriental. Por sua vez, o desenvolvimento histórico *sui generis* da China, se caracterizaria através dos séculos de maneira oposta à do Ocidente, tanto no que tange às suas relações com as demais nações orientais, como no que concerne ao desenvolvimento de suas forças produtivas. Para defender sua tese Arrighi retoma conceitos de pensadores orientais, que manteriam correlação com Adam Smith, segundo os quais a base de desenvolvimento distinto da China pode abrir caminhos não capitalistas no futuro.

O conceito de revolução industriosa foi apresentado por Hayami Akira em referência ao Japão do período Tokugawa¹²³. Em sua opinião, o fim da servidão do campesinato no século XVII, o fortalecimento da agricultura familiar, o aumento populacional e a escassez crescente de terra arável contribuíram juntos para o surgimento de um modo de produção que contava intensamente com o investimento em mão-de-obra humana. Embora os camponeses tivessem que trabalhar mais e por mais tempo, sua renda também aumentou. Portanto, aprenderam a dar valor ao trabalho e desenvolveram uma forte ética com base nele. Ao usar este conceito em relação à China, Sugihara, assim como Wong e Pomeranz concebe a revolução industriosa não como um preâmbulo à Revolução Industrial, mas sim como desenvolvimento baseado no mercado, sem nenhuma tendência inerente a gerar o caminho desenvolvimentista de uso intensivo de capital e energia iniciado pela Grã-Bretanha.¹²⁴

Esta análise coincidiria com os traços fundamentais do “caminho natural” de desenvolvimento econômico elaborado por Adam Smith, segundo o qual as vias naturais para o desenvolvimento deviam passar pelo fortalecimento de uma economia local, baseado no mercado, podendo ter uma estrutura agrária como base. Portanto, a ideia que se retoma é a de que o desenvolvimento capitalista posteriormente caracterizado por Marx como o típico dos países ocidentais no século XIX seria a via “antinatural” de desenvolvimento. Para Giovanni Arrighi uma economia camponesa e voltada para o comércio interno, ou no máximo local, não seria atrasada em relação às

¹²³ O período Tokugawa foi uma ditadura militar feudal estabelecida no Japão em 1603 por Tokugawa Ieyasu e governada pelos xoguns da família Tokugawa até 1868. Esse período foi conhecido com Período Edo, marcado por imensas disputas e guerras civis entre os xogunato, nome japonês dados aos feudos. O xogunato Tokugawa reinou desde o castelo de Edo, atual Tóquio, e terminou com a Restauração Meiji, que acabou definitivamente com o sistema de xogunatos, inaugurando a política expansionista japonesa na Ásia oriental.

¹²⁴ ARRIGHI, Giovanni, Adam Smith em Pequim, 2008, pag. 47, Editora Boitempo

economias industriais existentes no período prévio ao século XX, tendo apenas uma dinâmica distinta de desenvolvimento. A esta atenderia a Ásia oriental de conjunto. E, mais especificamente, a China teria se caracterizado por uma formação econômica e política favorecida pelo intenso comércio mercantil, com a vantagem de não ter tido seu aparato estatal dominado pelos capitalistas. Isso teria feito com que a Ásia Oriental, e mais fundamentalmente a China, tenham se caracterizado pela formação de Estados fortes, mas não beligerantes, ao contrário do Ocidente, cuja dominação econômico-estatal capitalista levou à expansão territorial e disputa pelo mundo em base a guerras. Disso derivaria a tese de que uma época de hegemonia chinesa se marcaria por um novo marco nas relações internacionais, a partir de agora, multipolar, pacífico, e qualitativamente mais harmonioso.

Retomando as teses fundamentais da teoria do imperialismo a partir da leitura leninista, torna-se evidente que a suposição acima traçada nega a essência de parte de suas definições mais lapidárias. Dentre essas, a de que a época imperialista seria por sua mais profunda natureza, marcada pela exacerbação das tensões interestatais pelo domínio dos mercados, em um mundo cuja repartição já estaria definida, e cuja rearticulação seria possível somente mediante guerras comerciais e grandes conflitos, inclusive bélicos. Entretanto, durante aos primeiros anos que iniciaram o novo século, poderia parecer que a condição da China, e sua relação aparentemente simbiótica com os Estados Unidos, renegariam as teses do imperialismo. Durante alguns anos, pareceu possível uma relação de colaboração econômica, e não de disputas e tensões, entre a principal potência mundial, os Estados Unidos, em declínio, mas ainda dominante, e outra, em ascensão. Dessa maneira, a substituição pacífica de uma pela outra, foi a hipótese de muitos daqueles que buscaram analisar esse tema, do qual Giovanni Arrighi é talvez um dos que ofereceu uma síntese mais acabada dessa perspectiva.

Um aspecto é a noção de ascensão pacífica propalada pela China como norte das relações internacionais desde a era de Zhou Enlai, como foi discutido no primeiro capítulo desse trabalho. Se tomam-se os fundamentos contidos na teoria leninista do imperialismo, se a movimentação chinesa no plano das relações internacionais não se pautou por enfrentamentos com as principais potências, ou mesmo por se postular

como um substituto hegemônico aos Estados Unidos, isso se deve mais às debilidades chinesas para emergir como potência imperialista, que podem ter encontrado expressão política e ideológica nas diretrizes da ascensão pacíficas, mas que encontram sua determinação fundamental na sua estrutura econômica, política e social. (CHINGO, 2010).

E, conforme, a crise capitalista internacional se iniciou abriram-se também questionamentos sobre a possibilidade de uma ascensão pacífica da China. Pela primeira vez as discussões sobre a relação da China com o conjunto das potências, e mundialmente, estão pautadas não pela sua fragilidade ou seus temores, mas justamente pela sua fortaleza e papel de primeira importância no sistema internacional. Sistema esse, que não é demasiado reforçar, não fora elaborado pelos seus preceitos, nem de acordo aos seus valores. Nesse sentido, o debate onipresente desde a modernização chinesa das últimas décadas, e que perpassa tanto o seu modelo econômico, como os contornos de sua inserção nas relações internacionais, continua sendo sobre a disjuntiva entre voltar-se para o seu vasto interior, ou ascender ainda mais como um ator geopolítico de primeira importância. Assim, emergem vozes no interior da China que debatem a impossibilidade do país seguir emergindo pacificamente, em grande parte pela ação das potências imperialistas ocidentais. Como definiu o autor chinês Song Xiaojun:

Incontáveis fatos já demonstraram que o Ocidente nunca vai abandonar sua estimada técnica de 'negociar na ponta da baioneta', que refinou ao longo de vários séculos. Vocês acham possível que se 'devolverem suas armas ao depósito e levarem os cavalos de batalha para o pasto isso vai convencer (o Ocidente) a simplesmente abaixar as armas e comercializar pacificamente¹²⁵?

Tais leituras partem de uma visão mais afinada com algumas das teses clássicas da teoria do imperialismo, sobretudo a de que a época se caracterizaria por uma encarniçada e constante disputa entre as nações. As nações imperialistas para manterem a sua localização, as demais para tentarem emergir, ou se não reúnem as condições necessárias para tal, que envolve poderio econômico, político, mas também militar, ao menos regatearem por algum espaço, muitas vezes como sócias menores dos imperialismos fundamentais. Esse debate concretamente na China pós-crise

¹²⁵ KISSINGER, Henry, Sobre a China, 2011, pag 485, Editora Objetiva

econômica internacional está se reacendendo, e opondo àqueles que defendem um país mais aberto ao Ocidente, e os que por sua vez retomam uma postura mais inspirada no sentimento nacionalista, muito embora remodelado às temáticas presentes, não sendo apenas uma proposta de reedição do passado. Uma das posições que apontam nesse segundo sentido é o do coronel Liu Mingfu, para quem a China deveria ascender não pacificamente, mas inclusive lançando mão de beligerância. (KISSINGER, 2010). É interessante ressaltar como mesmo sendo um entusiasta do avanço chinês, inclusive do ponto de vista militar, Liu Mingfu deixa claramente traçado o limite da ascensão chinesa, quando determina que seu poderio seria mais harmonioso justamente pela renúncia ao papel de hegemonia. Liu Mingfu antecipa os desafios abarcando dentre eles a beligerância, à qual toda e qualquer potência que almeje exercer hegemonia teria que se prestar a cumprir, de acordo com a tese do imperialismo. Mas isso não significa que Liu Mingfu abandone por completo a perspectiva de um fortalecimento bélico como algo necessário para que a China garanta uma localização privilegiada o rol das principais potências:

Liu rejeita o conceito de uma ‘ascensão pacífica’, argumentando que a China não pode se apoiar unicamente em suas virtudes tradicionais de harmonia para assegurar a nova ordem internacional. Devido à natureza competitiva e amoral da política das grandes potências, escreve ele, a ascensão da China – e um mundo pacífico – pode ser preservada apenas se a China cultivar um “espírito marcial” e reunir força militar suficiente para dissuadir, ou se necessário, derrotar seus adversários. Logo, postula, a China precisa de uma ‘ascensão militar’ conjunta com sua ‘ascensão econômica’¹²⁶.

Essa percepção foi elaborada durante um período de crescimento de tensões no mar da China Meridional com o Japão, e envolveu também tensões com a Índia. Ainda que a hipótese de um enfrentamento aberto não tenha se posto desde então para a China, o que não obrigou a que essa modifique o caráter de sua movimentação militar como essencialmente defensiva, o mundo atual marcado por relações interestatais fluidas, faz com que nem por isso deixem de ser feitos reposicionamentos preventivos. Um exemplo, e talvez mais relevante até mesmo que as tensões entre a China e o Japão no litoral asiático, foram os exercícios militares comuns realizados pela Rússia com apoio chinês em maio desse ano, e que se colocam como umas das expressões da

¹²⁶ KISSINGER, Henry, Sobre a China, 2011, pag 486, Editora Objetiva

colaboração que se amplia entre os dois países sobre temas da política internacional. Como resposta, o atual presidente norte-americano Barack Obama incluiu o mar da Ásia como parte das advertências de que os Estados Unidos agiriam em qualquer parte do mundo em que houvesse questionamento aos seus interesses, ainda que tenha qualificado a China como um portador de conflitos administráveis, separando-a da Rússia. A aliança chinesa com a Rússia, que vem acumulando diversas tensões com os Estados Unidos em conflitos como o atual sírio e na Ucrânia, é parte de uma política **defensiva** em relação ao poderio norte-americano. Entretanto, tal aliança não assumiu até o momento a forma de uma ação ofensiva, o que alteraria estrategicamente o panorama político internacional.

A própria doutrina militar adotada pelos Estados Unidos a partir de 2012, segundo a qual paulatinamente se operaria uma reorientação preventiva contra a China, e a Ásia Oriental como sua prioridade indica que a hipótese de ascensão chinesa pacífica até a qualidade de nova potência hegemônica seria improvável. Mesmo com as reduções do orçamento militar norte-americano, e a consequente redução de tropas no exterior, Barack Obama deixara claro naquela ocasião que isso não se operaria na Ásia-Pacífico, onde pelo contrário, a presença militar estadunidense deveria se fortalecer. Essa reorientação atenderia a uma necessidade preventiva dos Estados Unidos frente ao incremento das forças navais chinesas, mantendo grandes bases no Japão, e na Coreia do Sul para projetar seu poderio sobre o mar da Ásia Oriental, e em especial sobre a China.

A China desde meados de 2011 veio elaborando um plano de modernização militar que serviria ao propósito de se precaver frente a uma possível ação norte-americana em Taiwan, e salvaguardar as rotas marítimas de petróleo para o país, já que desde o ano de 2000 o país seria o destino de 40% da exportação mundial, além das preocupações com as rusgas fronteiriças, em especial com a Índia¹²⁷. Porém, a China não teria ainda avançado para adquirir mísseis balísticos intercontinentais, ou ainda outros artefatos de longo alcance. (SHAMBAUG, 2006). Nesse sentido, o

¹²⁷ BRIC Policy Center, A Modernização Militar Chinesa e a Reação Regional, 2011, sp, em (bricpolicycenter.org/pdf/Policy%20Brief%201%20A%20Moderniza%C3%A7%C3%A3o%20Militar%20China.pdf)

desenvolvimento da movimentação militar chinesa desde que o país se alçou como uma potência de importância mundial parece confirmar a hipótese delineada por Henry Kissinger, e de que a relação sino-americana se caracterizaria por ser menos de parceria, e mais coevolução.

A competição crucial entre os Estados Unidos e a China muito provavelmente girará mais em torno das questões econômicas e sociais do que militares. Se as tendências presentes no crescimento econômico, saúde fiscal, gastos com infraestrutura e infraestrutura educacional continuarem, um gap no desenvolvimento – e nas percepções que terceiros terão da influência relativa – pode se instalar, particularmente na região da Ásia-Pacífico. Mas isso é uma perspectiva que cabe aos Estados Unidos impedir ou talvez reverter por seus próprios esforços¹²⁸.

Decorridos alguns anos, a hipótese de estabelecimento de uma nova ordem mundial simbiótica embasada na relação entre China e Estados Unidos parece improvável, pelo menos tal como havia sido desenvolvido por Giovanni Arrighi. O primeiro, e mais importante fator, se configurou no âmbito da economia, trazendo consequências geopolíticas, a partir do início da crise capitalista internacional, que teve seu epicentro inicial no estouro da bolha imobiliária norte-americana em 2008, tendo rapidamente se alastrado ao conjunto das principais potências mundiais, em especial as europeias. Ainda que a dinâmica assumida pela crise econômica internacional não tenha levado a guerras e enfrentamentos entre as principais potências como as descritas nas teses do imperialismo, não se pode ignorar que em trouxe à tona novamente o tema das disparidades de interesses entre os Estados, e recolocou a vigência das teses do imperialismo para analisar a ordem mundial.

Mesmo que não seja o objeto desse estudo, cabe retomar algumas definições acerca desse processo, porquanto se constituem como aspectos relevantes para as relações sino-americanas. Primeiramente, a crise econômica mundial iniciada em 2008, colocou em questão o modelo de crescimento baseado num aumento do endividamento, não apenas da população norte-americana, como também das suas maiores empresas, e acima de tudo, do próprio Estado. O endividamento em todos os âmbitos da economia norte-americana foi durante todos os anos predecessores financiado por países com superávit de conta corrente. Dessa forma, estimulou-se um sobreconsumo, em base a taxas de juros nulas ou negativas, enquanto a economia

¹²⁸ KISSINGER, Henry, Sobre a China, 2011, pag 503, Editora Objetiva

fora sustentada pela compra de títulos da dívida pública norte-americana. Como afirma Francisco Luiz Corsi:

A aplicação dessas reservas em títulos dos EUA, em especial por parte da China, passou a desempenhar um papel de grande relevância para o equilíbrio da economia mundial. A aplicação desses recursos nos EUA tornou-se importante para a sustentação de seu duplo déficit (o externo e o fiscal) do dólar, e para a manutenção das políticas econômicas expansivas. Também é importante para a sustentação da especulação financeira. Os países asiáticos superavitários, ao financiarem os déficits norte-americanos, respondem aos seus interesses. Permitem aos EUA manter políticas monetárias e creditícias expansionistas, que impulsionam a economia norte-americana e o seu elevado déficit externo. Dessa maneira, promovem as suas próprias exportações e produção ao financiarem o excesso do consumo norte-americano. Paralelamente, mantém suas moedas desvalorizadas em relação ao dólar. Essas relações, segundo Belluzzo (2005) denotam a simbiose existente entre as economias asiáticas e a norte-americana. No entanto, essa simbiose tem fundamentos frágeis, pois esse esquema de financiamento solapa o setor produtivo norte-americano e enfraquece o dólar¹²⁹.

A afirmação da debilidade da simbiose existente entre a China e os Estados, se demonstrou mais amplamente a partir de 2008, quando veio à tona com a crise econômica a questão de que essa não se assentava em um crescimento orgânico e sustentável da economia, mas em complexas operações financeiras que artificialmente mantiveram a demanda aquecida nos principais mercados consumidores internacionais, o europeu e norte-americano. Nesse sentido, a crise de 2008 não se restringia a uma mera crise financeira, como alguns meios buscaram apresentar, mas se constituiu como uma verdadeira crise do padrão de crescimento, que se não assumiu feições mais abertamente catastróficas foi devido aos imensos resgates e pacotes votados principalmente pelos Estados Unidos. O mecanismo que entrou em colapso, descrito abaixo, atende, portanto, a uma estrutura mais profunda do edifício econômico do capitalismo, que apesar de não ter ruído encontra-se questionado.

Gracias al endeudamiento de las empresas y de los hogares, y revendiendo este riesgo crediticio al resto del mundo, EE.UU. mantuvo hasta 2007 un fuerte crecimiento pese al debilitamiento de su base industria (con la excepción de las empresas de alta tecnología). De esta manera, la baja de la tasa de ahorro que ha alcanzado valores casi negativos fue compensada por la atracción del ahorro del resto del mundo, en particular de los países con superávit de cuenta corriente. La economía norteamericana era empujada por el sobreconsumo financiado por el resto del mundo. (...)La actual crisis con el desmantelamiento de la hipertrofia financiera generada en las últimas décadas pone un límite al recurso del sobreendeudamiento de los hogares, principal pilar de su patrón de crecimiento, hasta ahora. El consumo se encuentra afectado por diversas vías: la aguda restricción del crédito, hipotecario y de las tarjetas de crédito, los préstamos automotrices y los préstamos estudiantiles. El avance de la recesión acelera los despidos, y el salario ya estancado

¹²⁹ CORSI, Francisco Luis, *As Relações entre a China e a América Latina*, 2011, pg 123, LCTE Editora

en estos años es presionado a una fuerte baja. A su vez, el consumidor norteamericano está sobreendeudado: la deuda comprometía el 70% de sus ingresos a comienzos de 1990. Hoy esa proporción se ha duplicado. La disminución del patrimonio financiero e inmobiliario de los hogares (el fin del “efecto riqueza”), sumado a la incertidumbre general, hará caer aún más el consumo y la inversión. Además, los posibles efectos deflacionarios pueden postergar el consumo con la perspectiva de una mayor caída de los precios en el futuro.¹³⁰

Ainda que hoje se possa mensurar mais adequadamente a própria dinâmica do desenvolvimento que essa situação tomou, como um processo marcado por fluxos e refluxos de médio prazo. Nesse sentido a situação é distinta da crise econômica de 1929 que rapidamente levou a uma escalada protecionista superior que a atual, e a uma queda da economia norte-americana qualitativamente mais acelerada, culminando na eclosão da II Guerra Mundial. No entanto, os efeitos notórios desde o ano de 2008 recolocaram em pauta as bases do desenvolvimento econômico chinês. Tendo sido salvo artificialmente, evitando-se quebras, que poderiam reconstituir ramos que padecem de sobreacumulação, ou ainda instituições financeiras em verdade já falidas, as saídas dadas à crise econômica aumentou imensamente a dívida pública de países como os Estados Unidos, e outros da União Europeia, e não possibilitou até o momento a elaboração de uma saída que possa recompor em longo prazo as bases da economia mundial.

Como assinalou Michael Aglietta o prosseguimento da crise econômica nos Estados Unidos e na União Europeia poderia levar a uma queda considerável da demanda pelos produtos produzidos na China, questionando dessa forma seu modelo de crescimento “extrovertido”, exageradamente dependente da abertura comercial:

Su apertura comercial es excepcional para un país de ese tamaño. Esta está mucho más próxima a la de Holanda o Bélgica que a la de Japón o EE.UU.. Esos intercambios corresponden al comercio intrasectorial vertical: China importa productos no acabados, provenientes principalmente de otras economías asiáticas como Hong Kong y Taiwán, ejecuta su transformación y condicionamiento al precio de una actividad con alta intensidad de mano de obra, y luego exporta los productos acabados, a menudo en dirección de EE.UU.¹³¹

De fato, no imediato período posterior ao início da crise econômica, muitas empresas chinesas colapsaram, nos principais centros industriais, abarcando setores

¹³⁰ CHINGO, Juan – El capitalismo mundial en una crisis histórica, 2008, sp, em (www.ft-ci.org/El-capitalismo-mundial-en-una-crisis-historica?lang=es#nb40)

¹³¹ AGLIETTA, Michel e LANDRY, Yves, La Chine vers la superpuissance, Ed. Económica, sp Paris, 2007.

importantes para a economia de exportação, como o têxtil. Durante o ano de 2009 foram registrados cerca de 4.800 fábricas de brinquedos fechadas, o que teve efeitos agravados com a política de elevação da taxa de juros posta em prática pelo governo, e as restrições ao crédito que foram adotadas a partir de então. (CHINGO, 2010). Isso abriu um grande debate sobre os rumos que a economia chinesa deveria tomar a partir de então. Não foram poucos os setores, sejam esses dentre os analistas internacionais, ou mesmo no interior do Partido Comunista chinês, os que começaram a questionar se não haveria chegado o momento de reverter o modelo exportador, e mesmo aos custos de gerar desequilíbrios principalmente sociais, adotar medidas para evitar uma crise de superprodução que pudesse levar a um acúmulo superior de contradições. Tais alas são minoritárias no interior do Partido Comunista, mas já produziram algumas crises àqueles que afirmavam defender outro padrão de crescimento.

No entanto, a resposta colocada em marcha à situação aberta logo após o ano de 2008, significou a manutenção das bases econômicas até então vigentes. A exemplo dos Estados Unidos e dos países da União Europeia, o receituário aplicado por Pequim também envolveu resgates e injeção massiva de capital para manter o índice de crescimento econômico, e evitar uma derrocada econômica drástica. Quando os resgates norte-americanos foram anunciados, muitos debateram se seria uma espécie de neokeynesianismo financeiro. (BACH, 2010). Ainda que esse conceito seja um tanto impreciso no que se remete aos planos de salvamento das instituições financeiras, o que se pode definir é se houve alguma prática relativamente parecida a uma espécie de neokeynesianismo para lidar com os efeitos da crise, essa teve lugar na China. Um plano de investimentos de aproximadamente 586 bilhões de dólares foi posto em prática após 2008, destinado fundamentalmente aos ramos da construção civil e de infraestrutura. (EMOL, 2010)

Mas esse plano de investimentos que mantiveram a economia chinesa aquecida durante os momentos mais drásticos da crise capitalista, não se ateve apenas aos setores ligados às obras de infraestruturas. Fora responsável também por um novo aumento da especulação, principalmente no mercado imobiliário, já que o custo da

moradia chinesa é extremamente alto, e os salários não progrediram na mesma proporção. Uma parcela desses imóveis subsistiu apenas como ativo financeiro, sem ocupação real, enquanto outra foi comercializada, mediante o crédito barato que assolou o país numa tentativa de conter a desaceleração da crise econômica. O que chama a atenção nessa equação é justamente a semelhança com os componentes fundamentais que levaram ao estouro da bolha imobiliária de 2008 nos Estados Unidos. Ainda que não se possa utilizar essa analogia mecanicamente, pois as bases estruturais de ambos os países são qualitativamente distintas, essa equação obrigou o governo chinês a iniciar movimentos de adequação à oferta de crédito:

The slowdown in the housing sector does suggest the knot between credit expansion, housing construction and overall industrial activity, which drove Chinese economic growth after 2009 and that has held the economy more or less together since 2011, is unraveling. But what happened in July does not mark the end of credit, or rather credit expansion and government-led investment as the key drivers of overall economic activity. Barring a highly unlikely rejuvenation of China's export sector, Chinese economic growth will continue to be a function of state-led credit expansion and investment in infrastructure development for many years to come. This is because China's effort to "rebalance" toward greater dependence on domestic consumption — the process that, China's leaders hope, will eventually ease the overreliance on state-led investment — is still in its infancy. Household consumption remains far too weak to support overall economic growth. With exports unlikely to recover significantly any time soon, and until consumption rises to levels more comparable with advanced industrial economies — a process that could take a decade or more — the Chinese government has little choice but to continue fueling the country's economy through credit and investment¹³².

Por outro lado, a questão que Giovanni Arrighi corretamente qualificou como uma debilidade dos Estados Unidos, que se concretizava na imensa reserva de dólares que a China acumulou nesse processo, estimadas em mais de três trilhões de dólares, fazendo com que a economia norte-americana também fosse refém da orientação de Pequim, encontra uma recíproca verdadeira. A China também se tornava duplamente dependente dos Estados Unidos. Isso na medida em que além de sustentar seus índices de crescimento em base à exportação destinada ao mercado consumidor norte-americano, se encontrava submetida à intervenção do governo norte-americano no valor do dólar, cujo poder de manejo é um dos instrumentos de exercício da hegemonia nesse âmbito mais importantes que os Estados Unidos ainda mantêm.

¹³² BARBOZA, David, China unveils sweeping plan for economy, 2008, sp (www.stratfor.com/geopolitical-diary/chinas-credit-slowdown-raises-concerns-about-overall-economic-health#axzz3Etqgueru)

Com uma política de desvalorização de sua própria moeda, os Estados Unidos reduzem consideravelmente todas as reservas de dólares que a China acumulou ao longo dos últimos anos. Dessa forma, o receio de uma reedição da política norte-americana com as desvalorizações do dólar praticadas em 1985 e 1995 respectivamente, quando houve um prejuízo importante para o Japão, que emergia como um polo econômico e tecnológico de grande importância, desde então, se tornou um grande receio de Pequim. Não à toa, enquanto tinha curso os efeitos mais drásticos da crise econômica de 2008, o governo chinês tenha sugerido que o comércio internacional se balizasse agora numa cesta variada de moedas, e não mais exclusivamente no dólar.

Em verdade, desde então, a China veio buscando diversificar suas reservas, e acumulá-las crescentemente em euros também, mas não pôde impor ao comércio internacional o abandono do dólar, já que esse é o fruto direto da conquista da hegemonia norte-americana, atuando como um poderoso instrumento de intervenção dos Estados Unidos na economia mundial. Isso equivaleria a um movimento ofensivo de grande questionamento aos Estados Unidos, algo que não se deu em nenhum âmbito da política chinesa até o momento. Mesmo que a China tenha empregado a sua margem de manobra para manter sua moeda excessivamente barata, resguardando dessa maneira a competitividade de suas exportações, o que foi alvo de questionamentos pelos Estados Unidos, abandonar completamente a aquisição de reservas em dólares ou o financiamento do título da dívida pública norte-americana seria um movimento questionador da ordem estabelecida. Como observa o analista do Foreign Affairs, Barry Eichengreen:

Diversification by Russia would be one thing, but diversification by China, much less by emerging markets as a group, would be another. The economist Brad Setser has estimated that China's official dollar assets as of May 2009 were roughly eight times those of Russia. (...) At the same time, the Chinese government is aware that it is trapped by the magnitude of its current dollar holdings. Selling U.S. Treasury securities in the quantities needed to significantly alter the composition of China's reserve portfolio would make the prices of these securities tank. If the People's Bank of China moved significant amounts of money from dollars to other currencies, the dollar would depreciate, causing further losses on China's residual holdings. The specter of such effects deters Beijing from acting hastily. Moreover, disruptions to the U.S. Treasury market that raised interest rates in the United States would not endear Beijing to Washington. And

transactions that caused the dollar to depreciate sharply, leaving other investors wrong-footed and roiling international markets, would not endear it to other governments¹³³.

No entanto, se a China não pôde abrir mão de utilizar o dólar como moeda padrão para o comércio internacional, sua margem de manobra razoavelmente existente, pôde sustentar a desvalorização da sua própria moeda, o yuan, a despeito da pressão norte-americana frente à perspectiva de que isso não mais seguisse favorecendo seus interesses, já que o seu próprio mercado consumidor iniciara um processo de esfriamento. Dessa maneira, com a crise econômica internacional, o tema do Yuan exageradamente desvalorizado emerge com importância, algo que não se constituía num alvo de discórdias nas décadas de 1980 e 1990, pois funcionava com um dos atrativos ao investimento estrangeiro direto na China, depreciando ainda mais o valor da força de trabalho local, agora passaria a ser alvo de contentas entre os dois países. Isso porque agora a moeda chinesa atuaria como um elemento competitivo, barateando as exportações, e deteriorando a força de trabalho norte-americana:

A diferença fundamental vem à tona em relação ao conceito que subjaz às respectivas políticas monetárias de ambas as partes. Na visão americana, o baixo valor do Yuan (também conhecido como renmibi) é tratado como manipulação monetária favorecendo as empresas chinesas e, por extensão, prejudicando as empresas americanas que atuam nas mesmas indústrias. Afirma-se que o Yuan subvalorizado contribui para a diminuição do emprego nos Estados Unidos – um pouco de graves consequências políticas e emocionais, numa era de incipiente austeridade americana. (...) Assim, explicando a um público americano em setembro de 2010 por que a China não executaria uma valorização monetária drástica, Wen Jiabao usou argumentos sociais, não financeiros: ‘Não se sabe quantas empresas chinesas iriam à falência. Haveria grandes tumultos. Só o premiê chinês tem uma pressão dessas em seus ombros. Essa é a realidade¹³⁴.’

A manutenção do yuan desvalorizado, mesmo com as pressões norte-americanas para seu encarecimento, é uma prova de que a China continuou mantendo margens de manobra para praticar uma política econômica conveniente aos seus interesses. Diferentemente do que poderia ocorrer com as moedas de outros países de traços dependentes, entendendo esse conceito com o sentido posto pela teoria do imperialismo, mas que não afetam a economia mundial, ao manter a política cambial de modo a garantir a atratividade de suas exportações, mesmo em tempos de crise, a

¹³³EICHGREEN, Barry, The dollar dilemma, 2009, sp (<http://www.foreignaffairs.com/articles/65241/barry-eichengreen/the-dollar-dilemma>)

¹³⁴ KISSINGER, Henry, Sobre a China, 2011, pag 475, Editora Objetiva

China demonstrou que estaria disposta a sustentar uma política contrária aos interesses norte-americanos e de impacto internacional.

Do ponto de vista político, a persistência dos fatores estruturais que geraram a crise econômica internacional, apesar da recuperação da economia dos Estados Unidos, abriu um debate intenso que dividiu a cúpula do Partido Comunista. Divisões, que não são explícitas, têm marcado as reuniões e mais importantes instâncias do partido. Por um lado estão aqueles que defendem a continuidade do modelo chinês de crescimento, embasado nas exportações e Yuan baixo, e de outro uma ala que se apoia numa noção vaga, mas existente, de reascender os ditames da era maoista, constituídos em sua maioria por intelectuais acadêmicos, que compõem sua ala mais idosa e tradicional. E haveria uma terceira fração, integrada por aqueles que opinam que a China deveria tomar uma via mais abertamente liberal de desenvolvimento, com flexibilizações das leis que ainda garantem algum controle estatal sobre ramos estratégicos da economia, ademais de advogarem em prol de uma abertura também no acesso às mídias, imprensa, e de direitos individuais e civis. Além desses haveria uma quarta ala considerada como uma variável palidamente similar à socialdemocracia (VEG, 2014).

Dentre essas alas, a que ainda segue mantendo a hegemonia é a que defende a continuidade do modelo. Mas não se pode deixar de notar que em um ritmo lento, que sugere o objetivo por uma transição lenta e gradual, há algumas transformações que estão sendo postas em andamento, apontando para a questão da instituição de elementos de um novo padrão econômico e social. A própria flexibilização do sistema de hukou, e as tentativas de instauração de uma política de estímulo à ocupação das residências e áreas urbanas construídas após o investimento com os quais a China fez frente à ameaça à desaceleração de sua economia após o ano de 2008, apontam nesse sentido.

O resultado dessas reformas, e a resposta num plano mais profundo sobre se haverá ou não uma transformação nas bases do padrão de crescimento chinês, ainda não podem ser definidos com exatidão. Cabe apenas notar, que um movimento político de fortalecimento do poder central do Partido Comunista tem se expressado

como uma das vias mais perceptíveis para se lidar com essa realidade tão marcada por incógnitas ainda sem respostas. Como assinala Sebastian Veg:

After a period of weakening of supreme power under Hu Jintao, during which the various bureaucracies (xitong) represented at the top of the state shared the benefits among themselves, Xi has reasserted the pyramid structure of power, under the authority of the Party and its ideology. This initiative no doubt stems from an authentic feeling of crisis among the new generation of Party elite who fear that their hold on power may be threatened by slowing economic growth, as well as the weakening of authority under Hu. The anti-corruption campaign can indeed provide the opportunity to weaken the grip of the state on the Chinese economy, but it remains subordinated to a political campaign logic rather than a legal logic, and feeds into the reinforcement of Party authority. However, this reassertion does not fundamentally call into question institutional benchmarks like the principle of collective decision at the top. The confirmation of an investigation against Zhou Yongkang, given the length of time before it was officially announced, seems to have met with very strong resistance within the Party, and – uncharacteristically – contained only a mention of Zhou’s suspected breach of Party discipline (no mention of breach of State laws)¹³⁵.

No presente imediato, o questionamento sobre o enriquecimento da cúpula do Partido Comunista, e os escândalos de corrupção, que no último período obrigou a elite governante do país a adotar um plano anticorrupção não perfaz, porém, a totalidade dos desafios políticos postos em cena na atualidade. Além disso, a situação de Hong Kong emerge como outra questão de grande envergadura a ser respondida por Pequim. Hong Kong enfrenta protestos populares que já estão sendo comparados com as manifestações de Tiannamen em 1989, que se iniciou com uma ampla mobilização estudantil e ocupou a praça em frente à sede do governo local. A sua principal reivindicação é por mudanças nas leis para as eleições, que colocam uma série de restrições às candidaturas, sendo consideradas como antidemocráticas. De acordo com a reforma eleitoral elaborada por Pequim em 31 de agosto, o próximo chefe de governo local, apesar de eleito pelo voto universal, deverá ter sido indicado previamente por um colégio eleitoral composto por 1200 notáveis, ou em outras palavras, representantes das empresas mais importantes ligadas ao governo central. Com isso se garante o controle por parte do governo central de Pequim de todos os candidatos. Enquanto a greve estudantil tinha início, ocorria em Pequim o maior encontro entre os empresários dos principais setores ligados à especulação imobiliária, bancária e grandes monopólios empresariais de Hong Kong, e o governo central, grupo

¹³⁵ VEG, Sebastian, China’s political spectrum under Xi Jinping, 2014 sp, em
(www.thediplomat.com/2014/08/chinas-political-spectrum-under-xi-jinping)

tido pelo PC como fundamental para garantir seus interesses, e o controle político da ex-colônia.

O regime vigente em Hong Kong desde 1997 é conhecido sob o lema “um país, dois sistemas”, e ao contrário do restante da China em que os chefes de governo são escolhidos pela cúpula do Partido Comunista, conta com eleições, que o movimento atual está questionando. Um referendo realizado em 31 de agosto, e que teve a participação de cerca de 800.000 dentre os sete milhões de habitantes da ex-colônia britânica havia demonstrado o amplo rechaço à proposta do governo central. Mas nem isso fez com que Pequim retrocedesse, e o resultado é a crise política mais significativa dos últimos tempos. Como fruto da resposta repressiva dada pelo governo às manifestações, agora essa agregou à sua pauta de reivindicações, a exigência pela saída do chefe do executivo, Leung Chun-Ying, cujo mandato é amplamente percebido como responsável por um aumento da submissão aos ditames de Pequim. Como sintoma há que notar que o grande consenso gerado desde Deng Xiaoping começa a expressar algumas fraturas, ainda moleculares. No entanto, não se pode descartar que o avanço dessa situação obrigue a recuos na intervenção política chinesa em Hong Kong, e na geração de alas claramente anti-Pequim entre o empresariado concentrado. Todo esse panorama denota que também no âmbito da política, e da relação com o movimento de massas, a situação da China pode definir-se como cambiante, ainda que nessa esfera as transformações sejam qualitativamente mais lentas que no plano econômico.

Considerações Finais

A modo de conclusão cabem algumas reflexões no esforço de qualificar que tipo de Estado teria se gestado na China atual. Para tal, retomaremos algumas observações de Lênin sobre a teoria do imperialismo. No início do século XXI a conformação econômica e política da China a aproximaria de um país de tipo dependente, tal como retoma Rolando Astarita sobre os conceitos utilizados por Lênin para estabelecer as formações possíveis de Estado na época imperialista. Mas também há que notar que em geral a condição de país dependente é transitória por natureza. No caso concreto da China isso se demonstra numa escala elevada, pela rapidez com que transformações estruturais têm operado ali. Dessa forma, há que retomar um elemento que para Lênin era fundamental para a determinação do tipo de Estado. Trata-se da exportação de capitais. Quanto maior o volume a amplitude dos mercados para onde esses capitais são exportados, mais a nação exportadora pode ser considerada como um imperialismo, e mais poderão interceder sobre a economia e política das nacionalidades nas quais investem:

A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo. Os países que exportam capitais podem quase sempre obter certas "vantagens", cujo caráter lança luz sobre as particularidades da época do capital financeiro e do monopólio. (...)O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios trazem sempre consigo os princípios trionopolistas: a utilização das "relações" para as transações proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto. É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc¹³⁶.

De acordo com esse critério específico é que a China talvez tenha constituído traços incipientes de Estado imperialista. A China, como um dos países mais superavitários do mundo, não apenas financiou a dívida pública norte-americana, como veio ao longo de todo o último período aumentando e diversificando seus investimentos em localidades como a África e a América Latina. Não realizaremos aqui uma análise detalhada da natureza da cooperação entre a China e os continentes africano e latino-americano, já que esse tema merece um trabalho específico. Mas

¹³⁶ LÊNIN, Vladimir I – O imperialismo, fase superior do capitalismo, 1916, sp, em (www.marxists.org)

alguns dados são relevantes para avaliar essa relação, apenas como forma de ilustrar que nesse terreno também a China encontra-se em uma dinâmica de grandes transformações.

Um dos objetivos de aproximação com os países africanos é garantir fornecimento de matérias-primas, em troca de financiamentos e empréstimos concedidos àqueles governos para a construção e obras de infraestrutura. Ainda que a aproximação com a África não seja algo recente, tendo se iniciado em 1995, quando Zhu Rongji, Ministro da Economia chinês naquela ocasião, criou após uma viagem ao continente o Centro para Investimento e Comércio, que se dedicaria a aprofundar o intercâmbio e a cooperação, que posteriormente daria lugar ao I Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). No FOCAC o governo chinês anunciou o cancelamento parcial das dívidas dos países africanos, ampliando os países africanos como receptores de ajuda externa vinda de Pequim. Os acordos firmados desde então objetivaram firmar que os chineses passariam a ser credores privilegiados, e determinou a ligação entre uma política que vinculava assistência técnica de construção de infraestrutura ao favorecimento de investidores chineses.(MENDONÇA, 2011). Entretanto, quando o FOCAC ocorreu, a China ainda não acumulava os imensos superávits de conta corrente com o qual passou a contar pouco depois. Isso aumentou ainda mais o volume de exportação de capital chinês para os países africanos, cujos termos dos acordos que estimulavam essa política, já haviam sido adotados anos antes:

A partir da década de 1990, a política chinesa de aproximação com a África tem resultado num aumento constante dos intercâmbios entre as duas partes. De fato, somente naquele decênio, o crescimento do comércio sino-africano foi de 700%, chegando a dobrar entre 2002 e 2003. (...) Para se ter uma ideia do significado do aumento das trocas entre as duas partes basta lembrar que em 1995 as importações chinesas da África somavam 1,4 bilhões de dólares tendo esse valor saltado para 28,7 bilhões de dólares em 2006, o que significa um aumento de 2000%. Ao mesmo tempo, as importações africanas da China em relação aos demais países industrializados, passaram de 1,8% em 1990, para 3,8% em 1997 e 12,3% em 2004, atingindo 26,7 bilhões de dólares em 2006. (...) Em suma, a China é um dos maiores parceiros comerciais de vários países africanos sendo o segundo maior cliente do Gabão ¹³⁷.

¹³⁷ MENDONÇA, Maria Gusmão, As relações entre a China e a América Latina, 2011, pg. 272, LCTE Editora

Os países africanos passaram a cumprir um papel fundamental para fornecer matéria-prima, enquanto a China não apenas exporta manufaturas, como também investe capital, constituindo a exportação de capitais como uma das atividades mais significativas realizadas pelo governo de Pequim, dentre as quais as empresas estatais têm um destacado papel:

Outro aspecto a ressaltar diz respeito às características desse investimento. Com efeito, das cerca de 800 empresas instaladas no continente, aproximadamente 100 são estatais, reunindo os maiores recursos. O financiamento, por sua vez, é oferecido pelo China Development Bank (CDB) e pelo China Export and Import Bank (Exim Bank), ambos estatais. Finalmente destaque-se que apenas cinco países recebem a maior parte desses investimentos: Argélia, Nigéria, África do Sul, Zâmbia e Sudão¹³⁸.

A Exim Bank é a instituição financiadora chinesa no exterior mais importante. Tendo sido criada em 1994 seu objetivo é promover a exportação e o investimento chinês. No período imediatamente anterior à crise econômica internacional vigente, a Exim Bank teve uma elevação muito importante no volume de investimentos realizados, o que constituiu-se como uma orientação do governo chinês, que em 2006 lança um documento intitulado “Política Africana”, no qual dava suporte aos investimentos no continente. No decorrer da primeira década do século XXI, a instituição elevou imensamente o capital investido, chegando em 2007 a se comprometer em destinar 20 bilhões de dólares em três anos, e criou um Fundo Sino-Africano para o Desenvolvimento, voltados para os setores da infraestrutura, agricultura e manufatura. (MENDONÇA, 2011). Ainda que o fluxo de investimentos não venha apenas em um único sentido, com a China também sendo o destino de capital aplicado por empresas sul-africanas, o volume de capital não comparável. E não apenas se consideramos o volume de capital. Essa disparidade também se expressa nos ramos do intercâmbio. As petrolíferas chinesas são hoje detentoras de grandes contratos em pelo menos três países africanos. O Sudão, Angola e Argélia são os terrenos de exploração das três maiores empresas estatais do setor: China National Petroleum Corporation, China Petroleum and Chemical Corporation, e a China National Offshore Oil Corporation. Esse é um movimento não apenas econômico, para

¹³⁸ Idem, pg. 270

responder à necessidades imediatas nesse plano, como também atende a uma estratégia de projeção internacional:

A estratégia das petrolíferas chinesas tem sido a de adquirir fontes de fornecimento estrangeiras por meio de contratos de longo prazo e da compra de estabelecimentos ligados à indústria de energia por todo o mundo. No caso da África a China procura estabelecer principalmente nos países onde não atuam empresas europeias e norte-americanas, e o sucesso decorre do fato de as petrolíferas chinesas serem estatais, o que lhes permite cobrir ofertas de eventuais competidores e aceitar contratos de longo prazo na maior parte dos acordos com os países africanos. Isso evidentemente não é possível para as empresas ocidentais, que têm de considerar os lucros e sua partilha¹³⁹.

Ou seja, trata-se de uma estratégia viável para a projeção dos interesses chineses, tanto econômicos, mas que terão evidentemente seus efeitos políticos. Se por um lado, em nossa apreciação tal localização da China na África não possa ainda sustentar a tese de que o governo de Pequim lidera uma nação imperialista, por outro não se pode perder de perspectiva a realidade cambiante que marcou o desenvolvimento chinês de todas as últimas décadas pelo menos desde a abertura operada por Deng Xiaoping. A teoria do imperialismo, tal como elaborada por Lênin, tem como fio condutor a dialética. Isso é o movimento empreendido pelos processos e formações históricas engendradas pelas contradições que o caracteriza. O desafio, não apenas analítico, mas político e econômico é justamente precisar se haveria ou não chegado o momento da superação entendida em termos dialéticos, da condição de Estado dependente com traços imperialistas, para uma formação abertamente imperialista.

A conclusão desse estudo é que tal ponto de viragem ainda não foi alcançado. Mas que a China hoje está premida por formas embrionárias que a pressiona em sentidos opostos. O volume de capital exportado, a crescente importância mundial, a necessidade de buscar uma via endógena de desenvolvimento, são alguns desses elementos do ponto de vista da sua base econômica. Por outro lado, as dificuldades em levar essas tendências até o fim, o que envolveria questionar o mantra da ascensão pacífica, a posiciona como defensiva em relação a essa perspectiva. O seu

¹³⁹ MENDONÇA, As relações entre a China e a América Latina, 2011, pg. 272, LCTE Editora

desdobramento dependerá não apenas de suas condições internas, mas das relações estabelecidas entre essas e a situação mundial em seu conjunto.

A China desde a década de 1980 foi um país em profunda mutação, ainda que tais transformações tenham se dado de maneira mais acelerada nos aspectos econômicos e sociais, que nos políticos. Economicamente, a crescente abertura ao investimento estrangeiro direto, a modernização sem precedentes, ainda que sob a forma de um intenso desenvolvimento desigual e combinado, somados a crescente importância na divisão do trabalho internacional foram responsáveis por transformar a República Popular da China numa nação absolutamente distinta à existente durante a era maoísta. E isso muito embora tenha sido o próprio Mao Tse-Tung o responsável por abrir esses caminhos ao aproximar-se dos Estados Unidos, primeiro movido por interesses geopolíticos, e depois por uma ampla colaboração econômica.

Socialmente, a China sé ainda um terreno no qual se combinam resquícios da anterior, como a persistência de algumas propriedades comunais rurais, e o controle dos governos locais que, no entanto, com alguns dos traços mais pulsantes do capitalismo. A migração interna acelerada, a urbanização extremamente rápida, a mudança intensa da alocação demográfica, somadas à amplitude dos movimentos sindicais e por direitos, contribuem ainda mais para que qualquer definição sobre que o caráter do Estado formado na China deve dar conta de que se trata de uma formação em transição. Porém, há que se realizar um esforço no sentido de definir quais são as tendências fundamentais dessa transição, e qual a combinação dessa formação social, política e econômica híbrida, que confere à China feições tão únicas.

Dentre todos os aspectos desenvolvidos nesse trabalho, uma primeira aproximação de definição a que se pode chegar, além do caráter transitório do Estado chinês, tanto internamente, quanto no plano da geopolítica, é a de que a China se constitui hoje como um dos pilares do capitalismo mundial. E como se buscou debater, esse processo só pôde se realizar mediante dois movimentos fundamentais. O primeiro no âmbito da geopolítica, iniciado por Mao Tsé Tung de aproximar-se dos Estados Unidos, buscando com isso fazer frente à URSS. Como abordamos, a dinâmica assumida pelas revoluções socialistas do pós II Guerra Mundial se deram já sob uma orientação estratégica

radicalmente distinta dos preceitos vigentes nos quatro primeiros congressos da III Internacional. A revolução chinesa dirigida por Mao Tsé Tung em 1949 não estaria a serviço da revolução internacional, e por conta disso não abriria um novo capítulo da ascensão dos movimentos comunistas, nem no seu imediato entorno, nem nos países em que existia uma ampla tradição dos Partidos Comunistas. Por sua vez, a URSS já teria sucumbido a completa burocratização iniciada por Stalin após o ano de 1924. A doutrina do socialismo num só país, até então uma noção absolutamente estranha ao movimento marxista internacional, triunfara e imporia como objetivo a constituição de Estados operários nacionais.

Como desenvolvido no segundo capítulo desse trabalho, o fortalecimento conquistado após a II Guerra Mundial serviria à URSS para sedimentar sua zona de influência, em muitas ocasiões em franca hostilidade com a China maoista, e não em colaboração entre ambas as potências do “socialismo real” contra o imperialismo. Esse delineamento estratégico tanto da URSS, quanto da China, foi fundamental para a o movimento realizado por Mao Tsé Tung e Zhou Enlai de buscar entabular relações diplomáticas, que década depois se transformaria em uma intensa colaboração econômica, com os Estados Unidos. Esse movimento teve uma continuidade transmutada para o âmbito da economia, com a abertura promovida por Deng Xiaoping, que transformou radicalmente o país, e legou os passos que seriam seguidos pelas próximas décadas. Esse duplo movimento, separado no tempo, mas que não podem ser apreendidos em sua complexidade por fora de uma análise sobre a sua relação, se complementa ainda com a necessidade amplamente sentida pelos grandes monopólios norte-americanos e europeus de buscarem novas zonas de realização de capital, sobretudo no período posterior à crise deflagrada durante os anos 1970.

Politicamente, em relação à estrutura do regime vigente na China que segue sob a direção do Partido Comunista, tem-se o aspecto em que menos operou-se uma transformação radical. De fato, ao conduzir a China para adentrar no capitalismo, mas não como a extinta URSS que atravessou um período de decadência de sua base econômica e condições de vida da população, mas pelo contrário tendo inaugurado um ciclo de crescimento sem precedentes, a cúpula do Partido Comunista pôde contar

com a estabilidade necessária para manter-se no poder. E não apenas, para manter vigente grande parte dos traços fundamentais do regime político de outrora. (ANDERSON, 2010). Mas cabe ressaltar, como notaram algumas leituras abordadas nesse trabalho, que essa passagem da China como Estado operário burocratizado para um Estado essencialmente capitalista em sua forma de produção, e a conquista da estabilidade para operar tais transformações profundamente complexas, não se dera de maneira absolutamente pacífica, tendo sido o Massacre de Tiannamen um dos elementos mais importantes para garanti-lo. (CHINGO, 1998). No entanto, é um dado da realidade que o poder político ainda siga sob as mãos do Partido Comunista, apesar das imensas transformações de sua composição, mediante a fusão de seus altos dirigentes com o empresariado nascente, e já hoje detentor de grandes fortunas. Portanto, isso colaborou a que a reivindicação por liberdades políticas no interior da China tenha avançado em uma dinâmica muito mais lenta.

Nesse sentido, para oferecer possibilidades de respostas à indagação sobre que tipo de organização econômica, política e social, estariam surgindo na China, e quais as relações mantidas no cenário internacional, é preciso estabelecer critérios norteadores. A possibilidade de configuração de uma ordem embasada em “socialismo de mercado” não está prevista pelas teses do imperialismo, e não integra a gama de conformação do pensamento marxista em sua vertente clássica. Isso porque ainda que possam existir formas híbridas em determinados Estados, abarcando as mais distintas combinações, inclusive formas pré-capitalistas de produção em alguns setores, para a teoria marxista uma sociedade ou se assenta sobre a apropriação privada da riqueza produzida, e pela detenção igualmente privada dos meios de produção, ou sobre meios de produção socializados. É necessário não confundir isso com o estabelecimento de relações que se assemelham às capitalistas em alguns ramos determinados da produção, como foi a NEP na URSS. Isso porque tais medidas se davam de maneira circunstancial, e sob a direção do Estado. Portanto, é preciso buscar estabelecer qual é a forma de produção predominante, para que a partir de então se possa definir qual é o caráter do sistema econômico vigente, evidentemente considerando também as suas especificidades e combinações. Portanto, a questão essencial é traçar uma caracterização de em qual momento o processo de

desmantelamento da economia socializada estaria, e se o ponto de viragem rumo ao capitalismo já teria sido alcançado.

Como debatemos no capítulo anterior, a aceleração da reforma e abertura econômica a partir de 1992, que levou a uma escala superior o fim do monopólio estatal do comércio exterior, a introdução de relações de propriedade privada dos meios de produção a partir da instalação de grandes conglomerados produtivos estrangeiros, o aumento do investimento direto estrangeiro e a abertura a esse capital, combinados a ascensão da economia exportadora, colocaram a China na via de edificação capitalista, ainda que mantivesse alguns dos traços remanescentes do período anterior. Mesmo que o seu regime político continue ordenado pela dominação do Partido Comunista, essa superestrutura política não define como “socialista” o modo de produção vigente, porquanto foi esse mesmo partido o responsável pela transformação econômica que assolou o país. Algumas leituras sobre esse processo radicalizam ainda mais tal análise, chegando a definir que a China teria não apenas passado por um processo de transformação capitalista, como em diversas questões, como nas relações de trabalho a política implementada seguiria ditames similares às neoliberais empregadas anteriormente em diversas localidades. Isso se traduziria no amplo desemprego gerado pelo desmantelamento de parte do parque produtivo estatal, na ausência de uma fiscalização que realmente obrigasse as multinacionais a observarem as legislações trabalhistas, no desmantelamento do sistema de assistência social, (HUNG FU, 2010). Mas uma questão que permanece seria, então, que tipo de Estado e de capitalismo foi edificado aí, e quais as relações interestatais que dele derivaria.

Para Lênin na teoria do imperialismo, existiriam fundamentalmente quatro tipos de países, que comporiam a gama de Estados possíveis dentre os capitalistas. O primeiro dentre os Estados é o imperialista, que projetaria sua dominação a partir da exportação de capitais e determinariam muitas vezes os rumos políticos dos países de desenvolvimento capitalista atrasado. Dentre as potências imperialistas haveria hierarquia, entre a hegemônica e todas as demais, que por sua vez, estariam numa

relação de disputa. Mas entre os países de desenvolvimento capitalista atrasado, seriam possíveis diversas formações. Como cita Astarita:

Lenin consideraba - comienzos del siglo XX- que había tres tipos fundamentales de países atrasados: los dependientes, las colonias y las semicolonias. Los primeros, según Lenin, eran políticamente independientes, pero dependientes económicamente de los países más ricos, y del capital financiero. Entraban en esta categoría naciones como Argentina, Serbia, Bulgaria, Rumania, Grecia, Portugal y hasta Rusia. “No sólo los pequeños Estados, sino aun Rusia, por ejemplo, es enteramente dependiente, económicamente, del poder del capital financiero de los países burgueses ricos” (Lenin, 1914). También consideraba que EEUU había sido una “colonia económica” de Europa en el siglo XIX. A pesar de lo escueto de las referencias, pareciera que consideraba que los países dependientes eran explotados por los países ricos, aunque no especificaba el mecanismo. En algunos pasajes los caracterizaba como “colonias económicas” de los países imperialistas. Argentina, por ejemplo, era una “colonia comercial” de Inglaterra, y Portugal un “vasallo”, aunque ambos conservaran su independencia¹⁴⁰.

Assim, utilizando a terminologia leninista, potências regionais que mantinham determinada independência política, mas que, no entanto, não estivessem à altura, fosse economicamente ou politicamente, de competir com as nações imperialistas principais, deveriam ser consideradas como países dependentes. O exemplo da Rússia pré-revolução de 1917 que Astarita retoma na citação acima é o mais lapidar, e deixa entrever como para a teoria do imperialismo, porquanto embasada numa visão dialética da história, um país dependente é uma nação condenada, ainda que num prazo extenso, pelo seu próprio desenvolvimento ou a transformar-se em imperialista, ou em semicolonial. Ainda que valha a pena ressaltar que a Rússia do início do século XX, como exemplo de nação dependente, tenha avançado para se constituir nem como um país completamente imperialista, e tampouco semicolonial, mas se transformou no primeiro Estado operário da história da humanidade. Porém, sua condição anterior era marcada pela contradição de ter um desenvolvimento capitalista atrasado, se comparado aos imperialismos europeus, mas de atuar como uma potência regional, que estendia sua dominação aos países fronteiriços, e também buscava projetar-se.

Essa tipificação é relevante para que possamos abordar a reflexão sobre o processo de transformação estrutural de um Estado, tal como se deu na China. O debate sobre a China moderna aponta para o descarte da caracterização do país como uma formação de tipo semicolonial. Pelo contrário, nas análises recentes é comum encontrar a

¹⁴⁰ ASTARITA, Rolando, Lenin sobre la dependencia y la liberacion nacional, 2014, sp
(rolandoastarita.wordpress.com/2014/01/16/lenin-sobre-dependencia-y-liberacion-nacional-1)

caracterização da China tal como hoje a conhecemos simplesmente como potência ou superpotência. Porém, o conceito de potência não distingue a relação que estabelece com as demais nações. Ademais, este pode ser um conceito demasiado geral já que existem potências militares, que não o são do ponto de vista econômico ou mesmo político. E potências cujo poderio é restrito ao seu entorno, sendo antes potências regionais, sem grande projeção internacional para além dessas fronteiras. Ademais esse conceito tampouco deixa claramente estabelecido qual seria a sua localização na divisão internacional do trabalho. Portanto, pelas lacunas que subsistem não parece ser um conceito que permita melhor expressar uma formação tão complexa como é a China atual.

A designação de país dependente parece ser a mais adequada para avaliar a formação chinesa, desde a aceleração das reformas, e das mudanças ocorridas após 1992. A China emergiu desde então, como uma nação com grande margem de manobra política, chegando inclusive a manter diversas orientações distintas das defendidas pelos Estados Unidos, principalmente no plano interno, e nas questões relacionadas ao regime político. No que se refere à sua política regional também pôde manter uma cota de soberania, superior às dos países tipicamente semicoloniais, cuja poder local se adapta em larga escala aos ditames dos países imperialistas. Diferentemente do Japão, não fora privada de seu poderio bélico, ainda que com exceção de algumas tensões mais abertas com aquele, na história recente sua disposição desses recursos tenha sido de caráter muito mais defensivo, que ofensivo.

Entretanto, crescentemente se formou como uma economia atrelada, e nesse sentido dependente, à demanda norte-americana e europeia, e dos investimentos estrangeiros diretos. E, do ponto de vista, de constituição estrutural emerge ao longo das duas últimas décadas como uma formação marcada por grandes desigualdades internas. Já foi debatido como o mais avançado da técnica convive no interior do país, com regiões extensas que ainda mantêm formas atrasadas de produção. E mais do que o atraso, a consequência disso é a disparidade entre um litoral florescente, no qual se instalaram os grandes monopólios, e regiões ainda ermas, o que caracteriza uma formação marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado exacerbado.

Do ponto de vista social, a desigualdade também emerge como uma característica relevante da China atual. Em primeiro lugar, a transformação da economia estatal de modo a melhor atrair o investimento direto estrangeiro, resultou numa segmentação importante da classe trabalhadora, com uma ampla camada dos trabalhadores dos grandes monopólios estrangeiros empregada por contratos, cuja fiscalização do cumprimento de direitos foi inexistente ou falha. (CHINA LABOUR BULLETIN, 2008) Por outro lado, essa transformação da base econômica só pôde ocorrer após ter gerado demissões e destruições de postos de trabalho em massa. Os efeitos da modernização chinesa não foram, portanto, apenas benéficos. Para uma justa apreciação de sua natureza não basta avaliar os índices de crescimento macroeconômicos. Faz-se necessário também o exame de outros fatores, tais como a distribuição de riqueza, e a existência e eficiência de serviços em assistência social. Nesses quesitos a China prévia à crise econômica de 2008, quando um novo momento de inflexão se abre, apresenta uma conformação bastante contraditória. Para além das demissões em massa, que atuou como um dos elementos para constituir mão de obra abundante e de baixo custo, há ainda o agravante de que o sistema de assistência à força de trabalho excedente ser falha. Como afirma Gustavo Santillan:

De acordo com as estimativas oficiais, o total de empregos destruídos nas empresas estatais foi, para o período de 1996-2007, de 48 milhões e 300 mil postos de trabalho, mais de 15% do emprego total de 2009. A maior prevalência do desemprego urbano, de acordo com uma investigação não oficial realizada em cinco grandes cidades representativas da diversidade regional existente no país indica uma concentração na faixa etária entre os 50 e 55 anos em 2001. (...) A prestação colocada à disposição dos trabalhadores demitidos nas empresas públicas foi insuficiente em relação à magnitude dos postos de trabalho destruídos em 1997-1998 e em diante. No seu ponto mais alto, para 1999, a soma desta prestação e do seguro desemprego alcançou 6 milhões de pessoas. Seu impacto foi enormemente diverso: em Xangai registraram-se índices de inscrição maiores que 95% nos centros de reemprego, enquanto em Chongqing essa cifra descia a 50%. (...) Adicionalmente, a demora no pagamento do auxílio tem sido muito mais frequente nas regiões mais deprimidas.¹⁴¹

Agrega-se a isso, a questão dos baixos salários, e o modelo econômico exportador, que se combina a um mercado interno numeroso, porém débil. O baixo valor da força de trabalho chinesa, que nos primeiros anos do século XXI recebia em média uma remuneração de menos de cinquenta centavos de dólar por hora de trabalho nos

¹⁴¹ SANTILLAN, Gustavo E, Condições salariais e políticas públicas nas empresas estatais urbanas da China, em *As Relações entre China e América Latina num Contexto de Crise*, São Paulo, 2011, Editora LCTE, pág. 191

grandes monopólios estrangeiros (CHINGO, 2005), pode ter sido percebido como um avanço nas condições de vida da imensa maioria. Porém, em termos estruturais não se operaria facilmente a sustentação de um mercado interno sólido, embasado no consumo de massas, como preconizam alguns economistas e até setores do próprio Partido Comunista chinês, que caracteriza as economias dos países imperialistas, tanto dos Estados Unidos como as europeias, nos quais a tendência das últimas décadas foi uma participação crescente do sobreconsumo na conformação do PIB. Como ressaltou em artigo recente o articulista econômico, John Hawksworth, que aponta alguns elementos relevantes para a compreensão dos motivos que fazem com que a atual segunda maior economia mundial possa se marcar pelo paradoxo ainda baixo nível de vida da grande maioria de sua população se comparado às dos Estados Unidos e dos países europeus:

There are two other points to bear in mind. The first is that the calculations rely on using purchasing power parity to assess the comparative size of economies. This allows for the fact that prices tend to be a lot lower in poor countries than they are in rich countries, so incomes stretch further. But the PPP measure can never be 100% reliable given the problems of comparing prices across the world, so it is impossible to be precise about when China will actually become the world's biggest economy. The second – more significant – point is that even with the use of the PPP method, real living standards in China remain well behind those in the US. Per capita incomes in China, according to the OECD, are 75% of the global average, whilst those in the US are 370%. China's sheer size and its rapid growth rate mean that it is now a global force to be reckoned with when it comes to talks about economic management, trade and climate change. But on the measure that really matters to people – living standards – it remains a poor country¹⁴².

E a tendência recente não aponta para uma reversão dessa pobreza da maioria da população, o que implicaria numa redistribuição da riqueza produzida no país, e a constituição de uma classe intermediária que pudesse contar com um poder de compra superior. Contrariamente a isso - ainda que o debate sobre a reversão do modelo exportador seja um dos mais candentes no interior da China -, a dinâmica que se apresenta é de aumento das disparidades econômicas e da concentração de renda.

Mas a caracterização da China como um país dependente indistinta de outras nações que caberiam nesse conceito, como a Rússia após o processo de restauração

¹⁴² HAWKSWORTH, John, China's economy overtaking the US does not tell the whole story, 2014, sp (www.theguardian.com)

capitalista, seria demasiadamente parcial negando a própria natureza transicional da formação de Estado dependente. A Rússia continua sendo uma potência regional de grande importância, e sua posição frente aos temas relevantes da geopolítica internacional pauta o concerto de relações entre as nações. Porém, diferentemente da China, sua economia não é no mesmo nível determinante mundialmente, ainda que tenha importância. Isso pelo fato daquela nação ter sido alçado como um dos pilares que sustentou o ciclo de crescimento mundial de conjunto.

A definição o Estado chinês atual só pode, portanto, ser conjuntural. Isso porque a própria contradição existente entre a internacionalização da economia, e as fronteiras nacionais, em um mundo cuja repartição internacional do trabalho seria cada vez mais estreita, pressionaria os Estados dependentes a pleitear uma localização mais favorável no concerto entre as nações, ou a retroceder à condição semicolonial. Em relação à China, por tudo o que foi debatido nesse trabalho, há imensos desafios a serem contestados para que essa possa se alçar à condição de um país imperialista, muito embora acumule traços de um Estado desse tipo, na medida em que exporta capital em grande volume para diversas regiões do mundo. Entretanto, para que emergisse como uma potência imperialista nos termos leninistas teria que atuar para constituir uma nova divisão internacional do trabalho, no qual isso não mais se daria apenas por uma exportação localizada de capitais rumo à periferia do sistema, mas por uma tendência ao emprego do mesmo nos países centrais. Tal movimentação necessariamente criaria atritos com os Estados Unidos e a União Europeia, o que não indica ser o objetivo imediato de nenhuma dessas nações. Portanto, a resolução desse paradoxo segue ainda em andamento, mas a tendência é de que alcance uma dinâmica mais acelerada no futuro imediato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M.- *Regulations et crises du capitalisme*, Paris, 1976.
- AGLIETTA, M, BERREBI, L. *Désordres dans le capitalisme mondial*, Paris, Odile Jacob, 2007.
- ANDERSON, P, *Two revolutions*, New Left Review, UK, 2010
- ANDERSON, P. *O fim da História – de Hegel a Fukuyama*, São Paulo. Jorge Zahar, 1992
- ANDERSON, P. *Zona de compromisso*, UNESP, 1996
- AREDT, James T, *Defying Mao, Rich Chinese Crash the Communist Party*, The Wall Street Journal, 2012
(<http://www.wsj.com/articles/SB10001424127887323723104578187360101389762>)
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, G *Adam Smith em Pequim – Origens e Fundamentos do Século XXI*, 1ª edição, São Paulo, Editora Boitempo, 2008
- ARRIGHI, G *Caos e governabilidade no sistema mundial*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2001
- ASTARITA, Rolando, *Lenin sobre la dependencia y la liberacion nacional*, 2014, sp (rolandoastarita.wordpress.com/2014/01/16/lenin-sobre-dependencia-y-liberacion-nacional-1)
- BANDEIRA, Moniz. *Formação do império americano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BARBOZA, David, *China unveils sweeping plan for economy*, 2008,(www.stratfor.com/geopolitical-diary/chinas-credit-slowdown-raises-concerns-about-overall-economic-health#axzz3Etqgeru)
- BELLUZZO, L.G.M.- *Valor e Capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BRENNER, R *O boom e a bolha*, São Paulo, Record, 2003
- BRIC Policy Center, *A Modernização Militar Chinesa e a Reação Regional*, 2011, sp, em (bricpolicycenter.org/pdf/Policy%20Brief%201%20A%20Moderniza%C3%A7%C3%A3o%20Militar%20Chinesa.pdf)
- CHESSAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESSAIS, François. *A finança mundializada*, Boitempo, 2005

- CHINGO, Juan – *China, muchos ruidos y pocas nueces*, 2010, em (www.pts.org.ar/China-mucho-ruido-y-pocas-nueces)
- CHINGO, Juan, *Mitos e realidade da China atual*, pag. 70, Revista Estratégia Internacional Brasil, 2007, Edições Iskra
- CORSI, Francisco Luis, *As Relações entre a China e a América Latina*, 2011, pg 123, LCTE Editora
- DOTTSCHALD, Wilfred, *Desenvolvimento e crise do capitalismo no pensamento de Rudolf Hilferding*, 2010(<http://laurocampos.org.br/2010/11/desenvolvimento-e-crise-do-capitalismo-no-pensamento-de-rudolph-hilferding>)
- EICHGREEN, Barry, *The dollar dilemma*, 2009, (<http://www.foreignaffairs.com/articles/65241/barry-eichengreen/the-dollar-dilemma>)
- FIORI, J L. *O poder global*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2009
- GRANT, Ted *La revolucion colonial y la division Chino-soviética*, 1964, (www.tedgrant.org/espanol/1964/revolucion-colonial.htm)
- GROSSMANN, H.- *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*, México, Siglo Veintiuno, 1979.
- GRUPPI, L. in *O conceito de hegemonia em Gramsci*, 2 edição, São Paulo, 1980, Edições Graal
- HAAS, R. *The age of nonpolarity*, Foreign Affairs, Washington, 2008
- HAWKSWORT, John, *China's economy overtaking the US does not tell the whole story*, 2014, sp (www.theguardian.com)
- HARVEY, D. *The limits to capital*, Oxford, Basil Blackwell, 1982.
- HARVEY, D *O novo imperialismo*, 2ª edição, São Paulo, 2001, Edições Loyola.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, 1ª edição, 2010, São Paulo, Boitempo Editorial.
- HILFERDING, R. *The finance capital*, 1910, em (www.marxists.org)
- HO-FUNG, Hung. *China's rise stalled?* New Left Review, 2010, pg 163, em (www.newleftreview.org)
- HUI, Wang *The end of revolution – China and the limits of modernity*, New York, 2010, New Left Books

HUI, Wang *The Politics of Imagining Asia*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts 2011

HUSSON, M. *A finança capitalista*. São Paulo, Alameda, 2010.

KISSINGER, H *Sobre a China*, São Paulo, Objetiva, 2011.

KOSSELLECK, R.- *Crítica y crisis del mundo burgues*, Madri, Rialp, 1965.

KYNGE, James in *A China sacode o mundo*, 1ª edição, São Paulo, 2000, Editora Globo

LÊNIN, V. in *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*, São Paulo, Centauro, 2003

LÊNIN, V. *Obras Escolhidas*, Volumes I, II e III, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, E.- *Long waves of capitalist development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

MANDEL, E.- *O capitalismo tardio*, São Paulo, Verso, ed., 1982.

MARTI, E. Michael – *A China de Deng Xiaoping*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2007.

MARX, K *O Capital* Volume I Livro II, 27ª edição, São Paulo 2010, Editora Civilização Brasileira.

MARX, K. *Grundrisse*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

POCH-DE-FELIU, Rafael, *La actualidad de China – Un mundo en crisis una sociedad en gestación*, 1ª edição, Madri, 2009, Editora Crítica

ROSDOLSKY, R *Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. México: Siglo XXI, 1978, p. 544.

SANTILLAN, Gustavo E, *Condições salariais e políticas públicas nas empresas estatais urbanas da China*, em *As Relações entre China e América Latina num Contexto de Crise*, São Paulo, 2011, Editora LCTE

SMITH, Adam in *A riqueza das nações*, s/ edição, São Paulo, 2010, Editora Saraiva.

SPENCE, D. Jonathan, *Em busca da China moderna*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1995

TIEZZI, Chanon, *China's war against poverty*, 2011, sp em (
<http://thediplomat.com/2014/01/chinas-war-against-poverty>)

- TROTSKY, Leon, *La teoria de la revolucion permanente*, CEIP, Buenos Aires, 2000.
- TROTSKY, Leon, *Naturaleza y Dinamica del Capitalismo Mundial*, CEIP, Buenos Aires, 2004.
- TROTSKY, Leon, *La lucha contra el fascismo em Alemania*, CEIP, Buenos Aires, 2013.
- TROTSKY, Leon, *Particularidades do desenvolvimento na Rússia*, em (www.ceipleontrotsky.org)
- VEG, Sebastian, China's political spectrum under Xi Jiping, 2014 sp, em (www.thediplomat.com/2014/08/chinas-political-spectrum-under-xi-jinping)
- VISENTINI, Paulo Fagundes – *Relações diplomáticas da Ásia*, São Paulo, 2012, Editora Fino Traço
- WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano*, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2004, Editora Contraponto.
- WALLERSTEIN, I., BALLIBAR, E. *Race, nation, class – ambiguous identities*, New York, 1991
- XIANGDONG, Liu, *Steel workers laid-off and rehired as temporary employees for lower pay*, 2009, sp (<http://www.clb.org.hk/en/content/steel-workers-laid-and-rehired-temporary-employees-lower-pay>)
- XIE, Andy Caixin, *Dismantling Factories in a Dreamweaver Nation*, 2010, Caixin online, sp (www.english.caixin.com)
- XIE, Yu, e ZHOU Xiang *Income inequality in today's China*. Proceedings of the National Academy of Sciences, 2014, sp (www.pnas.org/content/111/19/6928.full)